

A etapa de elaboração da matriz de processos e redefinição de responsabilidades teve início com a realização de reuniões, das quais participaram representantes das áreas sistêmicas da Sede e das Superintendências Regionais.

O assunto foi debatido em reunião com a participação dos Gerentes de Planejamento e Gestão das Superintendências Regionais, realizada em outubro de 2010, e tem sido abordado nas reuniões do Comitê de Gestão Empresarial. Nessas oportunidades, o atual estágio de implantação do modelo de gestão das Superintendências Regionais e Aeroportos é objeto de avaliação, possibilitando a proposição de ações de correção e melhoria.

A revisão das atribuições das unidades organizacionais da Sede e o detalhamento das orientações para a elaboração das atribuições inerentes às Superintendências Regionais, Aeroportos e Grupamentos de Navegação Aérea - GNAs foram realizados. As contribuições das áreas sistêmicas foram consolidadas no Manual da Organização, submetido à apreciação da Diretoria Executiva em dezembro de 2010. O documento encontra-se em fase de adequações para aprovação daquele Colegiado.

**Objetivo Estratégico PI-09 – Assegurar a geração de recursos para financiamento da rede Infraero**

**Indicador PI-09.1: Taxa de crescimento da receita de concessão de áreas e exploração de serviços.**

Responsável: Superintendência de Negócios Comerciais – DCNC.

Meta: 21,6%.

Resultado esperado: Assegurar recursos para investimentos em melhoria contínua dos equipamentos aeroportuários.

Aeroporto		Meta 2010 (%)	Receitas realizadas no período em 2009 (R\$)	Realizado até dezembro/2010		
				Receitas realizadas 2010 (R\$)	Crescimento receita comercial (%)	Varição em relação à meta (%)
SEDE	Sede	21,60	1.183.613,21	1.936.076,04	63,57	194,32
SRCE	Sup. Regional do Centro-Leste	21,60	33.817.772,91	41.087.711,30	21,50	(0,48)
SRCO	Sup. Regional do Centro-Oeste	21,60	55.270.010,40	74.096.044,84	34,06	57,69
SRNE	Sup. Regional do Nordeste	21,60	51.170.984,26	61.913.384,06	20,99	(2,81)
SRNO	Sup. Regional do Norte	21,60	18.071.254,60	22.186.652,23	22,77	5,43
SRNR	Sup. Regional do Noroeste	21,60	18.902.310,46	21.816.813,96	15,42	(28,62)
SRRJ	Sup. Regional do Rio de Janeiro	21,60	166.822.509,64	179.372.152,99	7,52	(65,17)
SRSE	Sup. Regional do Sudeste	21,60	47.958.624,64	61.574.106,93	28,39	31,44
SRSP	Sup. Regional do São Paulo	21,60	316.533.841,08	394.091.449,77	24,50	13,44
SRSU	Sup. Regional do Sul	21,60	69.318.781,80	89.524.935,70	29,15	34,95
<b>INFRAERO</b>		<b>21,60</b>	<b>779.049.703,00</b>	<b>947.599.327,82</b>	<b>21,64</b>	<b>0,16</b>

Tabela 27: Resultado do indicador PI-09.1

Fonte: Superintendência de Negócios Comerciais – DCNC

Algumas medidas visando o atingimento da meta foram adotadas pela Diretoria Comercial, tais como: a instituição do pregão eletrônico presencial, a intensificação da fiscalização dos contratos comerciais, o estabelecimento dos novos prazos de concessão de uso de área, o mapeamento das áreas locáveis e a efetiva interação com o mercado visando à obtenção de novos negócios.

Em razão principalmente das medidas descritas, os valores arrecadados em 2010 ultrapassou a cifra de R\$ 947 milhões, alcançando o percentual de crescimento das receitas de concessão de áreas e exploração de serviços de 21,64% em relação a 2009.

**Iniciativa PI-09.1.a: Desenvolver sistemática para aumentar a taxa de ocupação das áreas comerciais.**

Responsável: Superintendência de Negócios Comerciais – DCNC.

ATIVIDADE/ETAPA	RESPONSÁVEL	QUANDO (INÍCIO E FIM)	SITUAÇÃO ATÉ DEZEMBRO /2010
Consolidação do mapeamento das áreas	NCDM / NCGF / NCPC	Janeiro a Março 2010	Concluída
Identificação das áreas disponíveis para licitação	NCDM / NCGF / NCPC	Março a Dezembro 2010	Atrasado
Divulgação para o mercado das áreas disponíveis para licitação	NCDM/NCPC	Março a Dezembro 2010	Atrasado
Avaliação dos resultados obtidos	DCNC	Dezembro 2010	Atrasado

Quadro 93: Plano de ação da iniciativa PI-09.1.a  
Fonte: Superintendência de Negócios Comerciais – DCNC

A divulgação para o mercado das áreas comerciais disponíveis, estão ocorrendo diariamente, a medida que os processos licitatórios são divulgados no *site* da Infraero, bem como a divulgação das oportunidades de negócios, a curto e médio prazo, por meio de parcerias firmadas com Associações comerciais e participação em Feiras de franquias.

As áreas disponíveis para licitação cujo objeto seja publicidade própria ou de terceiros, estão previamente previstas em Plano Geral de Publicidade de cada dependência.

**Iniciativa PI-09.1.b: Desenvolver e implantar a ferramenta INFRAMIX.COM.**

Responsável: Superintendência de Negócios Comerciais – DCNC.

ATIVIDADE/ETAPA	RESPONSÁVEL	QUANDO (INÍCIO E FIM)	SITUAÇÃO ATÉ DEZEMBRO/2010
Desenvolvimento da ferramenta INFRAMIX.COM	NCPC/PRTI	Janeiro a Abril 2010	Atrasado
Composição do conteúdo para divulgação	NCPC / PRTI / PRMC	Mai 2010	Atrasado
Implantação do projeto piloto no SBBR	NCPC/PRTI	Junho 2010	Atrasado

Quadro 94: Plano de ação da iniciativa PI-09.1.b  
Fonte: Superintendência de Negócios Comerciais – DCNC

O projeto não foi concluído devido ao atraso no término da primeira etapa da atividade.

A previsão da Superintendência de Tecnologia da Informação - PRTI é de que a implantação do projeto piloto no Aeroporto Internacional de Brasília – Presidente Juscelino Kubitschek - SBBR aconteça em maio de 2011.

**Iniciativa PI-09.1.c: Expandir a implantação do sistema de gestão de estacionamento - GEST.**

Responsável: Superintendência de Negócios Comerciais – DCNC.

ATIVIDADE/ETAPA	RESPONSÁVEL	QUANDO (INÍCIO E FIM)	SITUAÇÃO ATÉ DEZEMBRO /2010
Levantamento das situações das implantações em curso	NCGF	Janeiro 2010	Concluído
Reavaliação dos cronogramas	DCNC/NCRC	Fevereiro 2010	Concluído
Acompanhamento das implantações nos Aeroportos SBGR, SBCT, SBLO, SBNF, SBEG, SBCF, SBCY, SBBR, SBPV, SBUL	NCRC/PRTI	Abril a Dezembro 2010	Concluído
Acompanhamento das implantações nos Aeroportos SBPA, SBKP, SBVT, SBBV e SBRB	NCRC/PRTI	Abril a Dezembro 2011	A iniciar
Acompanhamento das implantações nos Aeroportos SBPJ, SBPL e SBME	NCRC/PRTI	Abril a Dezembro 2012	A iniciar
Acompanhamento das implantações nos Aeroportos SBUR e SBIL	NCRC/PRTI	Abril a Dezembro 2013	A iniciar

Quadro 95: Plano de ação da iniciativa PI-09.1.c  
Fonte: Superintendência de Negócios Comerciais – DCNC

Apresenta-se a seguir a situação da implantação do Sistema de Gestão de Estacionamento - GEST nos aeroportos:

- ✓ Aeroporto Internacional de São Paulo/Guarulhos – Governador André Franco Montoro - SBGR, Aeroporto Internacional de Curitiba – Afonso Pena - SBCT, Aeroporto Internacional de Navegantes – Ministro Victor Konder - SBNF e Aeroporto Internacional de Confins – Tancredo Neves - SBCF: Concluída implantação.
- ✓ Aeroporto de Londrina – Governador José Richa - SBLO: Infraestrutura não concluída. Implantação reprogramada para 2011.
- ✓ Aeroporto Internacional de Brasília – Presidente Juscelino Kubitschek - SBBR: Infraestrutura da rede elétrica e de comunicação de dados foi concluída. Não concluída a compra de equipamentos de automação e serviços de instalação. Implantação reprogramada para 2011.
- ✓ Aeroporto Internacional de Manaus – Eduardo Gomes - SBEG: Obras de infraestrutura em fase final. Implantação reprogramada para 2011.
- ✓ Aeroporto Internacional de Cuiabá – Marechal Rondon - SBCY: Infraestrutura não concluída. Implantação reprogramada para 2011.
- ✓ Aeroporto Internacional de Porto Velho – Gov. Jorge Teixeira de Oliveira - SBPV: Prevista para 2010, mas solicitado pela dependência reprogramação para 2011.
- ✓ Aeroporto de Uberlândia – Ten. Cel. Aviador César Bombonato - SBUL: Infraestrutura não concluída. Implantação reprogramada para 2011.

**Iniciativa PI-09.1.d: Desenvolver e implantar novos serviços e produtos de telefonia (serviço de voz sobre dados – VOIP, ramal móvel, internet, Call Center).**

Responsável: Superintendência de Negócios Comerciais – DCNC.

ATIVIDADE/ETAPA	RESPONSÁVEL	QUANDO (INÍCIO E FIM)	SITUAÇÃO ATÉ DEZEMBRO /2010
Encaminhamento à PRTI dos planos de negócios e alternativas, com a devida identificação dos produtos e serviços a serem implantados	NCRC	Janeiro a Março 2010	Concluído
Validação do modelo de negócios, interagindo com áreas internas da INFRAERO	DCNC / NCRC	Abril e Maio/ 2010	Concluído
Elaboração Termo de Referência para a realização do processo licitatório	NCRC	Junho 2010	Atrasado
Solicitação de abertura do processo licitatório	NCRC/ PRTI	Julho a Setembro / 2010	Atrasado
Acompanhamento da implantação	NCRC	Dezembro 2010	Atrasado

Quadro 96: Plano de ação da iniciativa PI-09.1.d

Fonte: Superintendência de Negócios Comerciais – DCNC

A avaliação do projeto pela área de tecnologia da informação, recebida pela Gerência de Relacionamento Comercial - NCRC em dezembro de 2010. Desenvolvimento do projeto prejudicado e reprogramado para 2011.

**Iniciativa PI-09.1.e: Criar sistemática de divulgação das atividades e das oportunidades de negócios da área comercial.**

Responsável: Superintendência de Negócios Comerciais – DCNC.

ATIVIDADE/ETAPA	RESPONSÁVEL	QUANDO (INÍCIO E FIM)	SITUAÇÃO ATÉ DEZEMBRO/2010
Adequação / Customização do portal de negócios	NCPC / PRTI	Janeiro a Maio 2010	Concluído
Elaboração do conteúdo	DCNC	Julho a Agosto 2010	Concluído
Divulgação das atividades e das oportunidades e de negócios	DCNC / PRTI	Setembro 2010	Concluído
Tabulação e análise das propostas recebidas	DCNC	Outubro 2010	Concluído
Divulgação do resultado e avaliação do projeto	DCNC	Novembro a Dezembro 2010	Concluído

Quadro 97: Plano de ação da iniciativa PI-09.1.e

Fonte: Superintendência de Negócios Comerciais – DCNC

As adequações do novo Portal Infraero foram concluídas dentro do cronograma proposto.

**Indicador PI-09.2: Percentual de participação das receitas não aeronáuticas.**

Responsável: Superintendência de Negócios Comerciais – DCNC.

Meta: 56 %.

Resultado esperado: Aumento do ingresso de receitas não operacionais na Empresa

Aeroporto		Meta 2010 (%)	Realizado até dezembro/2010			
			Receita operacional (R\$)	Receita comercial (R\$)	Participação das receitas não aeronáutica (%)	Varição em relação à meta (%)
SRCE	Sup. Regional do Centro-Leste	38,23	132.591.254,00	48.679.998,00	36,71	(3,96)
SRCO	Sup. Regional do Centro-Oeste	39,56	210.258.785,00	85.217.734,00	40,53	2,46
SRNE	Sup. Regional do Nordeste	36,87	220.443.292,00	77.787.890,00	35,29	(4,29)
SRNO	Sup. Regional do Norte	33,00	78.306.343,00	24.790.867,00	31,66	(4,06)
SRNR	Sup. Regional do Noroeste	68,45	142.169.999,00	102.362.259,00	72,00	5,18
SRRJ	Sup. Regional do Rio de Janeiro	68,39	467.801.970,00	276.588.302,00	59,13	(13,54)
SRSE	Sup. Regional do Sudeste	46,57	209.917.230,00	84.746.101,00	40,37	(13,31)
SRSP	Sup. Regional do São Paulo	62,09	1.252.548.041,00	772.983.323,00	61,71	(0,60)
SRSU	Sup. Regional do Sul	49,75	286.302.363,00	142.489.066,00	49,77	0,03
<b>INFRAERO</b>		<b>56,00</b>	<b>3.000.339.277,00</b>	<b>1.615.645.540,00</b>	<b>53,85</b>	<b>(3,84)</b>

Tabela 28: Resultado do indicador PI-09.2

Fonte: Superintendência de Negócios Comerciais – DCNC

O percentual de participação das receitas não aeronáuticas foi de 53,85% em 2010.

O movimento operacional da Rede Teca segue crescente em todos os segmentos, com destaque para os maiores terminais Campinas, Guarulhos e Manaus. Esses terminais registraram recordes históricos na carga importada recebida.

O reaquecimento da economia, aliado a taxa do dólar foi um dos principais fatores para o resultado nesse exercício, que ainda tem a copa do mundo, grande aquecimento no mercado de eletrônicos - que representa importante segmento nas operações dos terminais.

Em relação às receitas comerciais advindas das concessões de área e exploração de serviços, algumas medidas foram implantadas pela Diretoria Comercial para aumento dessas receitas, tais como: instituição do pregão eletrônico presencial, intensificação da fiscalização dos contratos comerciais, estabelecimento de novos prazos de concessão de uso de áreas, mapeamento das áreas locáveis e a efetiva interação com o mercado visando à obtenção de novos negócios, além dos eventos esportivos e do crescente movimento de passageiros por ano.

**Iniciativa PI-09.2.a: Desenvolver negócios segmentados – concessão de áreas para construção e exploração de hotelaria.**

Responsável: Superintendência de Negócios Comerciais – DCNC.

ATIVIDADE/ETAPA	RESPONSÁVEL	QUANDO (INÍCIO E FIM)	SITUAÇÃO ATÉ DEZEMBRO /2010
Concessão de área para construção e exploração de rede hoteleira no SBBR	DCNC	Janeiro a Agosto 2010	Atrasado
Concessão de área para construção e exploração de rede hoteleira no SBGL	DCNC	Janeiro a Dezembro 2014	A iniciar

Quadro 98: Plano de ação da iniciativa PI-09.2.a

Fonte: Superintendência de Negócios Comerciais – DCNC

Com relação ao Aeroporto Internacional de Brasília – Presidente Juscelino Kubitschek - SBBR a licitação foi publicada - data da abertura 15/09/2010 – 09:00 horas – Concorrência Internacional nº 004/DALC/SBBR/2010 – O resultado de julgamento (classificação das propostas) foi veiculado por meio da Imprensa Oficial (Diário Oficial da União) em 18/04/2011 e o prazo para interposição de recursos administrativos expirar-se-á em 27/04/2011.

Quanto ao Aeroporto Internacional do Rio de Janeiro/Galeão – Antonio Carlos Jobim - SBGL, a licitação foi publicada – data da abertura 23/09/2010 - 09:00 horas - Concorrência Internacional nº 006/DALC/SBGL/2010 – O objeto foi adjudicado à vencedora e a licitação homologada em 10/01/2011. O contrato comercial nº 002.2011.061.0002 foi assinado em 02/02/2011.

O contrato de concessão da área será assinado em 02/02/11.

**Iniciativa PI-09.2.b: Desenvolver negócios segmentados – concessão da área para construção e exploração de Edifícios Garagem (EDG).**

Responsável: Superintendência de Negócios Comerciais – DCNC.

ATIVIDADE/ETAPA	RESPONSÁVEL	QUANDO (INÍCIO E FIM)	SITUAÇÃO ATÉ DEZEMBRO/2010
Elaboração dos Requisitos Comerciais e de Edificação para os Edifícios Garagem do SBGO, SBGL e SBKP	DCNC/DEPL	Fevereiro a Março 2010	Atrasado
Solicitação do Estudo de Viabilidade Econômico – financeiro – EVE, SBBR, SBCF, SBCT, SBGR, SBPA, SBRJ, SBSV, SBGO, SBGL e SBKP.	DCNC/DFCT	Fevereiro a Abril	Atrasado
Divulgação da oportunidade de negócio nos diversos canais de comunicação disponíveis	DCNC/PRMC	Abril 2010	Atrasado
Encaminhamento de solicitação de abertura do processo licitatório às respectivas regionais	DCNC	Abril 2010	Atrasado
Acompanhamento da implantação	DCNC	Dezembro de 2010	Atrasado

Quadro 99: Plano de ação da iniciativa PI-09.2.b

Fonte: Superintendência de Negócios Comerciais – DCNC

Os Estudos de Viabilidade Econômico-Financeira - EVE'S serão concluídos no primeiro semestre de 2011, posteriormente será iniciado o processo de concessão comercial para uso de área.

**Iniciativa PI-09.3.a: Criar metodologia sistêmica no *Billing* para análise da receita de concessão de área e exploração de serviços por passageiro.**

Responsável: Superintendência de Negócios Comerciais – DCNC.

ATIVIDADE/ETAPA	RESPONSÁVEL	QUANDO (INÍCIO E FIM)	SITUAÇÃO ATÉ DEZEMBRO /2010
Avaliação dos dados existentes	DCNC	Abril 2010	Concluído
Identificação das necessidades de melhorias	DCNC	Junho 2010	Concluído
Adequação da ferramenta	DCNC/PRTI	Dezembro 2010	Atrasado

Quadro 100: Plano de ação da iniciativa PI-09.3.a  
Fonte: Superintendência de Negócios Comerciais – DCNC

A metodologia sistêmica no *Billing* para análise da receita de concessão de área e exploração de serviços por passageiro não foi implantada devido ao não cumprimento do prazo estabelecido pela área de tecnologia da informação.

O sistema será disponibilizado para teste na semana de 03 à 07/01/2011.

**Iniciativa PI-09.4.a: Adequação/melhoramento da ferramenta *Billing*.**

Responsável: Superintendência de Negócios Comerciais – DCNC.

ATIVIDADE/ETAPA	RESPONSÁVEL	QUANDO (INÍCIO E FIM)	SITUAÇÃO ATÉ DEZEMBRO /2010
Avaliação dos dados existentes	NCGF	Abril 2010	Concluído
Identificação das necessidades de melhorias	NCGF	Maio 2010	Concluído
Adequação da ferramenta	PRTI / DCNC	Junho a Setembro 2010	Atrasado

Quadro 101: Plano de ação da iniciativa PI-09.4.a  
Fonte: Superintendência de Negócios Comerciais – DCNC

A adequação/melhoramento da ferramenta *Billing* não foi implantado no exercício de 2010 devido ao não cumprimento do prazo estabelecido pela área de tecnologia da informação.

O sistema será disponibilizado para teste na semana de 03 à 07/01/2011.

**Indicador PI-09.5: Percentual de remoção de cargas para zona secundária.**

Responsável: Superintendência de Logística de Carga – DCLC.

Meta: reduzir no mínimo 10%.

Resultado esperado: Atração de clientes que utilizem o trânsito aduaneiro para que passem a nacionalizar suas cargas nos Terminais de Carga da Infraero.

Discriminação	Meta 2010 (%)	Realizado 2009 (%)	Realizado até dezembro/2010				
			Total de cargas recebidas TC (Un)	Total de cargas trânsito - TCT (Un)	Realizado 2010 (%)	Redução de remoção de cargas (%)	Realização em relação a meta (%)
INFRAERO (Meta Corporativa)	10,00	18,72	1.101.865	197.912	17,96	4,05	40,52

Tabela 29: Resultado do indicador PI-09.5

Fonte: Superintendência de Logística de Carga – DCLC

A desaceleração do percentual de remoção das cargas destinadas às zonas secundárias obteve queda moderada quando comparada aos valores auferidos nos meses anteriores. Ainda que os programas de atração de clientes estejam em expansão, a Superintendência de Logística de Carga - DCLC está analisando os fatores que possam ter contribuído para essa possível retração no crescimento da nacionalização de cargas, que tem sido viabilizada por conta da redução da quantidade de cargas removidas para zonas secundárias.

**Iniciativa PI-09.5.a: Programa de atração de clientes usuários do trânsito aduaneiro.**

Responsável: Superintendência de Logística de Carga – DCLC.

ATIVIDADE/ETAPA	RESPONSÁVEL	QUANDO (INÍCIO E FIM)	SITUAÇÃO ATÉ DEZEMBRO/2010
Diagnóstico das remoções de cargas para a zona secundária	Rede Teca	Abril/2010 a Maio/2010	Concluído
Apresentação do Programa de Atração de Clientes	Rede Teca/DCLC	Até Julho/2010	Concluído
Implantação do Programa	DCLC	Até Novembro/2010	Concluído

Quadro 102: Plano de ação da iniciativa PI-09.5.a

Fonte: Superintendência de Logística de Carga – DCLC

A atividade de logística de carga tem sido impactada com o passar dos anos com a crescente incidência da concorrência e com fortes ameaças no que diz respeito à manutenção dos níveis de arrecadação de tarifas de armazenagem, seja pela expansão da atividade dos Portos Secos ou ainda, da exploração comercial privada de aeroportos e terminais internacionais no país.

O Programa de atração de clientes usuários do trânsito aduaneiro visa garantir a geração de recursos para o financiamento da Rede Infraero por meio da aproximação e do desenvolvimento das relações comerciais com esses clientes, além de assegurar que os clientes que atualmente utilizam a rede de terminais de logística da Infraero permaneçam fidelizados.

O Programa foi implantado com sucesso na Rede Teca e divulgado por meio das CF's 13390, 12946 e 18759/DCLC(LCNM)/2010. Apesar do atraso no início das visitas face à

incompatibilidade de agendas, a Gerência de Negócios e Mercado - LCNM reuniu-se com clientes de vários segmentos: manutenção de aeronaves (GE Celma); farmacêutico (Alcon e Laboratório Teuto); veículos automotores (Anfavea); telefonia (GVT); transporte de carga (Vale SA); dando início às negociações para uma possível eliminação/ redução das remoções de carga destes clientes para a zona secundária.

Paralelamente e com o mesmo propósito as Regionais iniciaram as visitas aos maiores clientes de seus respectivos Tecas subordinados: Superintendência Regional do Centro-Oeste - SRCO (Fundação Universidade de Brasília; CNPq; Embrapa; Finatec); Superintendência Regional Centro-Leste - SRCE (Digital; MWM-Motores); Superintendência Regional do Nordeste - SRNE (Medlab; Elcoma); Superintendência Regional do Noroeste - SRNR (Palladium; Energy, Philips).

Para 2011 serão criadas novas etapas que incrementarão as ações já implementadas.

### **Indicador PI-09.6: Percentual de inadimplência comercial e de carga aérea.**

Responsável: Superintendência de Finanças – DFFI.

Meta: 2,0 %.

Resultado esperado: Garantir a realização das receitas faturadas.

Aeroporto		Meta 2010 (%)	Realizado até dezembro/2010				
			Valor considerado (R\$)	Valor em débito (R\$)	Valor encaminhado a Jurídica (R\$)	Percentual de inadimplência (%)	Varição em relação à meta (%)
SRCE	Sup. Regional do Centro-Leste	2,00	41.842.384,96	803.926,68	429.171,39	0,90	55,22
SRCO	Sup. Regional do Centro-Oeste	2,00	75.179.009,95	4.794.380,26	3.869.768,75	1,23	38,51
SRNE	Sup. Regional do Nordeste	2,00	65.130.055,55	2.352.779,62	1.371.595,75	1,51	24,68
SRNO	Sup. Regional do Norte	2,00	23.374.191,28	1.066.399,16	795.655,30	1,16	42,08
SRNR	Sup. Regional do Noroeste	2,00	80.030.861,52	1.353.453,29	833.626,80	0,65	67,52
SRRJ	Sup. Regional do Rio de Janeiro	2,00	213.844.137,91	7.858.312,12	3.614.396,75	1,98	0,77
SRSE	Sup. Regional do Sudeste	2,00	61.661.569,99	672.955,44	225.158,85	0,73	63,69
SRSP	Sup. Regional de São Paulo	2,00	494.953.814,14	13.781.694,41	9.432.134,85	0,88	56,06
SRSU	Sup. Regional do Sul	2,00	97.527.859,15	2.308.310,43	449.384,48	1,91	4,70
<b>INFRAERO</b>		<b>2,00</b>	<b>1.153.543.884,45</b>	<b>34.992.211,41</b>	<b>21.020.892,92</b>	<b>1,21</b>	<b>39,44</b>

Tabela 30: Resultado do indicador PI-09.6  
Fonte: Superintendência de Finanças – DFFI

Meta cumprida. O índice de inadimplência em 2010 foi de 1,21%, valor 39,44% superior a meta estabelecida.

**Iniciativa PI-09.6.a: Programa para redução da inadimplência da Infraero.**

Responsável: Superintendência de Finanças – DFFI.

ATIVIDADE/ETAPA	RESPONSÁVEL	QUANDO (INÍCIO E FIM)	SITUAÇÃO ATÉ DEZEMBRO/ 2010
Elaboração de projeto	DFFI	Jul/2010	Concluído
Elaboração de plano de Ação	DFFI	Ago/2010	Concluído
Apresentação do projeto à PRPG	DFFI	Set/2010	Concluído
Implementação das propostas apresentadas no plano	DFFI	Set/2010	Concluído

Quadro 103: Plano de ação da iniciativa PI-09.6.a

Fonte: Superintendência de Finanças – DFFI

Todas as etapas previstas foram realizadas, com destaque para a revisão da NI 5.02/A (FIN).

**Objetivo Estratégico PI-10 – Assegurar o desenvolvimento dos negócios**

**Indicador PI-10.1: Percentual de aeroportos com Licenças Ambientais de Operação.**

Responsável: Superintendência de Meio Ambiente e Energia – DEME.

Meta: 85 %.

Resultado esperado: A ampliação do número de aeroportos licenciados visa atender à legislação vigente, contribuindo para que as atividades operacionais sejam exercidas em observância a parâmetros ambientais previamente estabelecidos, garantindo a continuidade da operacionalidade dos aeroportos e facilitando o licenciamento das obras de expansão dos aeroportos.

Dependência		Meta 2010 (%)	Acumulado até 2009 (Un)	Realizado até dezembro/2010			
				Número de aeroportos com previsão de licença de operação - NLO em 2010 (Un)	Número de aeroportos com licença de operação adquirida em 2010 (Un)	% de realização	Realização em relação a meta (%)
SRCE	Sup. Regional do Centro-Leste	85	2	1	0	80,60	94,82
SRCO	Sup. Regional do Centro-Oeste		4	1	1		
SRNE	Sup. Regional do Nordeste		9	-	-		
SRNO	Sup. Regional do Norte		9	-	-		
SRNR	Sup. Regional do Noroeste		7	-	-		
SRRJ	Sup. Regional do Rio de Janeiro		3	1	1		
SRSE	Sup. Regional do Sudeste		2	3	2		
SRSP	Sup. Regional de São Paulo		3	-	-		
SRSU	Sup. Regional do Sul		11	-	-		
<b>INFRAERO</b>			<b>85</b>	<b>50</b>	<b>6</b>		

Tabela 31: Resultado do indicador PI-10.1

Fonte: Superintendência de Meio Ambiente e Energia – DEME

Em 2010, a Empresa atingiu a marca de 80,60% de aeroportos com Licença de Operação - LO. Com relação aos aeroportos indicados para obtenção da Licença de Operação - LO em 2010 e que não obtiveram sucesso cabem os seguintes comentários:

- ✓ Os processos de licenciamento ambiental têm em média 05 anos.
- ✓ Em virtude da ampliação do Aeroporto de Salvador, estão sendo providenciadas por parte da Infraero, complementações de informações que foram apresentadas ao órgão ambiental, trâmites estes que impactaram a emissão da Licença de Operação ainda no ano de 2010.
- ✓ A Infraero firmou com a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Minas Gerais um Termo de Ajuste de Conduta – TAC para o Aeroporto Pampulha, no qual estão previstos a elaboração de estudos ambientais, sendo a emissão da Licença de Operação - LO condicionada à entrega de tais estudos, cujos prazos de execução ultrapassaram o prazo estabelecido para o cumprimento da meta em 2010.

Assim, considerando o exposto e tendo em vista que o processo de licenciamento ambiental envolve diversos agentes além do empreendedor e órgão ambiental, não foi possível atingir o percentual

estabelecido para o ano de 2010 em sua totalidade. Entretanto, as expectativas para 2011 são positivas.

**Iniciativa PI-10.1.a: Atender a legislação ambiental vigente e facilitar os processos de obtenção de licenças para a expansão dos aeroportos.**

Responsável: Superintendência de Meio Ambiente e Energia – DEME.

ATIVIDADE/ETAPA	RESPONSÁVEL	QUANDO (INÍCIO E FIM)	SITUAÇÃO ATÉ DEZEMBRO/2010
Tomada de posição de cada um dos processos em andamento	MERL	Jan a abr 2010	CONCLUÍDA
Identificar os problemas críticos dos processos	MERL	Jan a abr 2010	CONCLUÍDA
Desenvolver uma estratégia específica para superar os problemas críticos dos processos.	MERL	Abr a jun 2010	CONCLUÍDA
Implementar as ações planejadas na estratégia desenvolvida para superar os problemas críticos identificados	MERL	Abr a jun 2010	CONCLUÍDA
Monitorar mensalmente a evolução das ações planejadas	MERL	Jan a dez 2010	CONCLUÍDA

Quadro 104: Plano de ação da iniciativa PI-10.1.a  
Fonte: Superintendência de Meio Ambiente e Energia – DEME

Todas as etapas previstas foram realizadas.

**Iniciativa PI-10.2.a: Criar metodologia sistemática no *billing* para análise das áreas comerciais.**

Responsável: Superintendência de Negócios Comerciais – DCNC.

ATIVIDADE/ETAPA	RESPONSÁVEL	QUANDO (INÍCIO E FIM)	SITUAÇÃO ATÉ DEZEMBRO /2010
Avaliação dos dados existentes	DCNC	Abril 2010	Concluído
Identificação das necessidades de melhorias	DCNC	Junho 2010	Concluído
Adequação da ferramenta	DCNC/PRTI	Dezembro 2010	Atrasado

Quadro 105: Plano de ação da iniciativa PI-10.2.a  
Fonte: Superintendência de Negócios Comerciais – DCNC

A metodologia não foi implantada devido ao não cumprimento do prazo estabelecido pela área de tecnologia da informação.

O sistema será disponibilizado para teste na semana de 03 à 07/2011.

**Iniciativa PI-10.3.a: Implantar a atividade de carga nacional.**

Responsável: Superintendência de Logística de Carga – DCLC.

ATIVIDADE/ETAPA	RESPONSÁVEL	QUANDO (INÍCIO E FIM)	SITUAÇÃO ATÉ DEZEMBRO/2010
Revisar Plano Estratégico de implantação da Carga Nacional em Aeroportos da Rede Infraero	DCLC/Aeroportos	De Mai/2010 a Out/2010	Atrasado
Iniciar os processos de aquisição dos equipamentos e serviços necessários à implantação	DCLC/Regionais	Nov/2010	Atrasado
Iniciar os processos de reforma ou ampliação das instalações necessárias à implantação	DCLC/Regionais	Nov/2010	Atrasado
Implantar a atividade de Carga Nacional nos Aeroportos definidos e priorizados conforme o resultado da revisão do Plano Estratégico de Implantação da Carga Nacional	DCLC	De Jan/2011 a Dez/2014	A iniciar

Quadro 106: Plano de ação da iniciativa PI-10.3.a  
Fonte: Superintendência de Logística de Carga – DCLC

A atividade de carga nacional tem conquistado cada vez mais espaço nos negócios da Logística de Carga, sobretudo a partir do forte crescimento econômico nacional, onde as empresas e consumidores procuram meios de transporte cada vez mais ágeis e previsíveis. Nesse cenário, acompanhando o crescimento do transporte aéreo doméstico, a carga nacional (bens movimentados dentro do próprio país) transportada por via aérea, vem quebrando sucessivos recordes, exigindo da Infraero o desenvolvimento de ações dedicadas para esse nicho.

Encontra-se em andamento a revisão do Plano Estratégico de implantação da carga nacional nos aeroportos da Rede.

As etapas da presente iniciativa serão reprogramadas para o exercício de 2011.

**Objetivo Estratégico PI-11 – Promover a integração e o desenvolvimento regional, nacional e internacional**

**Indicador PI-11.1: Número de Aeroportos com processo de integração da ASA, do PZP e do PZR ao PDU.**

Responsável: Superintendência de Planejamento Aeroportuário e de Operações – DOPL.

Meta: 5 aeroportos.

Resultado esperado: Redução significativa do número de ocorrências de colisão de pássaros com aeronaves nos aeroportos da Infraero.

Assegurar todas as possibilidades de expansão dos aeroportos, em harmonia com o desenvolvimento urbano de suas áreas de influência.

Dependência		Número de aeroportos com processo de integração da ASA, do PZP e do PZR ao PDU		Realizado até dezembro/2010
		Nº previsto (Un)	Nº integrado (Un)	Realização em relação a meta (%)
SRCE	Sup. Regional do Centro Leste	1	1	100,00
SRNO	Sup. Regional do Norte	1	1	100,00
SRSP	Sup. Regional de São Paulo	1	1	100,00
SRSU	Sup. Regional do Sul	2	1	50,00
<b>INFRAERO</b>		<b>5</b>	<b>4</b>	<b>80,00</b>

Tabela 32: Resultado do indicador PI-11.1

Fonte: Superintendência de Planejamento Aeroportuário e de Operações – DOPL

Dos municípios previstos para a implantação do Plano de Integração Urbana - PLIU em 2010, já assinaram os respectivos Acordos de Cooperação Técnica Aracaju, Macapá, Campinas, Indaiatuba, Monte Mor, Fortaleza e Joinville.

Além dos municípios previstos para 2010, também estão em fase de assinatura os Acordos de Cooperação Técnica com os Municípios de Jaboatão e Recife.

Resta pendente para atingimento da meta de 2010 apenas o município de Florianópolis, cuja administração vem realizando reuniões técnicas com a Gerência de Planejamento de Integração Urbana - PLIU, mas ainda não formalizou o Acordo de Cooperação Técnica - ACT.

Considerando a importância de divulgação e internalização dos Planos de Zona de Proteção - PZP nas legislações locais, registra-se o encaminhamento, em bases georreferenciadas, dos Planos de Zona de Proteção ao Aeroporto Internacional de Brasília – Presidente Juscelino Kubitschek - SBBR, Aeroporto de Goiânia - SBGO, Aeroporto de Palmas – Brigadeiro Lysias Rodrigues - SBPJ, Aeroporto Internacional de Cuiabá – Marechal Rondon – SBCY, Aeroporto Internacional de Campo Grande - SBCG, Aeroporto Internacional de Corumbá - SBCR e Aeroporto Internacional de Ponta Porã - SBPP.

O cumprimento da meta foi prejudicado tendo em vista a variação de tempo de negociação com as diferentes Prefeituras, as revisões ocorridas na priorização do planejamento da Empresa e as demandas externas dos órgãos de fiscalização - fatores que interferem diretamente nos resultados e

são de difícil previsão - o que explica a antecipação da celebração de alguns acordos, e o tempo demandado, por exemplo, com os acordos para Joinville e Florianópolis, cujos contatos foram iniciados em 2008.

Deve-se enfatizar a importância da interferência das Administrações Aeroportuárias locais na orientação e fiscalização das ocorrências nas áreas abrangidas pela Área de Segurança Aeroportuária - ASA no sítio aeroportuário.

Os resultados atingidos pelas ações integradas da Infraero e das administrações municipais contribuem para o encaminhamento de pendências relacionadas aos processos de licenciamento ambiental dos aeroportos, exigências do Ministério Público e outras autoridades fiscalizadoras, ressaltando a importância da integração do planejamento aeroportuário com o planejamento do uso do solo urbano.

**Iniciativa PI-11.1.a: Promover a incorporação da Área de Segurança Aeroportuária (ASA) nos Planos Diretores Participativos dos Municípios onde se localizam os aeroportos.**

Responsável: Superintendência de Planejamento Aeroportuário e de Operações – DOPL.

2010 - SBAR, SBMQ, SBKP, SBFL e SBJV			
ATIVIDADE/ETAPA	RESPONSÁVEL	QUANDO (INÍCIO E FIM)	SITUAÇÃO ATÉ DEZEMBRO/ 2010
Reuniões para sensibilização das autoridades e comunidade	AAL/PLIU	Jan - Dez	Concluída.
Realização de reuniões técnicas	PLIU	Jan - Dez	Concluída.
Desenvolvimento de estudos e elaboração de alternativas	PLIU/PLPD	Jan - Dez	Em andamento
Desenvolvimento de estudos e elaboração de propostas	PLIU/Prefeituras		Em andamento
Assessoramento técnico no processo de submissão da proposta aos órgãos legislativos e demais representantes dos municípios	PLIU	Jan - Dez	Em andamento
Assessoramento técnico às prefeituras no processo de implementação da Lei	PLIU	Jan - Dez	Em andamento
Sensibilização das autoridades e comunidade para aprovação das necessárias alterações à legislação local	AAL/SR	Jan - Dez	

Quadro 107: Plano de ação da iniciativa PI-11.1.a

Fonte: Superintendência de Planejamento Aeroportuário e de Operações – DOPL

Dos municípios previstos para a implantação do Plano de Integração Urbana - PLIU em 2010, já assinaram os respectivos Acordos de Cooperação Técnica - ACT Aracaju, Macapá, Campinas, Indaiatuba, Monte Mor e Joinville.

No caso de Aracajú deve-se registrar que já existe uma proposta de alteração na legislação formulada, dependendo de detalhamento do Plano Diretor - PDIR para prosseguimento do processo, considerando os limites exatos das curvas de ruído.

Além dos municípios previstos para 2010, também estão em fase de assinatura os Acordos de Cooperação Técnica - ACT com os Municípios de Jaboatão e Recife, cujos contatos com os Municípios foram iniciados em 2008, antes da revisão das metas.

Considerando os aeroportos previstos para 2010, apenas o município de Florianópolis não formalizou o Acordo de Cooperação Técnica - ACT, apesar da realização de reuniões técnicas entre a Administração Municipal e a Infraero. Portanto, a meta de 2010 será reprogramada para 2011.

Deve-se enfatizar a importância da interferência da Administração Aeroportuária Local - AAL, através de sua estrutura organizacional, na orientação e fiscalização das ocorrências nas áreas abrangidas pela Área de Segurança Aeroportuária - ASA, inclusive fora do sítio aeroportuário.

Os resultados atingidos pelas ações integradas da Infraero e das administrações municipais contribuem para o encaminhamento de pendências relacionadas aos processos de licenciamento ambiental dos aeroportos, exigências do Ministério Público e outras autoridades fiscalizadoras, ressaltando a importância da integração do planejamento aeroportuário com o planejamento do uso do solo urbano para atingimento dos cenários propostos pelo planejamento.

Tendo em vista a orientação do Plano Empresarial, no sentido de garantir ações voltadas para integração do planejamento aeroportuário com o planejamento urbano, para todos os aeroportos da rede Infraero, até 2014, e o tempo demandado para conclusão dos processos relacionados, que extrapolam o exercício definido para atingimento da meta, as ações e contatos com as autoridades locais são iniciadas em exercícios anteriores àqueles apresentados nesta planilha.

Da mesma forma, a antecipação dos contatos pode se dar por demanda externa ou interesse estratégico.

**Iniciativa PI-11.1.b: Promover a incorporação dos Planos de Zona de Proteção do Aeroporto (PZP) e de Zoneamento de Ruído Aeroportuário (PZR) nos Planos Diretores Participativos dos Municípios onde se localizam os aeroportos.**

Responsável: Superintendência de Planejamento Aeroportuário e de Operações – DOPL.

2010: SBAR, SBMQ, SBKP, SBFL e SBJV			
ATIVIDADE/ETAPA	RESPONSÁVEL	QUANDO (INÍCIO E FIM)	SITUAÇÃO ATÉ DEZEMBRO/ 2010
Reuniões para sensibilização das autoridades e comunidade	AAL/PLIU	Jan - Dez	Concluída.
Realização de reuniões técnicas	PLIU	Jan - Dez	Concluída.
Desenvolvimento de estudos e elaboração de alternativas	PLIU/PLPD	Jan - Dez	Em andamento
Desenvolvimento de estudos e elaboração de propostas	PLIU/Prefeituras	Jan - Dez	Em andamento
Assessoramento técnico no processo de submissão da proposta aos órgãos legislativos e demais representantes dos municípios	PLIU	Jan - Dez	Em andamento
Assessoramento técnico às prefeituras no processo de implementação da Lei	PLIU	Jan - Dez	Em andamento
Sensibilização das autoridades e comunidade para aprovação das necessárias alterações à legislação local	AAL/SR	Jan - Dez	

Quadro 108: Plano de ação da iniciativa PI-11.1.b

Fonte: Superintendência de Planejamento Aeroportuário e de Operações – DOPL

Dos municípios previstos para a implantação do Plano de Integração Urbana - PLIU em 2010, já assinaram os respectivos Acordos de Cooperação Técnica Aracaju, Macapá, Campinas, Indaiatuba (SBKP), Monte Mor (SBKP) e Joinville.

No caso de Aracajú deve-se registrar que já existe uma proposta de alteração na legislação formulada, dependendo de detalhamento do Plano Diretor - PDIR para prosseguimento do processo, considerando os limites exatos das curvas de ruído.

Além dos municípios previstos para 2010, também estão em fase de assinatura os Acordos de Cooperação Técnica com os Municípios de Jaboatão (SBRF) e Recife, cujos contatos com os Municípios foram iniciados em 2008, antes da revisão das metas.

Considerando os aeroportos previstos para 2010, apenas o município de Florianópolis não formalizou o Acordo de Cooperação Técnica - ACT, apesar da realização de reuniões técnicas entre a administração Municipal e a Infraero.

Em 2010 os principais estudos de ruído foram elaborados para avaliação de cenários de planejamento nos seguintes aeroportos de: Brasília, Campinas, Campo Grande, Galeão, Santos Dumont, Jacarepaguá e Porto Alegre. O estudo de cenários alternativos é o principal instrumento de avaliação de impactos e de negociação de alternativas de planejamento relacionadas à gestão dos conflitos associados às operações aeroportuárias, identificados pela comunidade do entorno dos aeroportos.

Os resultados atingidos pelas ações integradas da Infraero e das administrações municipais contribuem para o encaminhamento de pendências relacionadas aos processos de licenciamento ambiental dos aeroportos, exigências do Ministério Público e outras autoridades fiscalizadoras, ressaltando a importância da integração do planejamento aeroportuário com o planejamento do uso do solo urbano para atingimento dos cenários propostos pelo planejamento.

Tendo em vista a orientação do Plano Empresarial, no sentido de garantir ações voltadas para integração do planejamento aeroportuário com o planejamento urbano, para todos os aeroportos da rede Infraero, até 2014, e o tempo demandado para conclusão dos processos relacionados, que extrapolam o exercício definido para atingimento da meta, as ações e contatos com as autoridades locais são iniciadas em exercícios anteriores àqueles apresentados nesta planilha.

Da mesma forma, a antecipação dos contatos pode se dar por demanda externa ou interesse estratégico.

Considerando a importância de divulgação e internalização do Plano de Zona de Proteção - PZP nas legislações locais, registra-se o encaminhamento, em bases georreferenciadas, dos Planos de Zona de Proteção dos aeroportos de Brasília, Goiânia, Palmas, Cuiabá, Campo Grande, Corumbá e Ponta Porã.

Deve-se enfatizar a importância da participação da Administração Aeroportuária Local - AAL no acompanhamento e manutenção dos contatos institucionais estabelecidos, visando ao cumprimento das metas e, principalmente, o acompanhamento constante da evolução do processo de planejamento.

**Iniciativa PI-12.1.a: Identificar ações das companhias aéreas com a finalidade de melhorar os níveis de conforto e segurança dos passageiros.**

Responsável: Superintendência de Gestão Operacional – DOGP.

ATIVIDADE/ETAPA	RESPONSÁVEL	QUANDO (INÍCIO E FIM)	SITUAÇÃO ATÉ DEZEMBRO/ 2010
Estabelecer os critérios/ indicadores de avaliação das companhias aéreas.	DOGP	05 a 08/2010	Atrasada
Realizar pesquisa junto aos órgãos públicos e outras instituições visando conhecer tipos de premiações que possam ser adaptadas às necessidades da Infraero	DOGP	05 a 08/2010	Atrasada
Estruturar as cláusulas e condições do prêmio.	DOGP	08/2010 a 11/2010	Atrasada
Apresentação do Piloto do projeto à Diretoria Executiva	DO/ DOGP	12/2010	Atrasada
Efetuar correções e/ou ajustes propostos pela Diretoria Executiva	DO/ DOGP	01 a 03/2011	Em andamento
Apresentação do Piloto do projeto para aprovação da Diretoria Executiva	DO/ DOGP	04/2011	A iniciar
Implementar as ações necessárias para instituir o Prêmio	DOGP	05 a 07/2011	A iniciar
Implementar o Prêmio em oito aeroportos da Rede Infraero	DOGP	08 a 11/2011	A iniciar
Avaliação da implantação do Prêmio nos oito aeroportos da Rede Infraero	DOGP	12/2011 a 02/2012	A iniciar
Apresentação da avaliação da implantação do Prêmio à Diretoria Executiva	DO/ DOGP	03/2012	A iniciar
Efetuar as sugestões / correções e implantar as melhorias no Projeto.	DOGP	04/2012 a 06/2012	A iniciar
Aprovação das melhorias no Projeto	DO/ DOGP	07/2012	A iniciar
Implementar o Projeto em 18 aeroportos da Rede Infraero	DOGP	08 a 11/2012	A iniciar
Avaliação da implantação do Prêmio nos oito aeroportos da Rede Infraero	DOGP	12/2012 a 02/2013	A iniciar
Apresentação da avaliação da implantação do Prêmio à Diretoria Executiva	DO/ DOGP	02/2013	A iniciar
Efetuar as sugestões / correções e implantar as melhorias no Projeto.	DOGP	03/2013 a 05/2013	A iniciar
Aprovação das melhorias no Projeto	DO/ DOGP	06/2013	A iniciar
Implementar o Projeto em 23 aeroportos da Rede Infraero	DOGP	07/2013 a 11/2013	A iniciar
Avaliação final do projeto	DOGP	12/2013	A iniciar

Quadro 109: Plano de ação da iniciativa PI-12.1.a  
Fonte: Superintendência de Gestão Operacional – DOGP

Foram realizadas duas reuniões, no âmbito da Superintendência, com o objetivo de estabelecer os critérios de premiação das companhias aéreas, porém, considerando as particularidades de cada aeroporto, são necessárias outras ações, que estão programadas para início de fevereiro de 2011.

Com a indefinição dos critérios, o andamento das demais etapas foi comprometido e a primeira apresentação do Projeto Piloto, à Diretoria Executiva, não foi possível.

As etapas não concluídas no ano corrente (2010) foram reprogramadas para o ano de 2011.

**Indicador PI-12.2: Quantidade de aeroportos com o Programa de Eficiência em logística implantado.**

Responsável: Superintendência de Logística de Carga – DCLC.

Meta: 11 aeroportos.

Resultado esperado: Desonerar a capacidade de armazenamento nos terminais de logística da Infraero apresentando de forma transparente os processos realizados nos aeroportos, seus responsáveis e as etapas críticas que podem ser melhoradas.

Dependência		Número de aeroportos com o programa de eficiência em logística implementado			Realizado até dezembro/2010	
		Acumulado até 2009 (Un)	Nº previsto 2010 (Un)	Nº implantado 2010 (Un)	Acumulado até 2010 (Un)	Realização em relação a meta (%)
SRNR	Sup. Regional do Noroeste	1	0	-	1	100,00
SRRJ	Sup. Regional do Rio de Janeiro	1	0	-	1	100,00
SRSE	Sup. Regional do Sudeste	0	1	1	1	100,00
SRSP	Sup. Regional de São Paulo	2	1	1	3	100,00
SRSU	Sup. Regional do Sul	1	4	4	5	100,00
<b>INFRAERO</b>		<b>5</b>	<b>6</b>	<b>6</b>	<b>11</b>	<b>100,00</b>

Tabela 33: Resultado do indicador PI-12.2

Fonte: Superintendência de Logística de Carga – DCLC.

Meta cumprida. As implantações do Programa de Eficiência Logística ocorreram conforme o cronograma. Foram contemplados também com a implantação do Programa os Terminais de Cargas Aéreas - TECAS de Londrina e Foz do Iguaçu.

**Iniciativa PI-12.2.a: Implantar o Programa de Eficiência Logística em todos os aeroportos da Rede TECA.**

Responsável: Superintendência de Logística de Carga – DCLC.

ATIVIDADE/ETAPA	RESPONSÁVEL	QUANDO (INÍCIO E FIM)	SITUAÇÃO ATÉ DEZEMBRO/2010
Análise e Identificação dos Segmentos a serem divulgados nos Terminais onde o <i>ranking</i> será individualizado (CT e CF) e o Ranking da Região Sul (S. José dos Campos, Joinville, Navegantes, Florianópolis)	DCLC	Mai/2010 Até Agosto/2010	Concluído
Implantação nos Terminais onde o <i>ranking</i> será individualizado (CT e CF) e o <i>ranking</i> da Região Sul (S. José dos Campos, Joinville, Navegantes, Florianópolis)	DCLC	Agosto/2010 Até Dezembro/2010	Concluído
Análise e Identificação dos Segmentos a serem divulgados nos Terminais Agrupados pela Região Nordeste (SV, RF, FZ)	DCLC	Junho/2010 até Dezembro/2010	Concluída
Implantação nos Terminais Agrupados pela Região Nordeste	DCLC	Até Dez/2011	A iniciar

Quadro 110: Plano de ação da iniciativa PI-12.2.a

Fonte: Superintendência de Logística de Carga – DCLC

O Programa de Eficiência Logística busca apresentar as empresas mais eficientes nos seus processos de liberação de cargas importadas dentro de um mesmo segmento, por exemplo: farmacêutico, tecnologia, etc. Os tempos divulgados são obtidos através da contagem de horas úteis

utilizadas para liberação de cargas considerando o intervalo entre os tempos de recebimento da carga pela Infraero até a entrega ao transportador.

O Programa de Eficiência Logística foi apresentado oficialmente aos Aeroportos de Confins e Curitiba em outubro/2010. Os Aeroportos de São José dos Campos, Joinville, Navegantes, Florianópolis, Londrina e Foz do Iguaçu receberam o Programa em novembro de 2010.

### Objetivo Estratégico PI-13 – Consolidar a excelência da Gestão

**Iniciativa PI-13.1.a: Implantar o Modelo de Excelência da Gestão Aeroportuária – MEGA na Infraero, com base nos Critérios de Excelência da Fundação Nacional da Qualidade, contemplando a harmonização das certificações estabelecidas pelos órgãos normativos nacionais e internacionais.**

Responsável: Superintendência de Planejamento e Gestão – PRPG.

ATIVIDADE/ETAPA	RESPONSÁVEL	QUANDO (INÍCIO E FIM)	SITUAÇÃO ATÉ DEZEMBRO/2010
<b>Ano 2010</b>			
Realizar Palestra de Sensibilização – Sede	PRPG	Junho/2010	Concluído
Consolidar o plano de trabalho na Sede	PRPG	Junho/2010	Não Iniciada
Criar o Grupo de Execução na Sede	PRPG	Junho/2010	Não Iniciada
Capacitar gestores e multiplicadores	PRPG	Julho/2010	Não Iniciada
Executar o 1º processo de auto-avaliação na SEDE - Diagnóstico	PRPG	Julho/2010	Não Iniciada
Analisar os resultados da auto-avaliação na Sede	PRPG	Agosto/2010	Não Iniciada
Definir projetos de melhoria	PRPG/Sup Sede	Agosto/2010	Não Iniciada
Implementar e monitorar os projetos de melhoria	PGDO/Sup Sede	A partir de Nov/2010	Não Iniciada

Quadro 111: Plano de ação da iniciativa PI-13.1.a  
Fonte: Superintendência de Planejamento e Gestão – PRPG

Em junho de 2010, realizou-se reunião entre representantes da Superintendência de Planejamento e Gestão - PRPG e da Fundação Nacional da Qualidade - FNQ para iniciar os trabalhos junto àquela instituição que resultou na apresentação de proposta de trabalho. No primeiro semestre de 2010 foram priorizadas as ações de elaboração das NIs sobre “Sistema Integrado de Gestão da Qualidade” e “Auditoria Interna da Qualidade”, bem como do projeto “Gestão dos Processos de Negócios como alavanca do Sistema Integrado de Gestão da Qualidade”, aprovado pela Diretoria Executiva em setembro de 2010.

Essas ações foram priorizadas uma vez que promovem a harmonização das certificações estabelecidas pelos órgãos normativos nacionais e internacionais e, por essa razão constituem o núcleo a partir do qual será possível implantar o Modelo de Excelência de Gestão Aeroportuária. O último trimestre do ano foi dedicado à implantação das ações de integração, dentre as quais destacamos:

- a) adequação e certificação ISO 9001 dos Sistemas de Gestão da Qualidade do Aeroporto de São Paulo/Congonhas - SBSP, Aeroporto Internacional de Campinas/Viracopos - SBKP e Grupamento de Navegação Aérea - GNA de Presidente Prudente, contemplando o escopo de processos de negócios;
- b) planejamento de auditorias integradas para o exercício de 2011;
- c) padronização do Manual da Qualidade na visão integrada da ISO 9001 e certificações operacionais;
- d) atualização do protocolo de auditoria de Segurança de Aviação Civil Brasileira - AVSEC;
- e) definição dos treinamentos que visam atender o Sistema Integrado de Gestão da Qualidade;

- f) consolidação do protocolo de auditoria do Sistema de Gerenciamento da Segurança Operacional - SGSO;
- g) consulta preliminar quanto às NIs de Produto Não Conforme, Ação Corretiva e Ação Preventiva e de Gestão de Processos;
- h) capacitação de profissionais em implantação de Centro de Serviços Compartilhados. Em dezembro de 2010, a Fundação Nacional da Qualidade - FNQ realizou palestra de sensibilização para os principais dirigentes.

As etapas não iniciadas foram reprogramadas para 2011.

**Iniciativa PI-13.1.b: Desenvolver e implantar o indicador “Índice de implantação do Modelo de Excelência da Gestão Aeroportuária - MEGA”.**

Responsável: Superintendência de Planejamento e Gestão – PRPG.

ATIVIDADE/ETAPA	RESPONSÁVEL	QUANDO (INÍCIO E FIM)	SITUAÇÃO ATÉ DEZEMBRO/2010
<b>1. Desenvolver Indicador</b>			
1.1. Realizar levantamento de informações	PRPG	Mai/2010	Concluído
1.2. Definir parâmetros e metodologia de mensuração	PRPG	Junho a Julho/2010	Concluído
1.3. Propor meta 2011, 2012, 2013 e 2014	PRPG	Outubro/2010	Concluído
<b>2. Implantar Indicador</b>	PRPG	2011	

Quadro 112: Plano de ação da iniciativa PI-13.1.b  
Fonte: Superintendência de Planejamento e Gestão – PRPG

As informações necessárias ao desenvolvimento do indicador foram coletadas e consolidadas na segunda versão do projeto Modelo de Excelência da Gestão Aeroportuária – MEGA.

Os parâmetros e a metodologia de mensuração foram definidos e as metas para os exercícios de 2011, 2012, 2013 e 2014 debatidas junto ao Comitê de Gestão Empresarial e aprovadas pela Diretoria Executiva, em 15 de dezembro de 2011, por meio do Ato Administrativo nº 3632/PR(PRPG)/2010.

Essa iniciativa está vinculada à Iniciativa PI – 13.1.a – Implantar o Modelo de Excelência da Gestão Aeroportuária - MEGA na Infraero, com base nos Critérios de Excelência da Fundação Nacional da Qualidade, contemplando a harmonização das certificações estabelecidas pelos órgãos normativos nacionais e internacionais.

**Indicador PI-13.2: Percentual de aeroportos e GNAs com Certificação ISO 9001.**

Responsável: Superintendência de Planejamento e Gestão – PRPG.

Meta: 41,9 %.

Resultado esperado: Elevar os padrões de qualidade dos serviços prestados, conforme determinação do DECEA e ANAC e contribuir para a implantação do Modelo de Excelência da Gestão Aeroportuária – MEGA.

Dependência		Meta 2010 (%)	Realizado até dezembro/2010	
			Aeroportos e GNAs com certificação ISO 9001 acumulado (%)	Realização em relação a meta (%)
SRCE	Sup. Regional do Centro-Leste	4,30	4,30	100,00
SRCO	Sup. Regional do Centro-Oeste	5,38	5,38	100,00
SRNE	Sup. Regional do Nordeste	6,45	6,45	100,00
SRNO	Sup. Regional do Norte	4,30	4,30	100,00
SRNR	Sup. Regional do Noroeste	2,15	1,08	50,00
SRRJ	Sup. Regional do Rio de Janeiro	3,23	3,23	100,00
SRSE	Sup. Regional do Sudeste	4,30	4,30	100,00
SRSP	Sup. Regional de São Paulo	4,30	4,30	100,00
SRSU	Sup. Regional do Sul	7,53	7,53	100,00
<b>INFRAERO</b>		<b>41,94</b>	<b>40,86</b>	<b>97,44</b>

Tabela 34: Resultado do indicador PI-13.2

Fonte: Superintendência de Planejamento e Gestão – PRPG.

As ações de manutenção e certificação dos Sistemas de Gestão da Qualidade - SGQ foram realizadas em 38 aeroportos e 01 Grupamento de Navegação Aérea - GNA. As auditorias de certificação do Aeroporto Internacional de Santarém – Maestro Wilson Fonseca - SBSN e de manutenção do Aeroporto Internacional de Manaus – Eduardo Gomes - SBEG foram realizadas em janeiro de 2011, devido atraso na execução do cronograma de implantação do Sistema de Gestão da Qualidade no Aeroporto Internacional de Santarém – Maestro Wilson Fonseca - SBSN e de contratação do Organismo Certificador no Aeroporto Internacional de Manaus – Eduardo Gomes - SBEG. Destacam-se como realizações no exercício de 2010:

- a) certificação do Grupamento de Navegação Aérea - GNA de Presidente Prudente, primeiro Grupamento de Navegação Aérea da Rede Infraero a receber tal reconhecimento;
- b) A certificação do Aeroporto Internacional de Campinas/Viracopos - SBKP e Aeroporto de São Paulo/Congonhas - SBSP, contemplando o escopo previsto no projeto Gestão de Processos de Negócios como Alavanca do Sistema Integrado de Gestão da Qualidade.

O Aeroporto de Rio Branco – Plácido de Castro - SBRB recebeu o Organismo Certificador em dezembro de 2010. No entanto, a recomendação da certificação depende de auditoria de *follow up*, a ser realizada em fevereiro de 2011, que verificará diversos aspectos do Sistema da Qualidade,

dentre eles o tratamento de não conformidades repetitivas constatadas nos registros de inspeções na pista de pouso e pátio de manobras.

Considerando o detalhamento da iniciativa PI-13.2.a - Certificar e manter o Sistema de Gestão da Qualidade, com base na ISO 9001, em 60 aeroportos e 9 Grupamentos de Navegação Aérea - GNAs até 2014, que o processo de certificação e manutenção do Sistema da Qualidade é contínuo e que não vislumbramos óbices para a recomendação da certificação do Aeroporto de Rio Branco – Plácido de Castro - SBRB, após a auditoria de *follow up*, entendemos que a meta foi cumprida integralmente.

**Iniciativa PI-13.2.a: Certificar e manter o Sistema de Gestão da Qualidade, com base na ISO 9001, em 60 aeroportos e 9 GNA até 2014.**

Responsável: Superintendência de Planejamento e Gestão – PRPG.

ATIVIDADE/ETAPA	RESPONSÁVEL	QUANDO (INÍCIO E FIM)	SITUAÇÃO ATÉ DEZEMBRO/2010
<b>Ano 2010</b>			
<b>Novas Certificações</b>			
Planejar a Implantação e Certificação do SGQ	Sede/Regionais	Até abril/2010	Concluída
Realizar Palestra de Sensibilização	Sede/Regionais	Até maio /2010	Concluída
Realizar Workshop ISO 9001 (Requisitos)	Regionais	Até junho/2010	Concluída
Realizar Diagnóstico para Certificação	Sede/Regionais	Até julho/2010	Concluída
Preparar Documentação	Regionais/Aeroporto	Até agosto/2010	Concluída
Formar Auditores Internos	Regionais	Até agosto/2010	Concluída
Formar Auditor Líder de Processo	Sede/Regionais	Até setembro/2010	Não iniciada
Realizar do 1º Ciclo de Auditoria	Regionais/Aeroporto	Outubro/2010	Concluída
Realizar Análise Crítica	Regionais/Aeroporto	Outubro/2010	Concluída
Realizar Pré-Auditoria (Auditoria de Validação)	Sede/Regionais	Novembro/2010	Concluída
Realizar Auditoria Externa	Sede/Regionais	Dezembro/2010	Atrasada
<b>Manutenção da Certificação</b>			
Promover ações de manutenção das certificações	Sede/Regionais	Janeiro a Dezembro/2010	Concluída

Quadro 113: Plano de ação da iniciativa PI-13.2.a  
Fonte: Superintendência de Planejamento e Gestão – PRPG

As ações de manutenção e certificação dos Sistemas de Gestão da Qualidade - SGQ foram realizadas em 38 aeroportos e 01 Grupamento de Navegação Aérea - GNA. As auditorias de certificação do Aeroporto Internacional de Santarém – Maestro Wilson Fonseca - SBSN e de manutenção do Aeroporto Internacional de Manaus – Eduardo Gomes - SBEG foram realizadas em janeiro de 2011, devido atraso na execução do cronograma de implantação do Sistema de Gestão da Qualidade no Aeroporto Internacional de Santarém – Maestro Wilson Fonseca - SBSN e de contratação do Organismo Certificador no Aeroporto Internacional de Manaus – Eduardo Gomes - SBEG. Destacam-se como realizações no exercício de 2010:

- a) certificação do Grupamento de Navegação Aérea - GNA de Presidente Prudente, primeiro Grupamento de Navegação Aérea da Rede Infraero a receber tal reconhecimento;
- b) A certificação do Aeroporto Internacional de Campinas/Viracopos - SBKP e Aeroporto de São Paulo/Congonhas - SBSP, contemplando o escopo previsto no projeto Gestão de Processos de Negócios como Alavanca do Sistema Integrado de Gestão da Qualidade.

O Aeroporto de Rio Branco – Plácido de Castro - SBRB recebeu o Organismo Certificador em dezembro de 2010. No entanto, a recomendação da certificação depende de auditoria de *follow up*, a ser realizada em fevereiro de 2011, que verificará diversos aspectos do Sistema da Qualidade, dentre eles o tratamento de não conformidades repetitivas constatadas nos registros de inspeções na pista de pouso e pátio de manobras.

**Indicador PI-13.3: Percentual de projetos de investimentos de grande vulto com Plano de Gerenciamento estabelecido e formalizado.**

Responsável: Gerentes de Programa.

Meta: 30%.

Resultado esperado: Espera-se com o cumprimento desta meta que os projetos de investimentos iniciados em cada ano do período 2010 a 2014 tenham os seus processos mapeados e documentados, para que se conheça toda a programação para a realização do investimento. Tal programação poderá ser extraída das propostas de investimento por meio da construção do Plano de Gerenciamento de cada projeto, o qual irá proporcionar um controle melhor, tendo em vista a identificação de gargalos que prejudicam a realização dos investimentos e a adoção preventiva de medidas para evitar a sua descontinuidade.

Discriminação	Meta 2010 (%)	Realizado até dezembro/2010			
		Total de projetos de investimento componentes do portfólio - TPI	Projetos de investimentos com Plano de Gerenciamento estabelecido e formalizado - PPG	Projetos com Plano de Gerenciamento de estabelecido e formalizado (%)	Varição em relação a meta (%)
INFRAERO (Meta Corporativa)	30	44	0	0,00	(100,00)

Tabela 35: Resultado do indicador PI-13.3

Fonte: Superintendência de Planejamento e Gestão – PRPG

O cumprimento dessa meta tem relacionamento direto com as iniciativas "PI-3.1.a - Consolidação da implantação da "Sala de Situação" para acompanhamento dos investimentos estratégicos" e "PI-13.3.b - Mapeamento e normatização, junto aos gestores, do processo de decisão do investimento até a sua realização", portanto, como não foi possível a implantação dessas iniciativas, também, não foi possível estabelecer os planos de gerenciamento dos projetos que compõem o portfólio.

**Iniciativa PI-13.3.a: Capacitação em gerenciamento de projetos, segundo os critérios do PMI – *Project Management Institute*, dos profissionais envolvidos no processo de planejamento e gestão dos investimentos.**

Responsável: Superintendência de Recursos Humanos – DARH.

ATIVIDADE/ETAPA	RESPONSÁVEL	QUANDO (INÍCIO E FIM)	SITUAÇÃO ATÉ DEZEMBRO/2010
Levantamento do público alvo alinhado às prioridades estratégicas de investimentos	PRPG(PGPI)	Mai/2010	Concluída
Especificação do curso/treinamento	PRPG(PGPI)	Jun/2010	Concluída
Realização do treinamento	DARH	Ago a Dez/2010	Concluída

Quadro 114: Plano de ação da iniciativa PI-13.3.a  
Fonte: Superintendência de Recursos Humanos – DARH

Foram treinados 19 empregados de diversas áreas, o que permitiu dotar os empregados envolvidos no processo de planejamento e gestão dos investimentos da Infraero de conhecimentos em gerenciamento de projetos para o desenvolvimento dos grandes investimentos, os quais, por sua complexidade necessitam ser acompanhados e apoiados por esta metodologia que visa à integração de equipes e a eficiência de processos.

Os resultados da capacitação desses empregados serão percebidos a partir do próximo ano, ocasião que será possível aplicar os conhecimentos adquiridos no processo de planejamento e gestão nos investimentos da Empresa.

**Iniciativa PI-13.3.b: Mapeamento e normatização, junto aos gestores, do processo de decisão do investimento até a sua realização.**

Responsável: Superintendência de Planejamento e Gestão – PRPG.

ATIVIDADE/ETAPA	RESPONSÁVEL	QUANDO (INÍCIO E FIM)	SITUAÇÃO ATÉ DEZ/2010
Diagnóstico dos processos de planejamento dos investimentos para formatação da norma	PRPG(PGPI)	Mai/2010	Concluída
Análise do diagnóstico e consolidação da minuta na norma do plano de investimentos	PRPG(PGPI)	Jun/2010	Atrasada
Estabelecimento junto ao gestor dos requisitos dos projetos de investimentos	PRPG(PGPI)/ Gestores de Investimentos	Abr a Mai/2010	Atrasada
Definição junto ao gestor do escopo de cada projeto	PRPG(PGPI)/ Gestores de Investimentos	Mai a Jun/2010	Atrasada
Criação da Estrutura Analítica do Projeto (EAP) e validação junto aos gestores	PRPG(PGPI)/ Gestores de Investimentos	Jul a Ago/2010	Atrasada
Definição de todos os processos (atividades) de cada projeto junto ao gestor	PRPG(PGPI)/ Gestores de Investimentos	Jul a Ago/2010	Atrasada
Definição do cronograma de cada projeto junto ao gestor	PRPG(PGPI)/ Gestores de Investimentos	Ago a Dez/2010	Atrasada
Sensibilização das áreas gestoras de programas de investimento quanto à necessidade da implantação do Escritório de Projetos Corporativo	PRPG(PGPI)	Mai/2010	Atrasada
Apresentação da metodologia e composição do portfólio de projetos do Escritório Corporativo	PRPG(PGPI)	Jun a Ago/2010	Atrasada

Quadro 115: Plano de ação da iniciativa PI-13.3.b  
Fonte: Superintendência de Planejamento e Gestão – PRPG

A consolidação da minuta da norma do Plano de Investimentos foi prejudicada devido ao redirecionamento da força de trabalho da Gerência de Planejamento de Investimentos em prol das constantes revisões do Plano. Em 2010 foram realizadas cinco grandes revisões gerais do Plano de Investimentos, ocorridas nos meses de fevereiro, abril, julho, setembro e dezembro, sendo que quatro foram processadas em “planilha de Excel” por falta de um sistema informatizado que dê suporte para tal.

No entanto, em agosto, iniciou-se o projeto do novo Sistema de Planejamento e Gestão de Investimento - SPGI, que se encontra na fase de desenvolvimento de requisitos por meio da elaboração dos “casos de uso”, esse processo está possibilitando, também, discutir e definir procedimentos que serão incorporados a norma do Plano de Investimentos, entretanto, a consolidação da minuta da norma do Plano de Investimentos somente será concluída em 2011.

A Superintendência de Planejamento e Gestão - PRPG não pôde iniciar o desenvolvimento das etapas seguintes, que começa com o “estabelecimento junto ao gestor dos requisitos dos projetos de investimentos”, por falta da oficialização dos Projetos, o que seria sanado com o estabelecimento dos termos de abertura oficializando cada Gerente de Projeto.

Foram recebidos de maneira oficial, porém sem Ato Administrativo que designe o gerente, os termos de abertura do Programa 0124; foram enviadas também as minutas dos termos de abertura do Programa 0123.

Como ação corretiva, a Superintendência de Planejamento e Gestão - PRPG propôs a implantação da “Sala de Situação”, objeto da iniciativa PI-13.3.a, pela qual o monitoramento dos investimentos estratégicos está alinhado à metodologia de gerenciamento de projetos, dessa forma, entende-se que por meio da “Sala de Situação” será possível desenvolver as etapas que estão pendentes em 2011.

**Indicador PI-13.4: Número de dependências com Programa de Controle de Qualidade na AVSEC Contra Atos de Interferência Ilícita implantado.**

Responsável: Superintendência de Segurança Aeroportuária - DOSA.

Meta: 16 dependências.

Resultado esperado: Implementar até 2014 o Programa de Controle de Qualidade na AVSEC contra Atos de Interferência Ilícita nos 67 Aeroportos administrados pela Infraero.

Dependência		Número de dependências com Programa de Controle de Qualidade na AVSEC Contra Atos de Interferência Ilícita implantado		Realizado até dezembro/2010	
		Nº previsto	Nº implantado	Realização (%)	Varição em relação à meta (%)
SRCE	Sup. Regional do Centro-Leste	1	1	100,00	0,00
SRCO	Sup. Regional do Centro-Oeste	1	1	100,00	0,00
SRNE	Sup. Regional do Nordeste	2	2	100,00	0,00
SRNO	Sup. Regional do Norte	2	2	100,00	0,00
SRNR	Sup. Regional do Noroeste	2	2	100,00	0,00
SRRJ	Sup. Regional do Rio de Janeiro	1	1	100,00	0,00
SRSE	Sup. Regional do Sudeste	1	1	100,00	0,00
SRSP	Sup. Regional de São Paulo	2	2	100,00	0,00
SRSU	Sup. Regional do Sul	4	4	100,00	0,00
<b>INFRAERO</b>		<b>16</b>	<b>16</b>	<b>100,00</b>	<b>0,00</b>

Tabela 36: Resultado do indicador PI-13.4

Fonte: Superintendência de Segurança Aeroportuária - DOSA

Meta cumprida. Todas as implantações foram bem sucedidas.

**Iniciativa PI-13.4.a: Implementar o Programa de Qualidade AVSEC nos aeroportos da Rede Infraero.**

Responsável: Superintendência de Segurança Aeroportuária – DOSA.

ATIVIDADE/ETAPA	RESPONSÁVEL	QUANDO (INÍCIO E FIM)	SITUAÇÃO ATÉ DEZEMBRO/2010
Planejamento das etapas do Programa de Qualidade AVSEC	DOSA	jan/2010.	Concluído.
Elaboração do protocolo de Gestão da Qualidade	PRPG/DOSA/DONA	fev/2010.	Concluído.
Realização de <i>up grade</i> para formação de auditores AVSEC	PRPG/DOSA/DONA	mar/2010.	Concluído.
Palestra de Sensibilização nos aeroportos	PG do Aeroporto	10 dias antes da auditoria de adequação.	Concluído conforme programação.
Auditoria de adequação	Auditores AVSEC	Ver cronograma anexo.	Concluído conforme programação.
Elaboração do Relatório de Auditoria de adequação	Auditores	O Relatório de Auditoria será encaminhado a DOSA, em até 10 dias úteis após a auditoria, onde será analisado e enviado ao auditado.	Concluído conforme programação.
Elaboração do Plano de Ação	Regional/Aeroporto	02 semanas após do recebimento do Relatório de Auditoria de adequação.	Concluído conforme programação.
Auditoria de Validação	Auditores	Ver cronograma anexo.	Em conclusão conforme programação.
Relatório de Auditoria de Validação	Auditores	O Relatório de Auditoria será encaminhado a DOSA, em até 10 dias úteis após a auditoria, onde será analisado e enviado ao auditado.	Em conclusão conforme programação.

Quadro 116: Plano de ação da iniciativa PI-13.4.a  
Fonte: Superintendência de Segurança Aeroportuária – DOSA

Todas as implantações foram bem sucedidas.

Até o momento, não foram identificados óbices para a implantação nos próximos anos.

**Objetivo Estratégico CS-01 – Assegurar a confiança e o reconhecimento da sociedade**

**Indicador CS-01.1: Percentual de redução em relação ao ano anterior das matérias negativas na mídia.**

Gestor: Superintendência de Marketing e Comunicação – PRMC.

Meta: 5%.

Resultado esperado: Melhoria na imagem da Infraero diante da opinião pública, através da repercussão de matérias positivas, bem como munir a opinião pública de informação e transparência do serviço prestado pela Infraero à Sociedade.

Discriminação	Meta 2010 (%)	Matérias negativas na mídia 2009 (%)	Realizado até dezembro/2010		
			Matérias negativas na mídia (%)	Redução (%)	Realização em relação a meta (%)
INFRAERO (Meta Corporativa)	5	7,33	14,05	(91,68)	(1833,56)

Tabela 37: Resultado do indicador CS-01.1

Fonte: Superintendência de Marketing e Comunicação – PRMC

O não cumprimento da meta para 2010 se deu em virtude de diversos fatores, como a Copa do Mundo da África do Sul (esse evento provocou o interesse da mídia na realização da Copa de 2014, levantando dúvidas sobre a capacidade da Infraero de executar as melhorias previstas etc), eleições presidenciais e a conseqüente indefinição sobre o modelo futuro de gestão da Empresa.

Esses fatores e suas ramificações, além da paralisação de obras pelo Tribunal de Contas da União, investigações da Polícia Federal e críticas de organismos internacionais (como a *International Air Transport Association - IATA*), contribuíram para o desempenho negativo em 2010.

Como alternativa para o alcance da meta em 2011, está sendo proposta a contratação de consultoria para aperfeiçoar a atividade de assessoria e treinamento dos gestores da área de imprensa, a fim de obter resultados mais eficientes para a imagem da Empresa.

**Iniciativa CS-01.1.a: Divulgar fatos relevantes e ações positivas da Infraero, bem como atender a demanda dos veículos de comunicação, de maneira rápida, precisa e transparente.**

Responsável: Superintendência de Marketing e Comunicação – PRMC.

ATIVIDADE/ETAPA	RESPONSÁVEL	QUANDO (INÍCIO E FIM)	SITUAÇÃO ATÉ DEZEMBRO/2010
1) Aumentar a produção de notas e de entrevistas coletivas e individuais.	MCIP	2010/2014	Em andamento
2) Aumentar o número de matérias produzidas para o site da Infraero.	MCIP	2010/2014	Em andamento
3) Aperfeiçoar a ferramenta disponibilizada no site em dezembro de 2009 na área da Imprensa, denominada "Notas e Respostas", que tem objetivo de publicar o que a empresa divulga à imprensa e o que os veículos de comunicação divulgam a respeito da empresa.	MCIP	2010/2014	Concluída
4) Analisar, propor e implantar novos meios de comunicação com a imprensa e a sociedade utilizando as redes sociais.	MCIP	2010/2014	Em andamento
5) Aumentar o número de executivos da Infraero treinados para o atendimento à imprensa por meio da oferta de cursos de <i>media training</i> .	MCIP	Junho e Setembro de 2010	Concluída
6) Ampliar o serviço de <i>clipping</i> eletrônico a fim de se abranger um universo maior de notícias, como publicações internacionais, especializadas e notícias <i>on line</i> .	MCIP	Janeiro a Julho 2010	Concluída
7) Criação de Livro Eletrônico de Ocorrências para monitorar os atendimentos à imprensa e garantir a meta de 100% de retornos aos veículos.	MCIP	Jan a Dezembro 2010	Atrasada

Quadro 117: Plano de ação da iniciativa CS-01.1.a  
Fonte: Superintendência de Marketing e Comunicação – PRMC

Apresenta-se a seguir a situação de cada etapa:

- ✓ As três primeiras etapas da relação são ações permanentes, que devem ser aprimoradas constantemente. Todavia, em 2010, de janeiro a dezembro, foram produzidas 1.014 respostas à imprensa contra 672 no mesmo período de 2009. Em relação às matérias produzidas para o *site*, esse número saltou de 325 em 2009 para 567 em 2010.
- ✓ A quarta etapa foi contemplada com dois itens principais: a criação do Canal Infraero no *Youtube* e no *Twitter*. No *Twitter*, que até o final de 2010 já tinha atingido a marca de 1.000 seguidores, são reiteradas algumas das principais matérias que estão disponíveis no *site* da Empresa, além de outras mensagens curtas, mas de igual interesse para os usuários. Todavia, vale destacar que essas ferramentas ainda necessitam de aprimoramento da gestão, além de dar continuidade para inserção em outras redes sociais – como *Facebook*.
- ✓ A quinta etapa foi concluída. Na primeira turma de 2010 - nos dias 15 e 16 de junho – 18 superintendentes participaram e na segunda etapa - 31 de agosto e 1º de setembro – outros 17 participaram.
- ✓ A sexta etapa foi concluída devido à contratação da nova empresa prestadora de serviço, como ampliação do número de publicações internacionais e regionais.
- ✓ A sétima etapa foi consultada à área de tecnologia da informação e aguarda-se desenvolvimento da ferramenta adequada ao uso por parte da Gerência de Imprensa. A atividade será reprogramada para 2011.

**Iniciativa CS-01.2.a: Realizar ações publicitárias, institucionais e de comunicação que contribuam para divulgar e esclarecer aos clientes e usuários o negócio da Infraero, bem como a excelência nos serviços prestados pela empresa realizar pesquisa de imagem percebida com clientes e usuários.**

Responsável: Superintendência de Marketing e Comunicação – PRMC.

ATIVIDADE/ETAPA	RESPONSÁVEL	QUANDO (INÍCIO E FIM)	SITUAÇÃO ATE DEZEMBRO/2010
Implantar ferramenta "status report" na Gerência de Publicidade para aperfeiçoar a gestão das campanhas e peças publicitárias em desenvolvimento nas agências que atendem à Infraero.	MCPB	Janeiro a Fevereiro 2010	Concluída
Elaborar e implantar novos procedimentos para a publicidade institucional e mercadológica como: estipular critérios para campanhas e peças publicitárias, mapear locais para veiculação publicitárias nos principais aeroportos, mapear veículos e meios de comunicação para melhorar o foco das ações publicitárias, melhorar o alinhamento do discurso publicitário à visão da empresa e implantar ferramenta de avaliação dos resultados das campanhas e ações publicitárias da Infraero.	MCPB	Março a Julho 2010	Concluída
Analisar, propor e implantar ações publicitárias online e digitalizadas.	MCPB	Jul a Dezembro 2010	Concluída
Reformular o portal da Infraero na internet	MCCW / PRTI	Fev a Dezembro 2010	Concluída
Analisar, propor e implantar ações integradas de comunicação institucional para o setor aéreo, como o objetivo de melhorar a imagem da Infraero junto a este público.	MCRI / MCPB	Mar a Dezembro 2010	Concluída
Implantar projeto piloto para a padronização do atendimento nos balcões de informação INFO INFRAERO	MCPC	Mar a Dezembro 2010	Em andamento
Realizar campanhas e/ou desenvolver peças publicitárias com foco nas atribuições da Infraero com o objetivo de esclarecer aos clientes e usuários o negócio da empresa.	MCPB	2010/2011 (anualmente)	Em andamento
Reunião com áreas para definir representatividade, avaliação do Termo de Referência e sugestões sobre o processo de realização da pesquisa, com o objetivo de mensurar a imagem da empresa.	MCPC	Março 2011/2013	A iniciar
Produção do Termo de Referência	MCPC	Abril 2011/2013	A iniciar
Processo Licitatório	MCPC	Maió/Julho 2011/2013	A iniciar
Aplicação da pesquisa para avaliar o nível de satisfação dos passageiros, clientes-carga, pilotos, empresas aéreas, concessionários e população de áreas vizinhas dos aeroportos, através de pesquisa a ser realizada em 2011 e 2013 e acompanhamento das atividades da empresa contratada	MCPC	Agosto/setembro 2011/2013	A iniciar
Difusão interna dos resultados	MCPC	Novembro 2011/2013	A iniciar
Apoiar ações de comunicação para informar e melhorar indicadores	MCPC	Dezembro 2011/2013	A iniciar
Realizar campanhas e/ou desenvolver peças publicitárias que reforcem a excelência da Infraero no negócio em que atua.	MCPB	2012/2013 (anualmente)	A iniciar
Promover ações ou peças publicitárias de divulgação das obras e melhorias realizadas nos aeroportos das cidades sede da Copa 2014	MCPB/ MCRI	2010 a 2014	Em andamento

Quadro 118: Plano de ação da iniciativa CS-01.2.a  
Fonte: Superintendência de Marketing e Comunicação – PRMC

A seguir apresenta-se a situação de cada etapa:

- Atividade/Etapa: Implantar ferramenta *Status Report* na Gerência de Publicidade para aperfeiçoar a gestão das campanhas e peças publicitárias em desenvolvimento nas agências que atendem à Infraero:

- ✓ A ferramenta *Status Report* foi implantada junto às duas agências de publicidade contratadas pela Infraero em abril de 2010. O *Status Report* é disponibilizado *online* por meio de *link* FTP das agências, com acesso aos membros da Gerência de Publicidade - MCPB - Infraero. A ferramenta possibilita acompanhamento do andamento de todas as ações em curso junto a cada agência, em tempo real, favorecendo o controle e o fluxo das atividades da área.

- Atividade/Etapa: Elaborar e implantar novos procedimentos para a publicidade institucional e mercadológica como: estipular critérios para campanhas e peças publicitárias, mapear locais para veiculação publicitárias nos principais aeroportos, mapear veículos e meios de comunicação para melhorar o foco das ações publicitárias, melhorar o alinhamento do discurso publicitário à visão da empresa e implantar ferramenta de avaliação dos resultados das campanhas e ações publicitárias da

Infraero. Os novos procedimentos na Gerência de Publicidade - MCPB estão implantados e em curso:

- ✓ Os locais para veiculação de campanhas institucionais e mercadológicas da Infraero foram mapeados nos maiores aeroportos da Rede e, para a segunda edição da campanha Fique por Dentro, alguns mapeamentos foram atualizados e novos aeroportos foram incluídos. Esse procedimento já é prática para todas as campanhas, já tendo sido realizado em 2010 para ações relacionadas ao Aeroshopping e outras ações institucionais.
- ✓ Veículos impressos e digitais (revistas e portais/sites) foram mapeados com suas principais informações (perfil do público, custo por página, tiragem, etc) para se avaliar melhor e mais tecnicamente as inserções publicitárias. A atualização desse mapeamento é conduzida pelas agências contratadas sob supervisão da Gerência de Publicidade - MCPB.
- ✓ O discurso publicitário da Infraero foi alinhado à visão da Empresa com foco nos resultados obtidos na última pesquisa de imagem percebida (esclarecer ao público o papel e negócio da Empresa). A principal campanha publicitária institucional realizada atualmente é a Fique por Dentro, que tem esse objetivo como principal. As demais ações publicitárias seguem essa mesma diretriz e serão sempre norteadas por resultados das pesquisas de imagem.
- ✓ Pesquisas pós-teste foram implementadas com o objetivo de avaliar resultados de campanhas - os resultados da primeira pesquisa, da campanha Fique pro Dentro, serviram como referência para os ajustes no discurso e nas ações publicitárias para a próxima edição da campanha, iniciada em dezembro (a pesquisa, realizada em junho, avaliou a campanha veiculada de dezembro 2009 a junho 2010). As grandes ações de publicidade serão avaliadas por meio de pesquisas dessa natureza.
- ✓ Foi implementado o desenvolvimento de plataformas de comunicação, para execução em curto e médio prazo, para divulgação dos negócios comerciais da Infraero – varejo aeroportuário e logística de cargas. Essas plataformas proporcionam maior eficiência na realização das ações ao longo do ano, além de permitir um planejamento mais eficaz entre as áreas envolvidas. Trata-se de importante inovação pois, até então, as ações de divulgação desses produtos eram realizadas pontualmente e sem objetivo ou estratégias de comunicação definidas.
- ✓ Ações de *endomarketing* também passaram a integrar todas as plataformas de comunicação publicitária desenvolvidas pela Infraero. Inovação bastante relevante, pois considera o público interno como multiplicadores da comunicação oficial da empresa.

- Atividade/Etapa: Analisar, propor e implantar ações publicitárias online e digitalizadas.

- ✓ Tiveram início em novembro as primeiras ações publicitárias de *internet*, com conteúdo institucional. Em dezembro, foi implantada a Presença Digital da Infraero, por meio de perfis oficiais e interações com usuários em redes sociais (ação foi iniciada dentro do escopo da campanha Fique por Dentro). O início da atuação da Infraero na *internet* marca um importante movimento no sentido de atualizar e modernizar a comunicação da Empresa, além de abrir um importante canal de comunicação com diversos públicos de interesse. Trata-se de uma inovação inclusive no setor público e especialmente no setor aéreo.

- Atividade/Etapa: Reformular o portal da Infraero na *internet*.

- ✓ O portal da Infraero foi reformulado e entrou no ar em setembro de 2010.

- Atividade/Etapa: Analisar, propor e implantar ações integradas de comunicação institucional para o setor aéreo, como o objetivo de melhorar a imagem da Infraero junto a este público.

- ✓ Diversas ações foram realizadas em conjunto com outros órgãos do setor aéreo ao longo de 2010. A Infraero, por meio da Superintendência de Marketing e Comunicação Social - PRMC, teve participação ativa e vem tomando parte em ações e grupos de trabalho no sentido de continuar atuando de forma integrada no setor.
- ✓ Durante o planejamento da campanha Fique por Dentro, foram desenvolvidos o Guia do Passageiro e o *hotsite* Hora de Viajar, em parceria com o Ministério da Defesa, a Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC e o Comando da Aeronáutica; ambos com informações importantes e esclarecedoras para os passageiros.
- ✓ Em novembro, foi realizada coletiva de imprensa conjunta da Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC, da Infraero e das companhias aéreas, para jornalistas que cobrem o setor aéreo, para apresentar as ações para a alta temporada.
- ✓ Para a alta temporada 2010-2011, a Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC realizou campanha com distribuição de folheteria com informações sobre normas da agência para o passageiro. O material foi distribuído em 16 aeroportos da Rede Infraero, por meio de parceria estabelecida entre as instituições.
- ✓ No dia 3/12, em São Paulo, foi realizada reunião com diversos membros do setor aéreo brasileiro (Ministério da Defesa, Aeronáutica, companhias aéreas, Infraero, Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC e Embraer), com o intuito de estruturar ações coordenadas para o setor. As ações do grupo terão continuidade ao longo dos próximos anos.

- Atividade/Etapa: Implantar projeto piloto para a padronização do atendimento nos Balcões de Informações Info Infraero.

- ✓ Teve início em dezembro de 2010 a confecção do Manual de Procedimentos do Balcão de Informações, porém, esta atividade está em andamento e será reprogramada para 2011, sob a responsabilidade da Gerência de Relações Institucionais - MCRI.

Atividade/Etapa: Realizar campanhas e/ou desenvolver peças publicitárias com foco nas atribuições da Infraero com o objetivo de esclarecer aos clientes e usuários o negócio da empresa.

- ✓ A campanha Fique por Dentro é a ferramenta publicitária pela qual a Infraero passou a comunicar suas atribuições e as dos demais entes na atividade aeroportuária, a partir do final de 2009. Em virtude das restrições do período eleitoral e da natureza institucional da campanha, ela teve de ser retirada em junho. Em agosto foi iniciado o processo de desenvolvimento a nova versão da campanha. A segunda edição da campanha teve início em dezembro, com diversas inovações e melhorias, fruto de pesquisa pós-teste realizada e de novos projetos implementados.

- Atividade/Etapa: Realizar campanhas e/ou desenvolver peças publicitárias que reforcem a excelência da Infraero no negócio em que atua.

- ✓ Atividade programada para ter início em 2012.

Atividade/Etapa: Promover ações ou peças publicitárias de divulgação das obras e melhorias realizadas nos aeroportos das cidades sede da Copa 2014.

- ✓ No primeiro semestre, foi produzido vídeo institucional “Copa PAC”, com informações sobre as obras planejadas e em curso nos aeroportos das cidades-sede do mundial de futebol.
- ✓ O anúncio “Copa Capacete”, institucional que mostra os investimentos previstos pela Infraero para o mundial de 2014, foi veiculado em revistas, *sites* e portais de diversos segmentos.
- ✓ Está em andamento a produção de maquetes eletrônicas dos projetos de 16 aeroportos relacionados com as cidades-sede da Copa. As maquetes são modelagens em 3D animadas e poderão ser usadas em vídeos e apresentações, e os *frames* (imagens estáticas) poderão ilustrar os mais diversos materiais publicitários e de comunicação.
- ✓ Está em fase de planejamento, um projeto de ações publicitárias para 2011 com foco na divulgação dos investimentos previstos e em andamento nos aeroportos envolvidos com a Copa.

**Objetivo Estratégico CS-02 – Ter clientes satisfeitos**

**Iniciativa CS-02.1.a: Avaliar o grau de satisfação dos passageiros mediante pesquisa operacional.**

Responsável: Superintendência de Gestão Operacional – DOGP.

ATIVIDADE/ETAPA	RESPONSÁVEL	QUANDO (INÍCIO E FIM)	SITUAÇÃO ATÉ DEZEMBRO/2010
Reavaliação das pesquisas operacionais realizadas em 2005 e 2007, pela DOGP. Levou-se em consideração os critérios recomendados pela IATA.	DOGP / PRMC	05/2010 a 09/2010	Concluído
Avaliar o melhor dispositivo a ser empregado para o desenvolvimento da nova metodologia que será utilizada na aplicação da pesquisa operacional, nos aeroportos da rede.	DOGP / PRMC	10 a 11/2010	Atrasada
Preparar dispositivo escolhido para o desenvolvimento da nova pesquisa, levando em consideração os critérios utilizados nas pesquisas anteriores, conforme descritos abaixo: Acesso Terrestre; Meio fio; Pax por veículo; Chegada ao aeroporto; Check-in (balcão, totem ou internet); Chegada na fila do Check-in; Bagagem despachada; Bagagem de mão; Alfândega; Emigração; Inspeção de Segurança; Chegada à sala de embarque;	DOGP / PRMC	12 a 2/2011	Atrasada
Aplicação da pesquisa.	DOGP / PRMC	03 a 06/2011	A iniciar
Análise dos resultados da pesquisa.	DOGP / PRMC	07/2011	A iniciar
Realização de nova pesquisa.	DOGP / PRMC	08 a 10/2011	A iniciar
Análise dos resultados da pesquisa.	DOGP / PRMC	11/2011	A iniciar
Diagnóstico do grau de satisfação dos passageiros.	DOGP / PRMC	12/2011	A iniciar

Quadro 119: Plano de ação da iniciativa CS-02.1.a  
Fonte: Superintendência de Gestão Operacional – DOGP

Com o objetivo de avaliar o melhor dispositivo a ser empregado, foi agendada a apresentação de um Estudo Preliminar feito pelo Instituto Brasileiro de Projetos e Desenvolvimento Institucional – IBRADI para 20/12/2010, que por necessidade de readequação de agenda, por parte do Instituto, só foi realizada 20/01/2011 (1ª parte).

Em decorrência do atraso na segunda etapa, as demais foram comprometidas e por isso tiveram seus prazos revisados para o ano de 2011.

**Iniciativa CS-02.2.a: Avaliar o grau de satisfação das Empresas Aéreas mediante pesquisa de satisfação.**

Responsável: Superintendência de Gestão Operacional – DOGP.

ATIVIDADE/ETAPA	RESPONSÁVEL	QUANDO (INÍCIO E FIM)	SITUAÇÃO ATÉ DEZEMBRO /2010
Reavaliação das pesquisas operacionais realizadas em 2005 e 2007, pela DOGP.	DOGP / PRMC	05/2010 a 09/2010	Concluída
Avaliar o melhor dispositivo a ser empregado para o desenvolvimento da metodologia que será utilizada na aplicação da pesquisa de satisfação, nos aeroportos da rede.	DOGP / PRMC	10 a 11/2010	Atrasada
Preparar dispositivo escolhido para o desenvolvimento da nova pesquisa.	DOGP / PRMC	12 a 2/2011	Atrasada
Aplicação da pesquisa.	DOGP / PRMC	03 a 06/2011	A iniciar
Análise dos resultados da pesquisa.	DOGP / PRMC	07/2011	A iniciar
Realização de nova pesquisa.	DOGP / PRMC	08 a 10/2011	A iniciar
Análise dos resultados da pesquisa.	DOGP / PRMC	11/2011	A iniciar
Diagnóstico do grau de satisfação das Empresas Aéreas.	DOGP / PRMC	12/2011	A iniciar

Quadro 120: Plano de ação da iniciativa CS-02.2.a  
Fonte: Superintendência de Gestão Operacional – DOGP

Para a avaliação do melhor dispositivo a ser utilizado na pesquisa de 2011, foram consideradas as realizadas em 2007 e 2009. O ajuste da informação foi providenciado na revisão de 2011.

A Superintendência de Gestão Operacional - DOGP, junto com a Superintendência de Marketing e Comunicação Social - PRMC, está preparando os novos critérios para realização da pesquisa.

Com a revisão da iniciativa para o ano de 2011, os prazos foram readequados e as tratativas para o cumprimento das etapas iniciado.

**Iniciativa CS-02.3.a: Fortalecer o relacionamento com os clientes – Concessionários com base em pesquisas da PRMC.**

Responsável: Superintendência de Negócios Comerciais – DCNC.

ATIVIDADE/ETAPA	RESPONSÁVEL	QUANDO (INÍCIO E FIM)	SITUAÇÃO ATÉ DEZEMBRO/2010
Avaliação dos resultados de pesquisa de satisfação	RCDM	Janeiro a Fevereiro 2010	Concluída
Elaboração dos planos de ação corretivos das não-conformidades	DCRC	Março 2010	Concluída
Encaminhamento às Regionais para implementação das ações previstas no plano de ações corretivas	DCRC	Abril a Novembro 2010	Concluída
Avaliação dos resultados das ações corretivas	DCRC	Dezembro 2010	Concluída

Quadro 121: Plano de ação da iniciativa CS-02.3.a  
Fonte: Superintendência de Negócios Comerciais – DCNC

Recebidas e avaliadas as respostas dos aeroportos que encaminharam as informações de ações corretivas implementadas e ações a desenvolver.

Em 2011 a Gerência de Relacionamento Comercial - NCRC realizará monitoramento contínuo das ações a serem desenvolvidas.

**Iniciativa CS-02.4.a: Desenvolver programa de melhoria do nível de satisfação dos clientes da Rede Teca.**

Responsável: Superintendência de Logística de Carga – DCLC.

ATIVIDADE/ETAPA	RESPONSÁVEL	QUANDO (INÍCIO E FIM)	SITUAÇÃO ATÉ DEZEMBRO/2010
Avaliar o resultado da Pesquisa de Imagem e Satisfação de Clientes realizada pela PRMC em 2009.	DCLC	Mai/2010 a Julho/2010	Concluído
Definir e priorizar as ações a serem desenvolvidas para melhoria do nível de satisfação registrado na Pesquisa.	DCLC	Julho/2010 a Outubro/2010	Concluído
Elaborar e implantar Programa de melhoria do nível de satisfação dos clientes da Rede Teca	DCLC	Janeiro/2011 a Dezembro/2014	Em andamento

Quadro 122: Plano de ação da iniciativa CS-02.4.a  
Fonte: Superintendência de Logística de Carga – DCLC

Após análise do andamento e dos resultados da presente iniciativa durante o exercício 2010 ficou demonstrada a possibilidade de antecipação da etapa relativa à elaboração e implantação do Programa de Melhoria do Nível de Satisfação dos Clientes da Rede, passando de: “janeiro de 2011 a dezembro de 2014” para: “até dezembro de 2011”.

**Iniciativa CS-02.5.a: Elaborar planos de ações de melhorias com base na avaliação dos resultados da última pesquisa realizada e implementar, ao menos, 90% das ações em 2 anos, visando aumentar o nível dos serviços prestados aos clientes pilotos.**

Responsável: Superintendência de Navegação Aérea – DONA.

ATIVIDADE/ETAPA	RESPONSÁVEL	QUANDO (INÍCIO E FIM)	SITUAÇÃO ATÉ DEZEMBRO/2010
Analisar os resultados obtidos na Pesquisa de Opinião e Satisfação para o Público Pilotos em 2009 e Identificar oportunidades de melhoria para aumento da satisfação dos pilotos.	DONA(NAME)	FEV 2010 / MAR 2010	Concluída
Encaminhar às áreas relacionadas e aeroportos os itens identificados como insatisfatórios, solicitando informações e propostas sobre ações com intuito de eliminar ou mitigar os problemas encontrados.	DONA(NAME)	ABR 2010 / ABR 2010	Concluída
Consolidar as informações recebidas das áreas relacionadas e aeroportos, realizar tratativas e validar planos de ações a serem implementadas em 2010 e 2011.	DONA(NAME)	MAI 2010 / JUN 2010	Atrasada
Implementar, em 2010, ao menos 30% das ações previstas nos planos de ações resultantes da avaliação dos resultados da Pesquisa de Opinião e Satisfação 2009.	Áreas relacionadas e aeroportos.	JUL 2010 / DEZ 2010	Concluída
Acompanhar e controlar a implementação das ações previstas para 2010.	DONA(NAME)	JUL 2010 / DEZ 2010	Concluída
Implementar, em 2011, ao menos 90% das ações previstas nos planos de ações resultantes da avaliação dos resultados da Pesquisa de Opinião e Satisfação 2009.	Áreas relacionadas e aeroportos.	JAN 2011 / DEZ 2011	Não iniciada
Acompanhar e controlar a implementação das ações previstas para 2011.	DONA(NAME)	JAN 2011 / DEZ 2011	Não iniciada
Analisar os resultados obtidos na Pesquisa de Opinião e Satisfação para o Público Pilotos em 2011 e Identificar oportunidades de melhoria para aumento da satisfação dos pilotos.	DONA(NAME)	FEV 2012 / MAR 2012	Não iniciada
Encaminhar às áreas relacionadas e aeroportos os itens identificados como insatisfatórios, solicitando informações e propostas sobre ações com intuito de eliminar ou mitigar os problemas encontrados.	DONA(NAME)	ABR 2012 / ABR 2012	Não iniciada
Consolidar as informações recebidas das áreas relacionadas e aeroportos, realizar tratativas e validar planos de ações a serem implementadas em 2012 e 2013.	DONA(NAME)	MAI 2012 / JUN 2012	Não iniciada
Implementar, em 2012, ao menos 30% das ações previstas nos planos de ações resultantes da avaliação dos resultados da Pesquisa de Opinião e Satisfação 2011.	Áreas relacionadas e aeroportos.	JUL 2012 / DEZ 2012	Não iniciada
Acompanhar e controlar a implementação das ações previstas para 2012.	DONA(NAME)	JUL 2012 / DEZ 2012	Não iniciada
Implementar, em 2013, ao menos 90% das ações previstas nos planos de ações resultantes da avaliação dos resultados da Pesquisa de Opinião e Satisfação 2011.	Áreas relacionadas e aeroportos.	JAN 2013 / DEZ 2013	Não iniciada
Acompanhar e controlar a implementação das ações previstas para 2013.	DONA(NAME)	JAN 2013 / DEZ 2013	Não iniciada

Quadro 123: Plano de ação da iniciativa CS-02.5.a  
Fonte: Superintendência de Navegação Aérea – DONA

A atividade/etapa que apresenta o status “Atrasada” depende do envio à Sede, dos Planos de Ação atualizados por parte dos: Aeroporto Internacional de Brasília – Presidente Juscelino Kubitschek - SBBR, Aeroporto Internacional de Boa Vista – Atlas Brasil Cantanhade - SBBV, Aeroporto Internacional de Campo Grande - SBCG, Aeroporto Internacional de Curitiba – Afonso Pena - SBCT, Aeroporto Internacional de Porto Velho – Gov. Jorge Teixeira de Oliveira - SBPV, Aeroporto Internacional do Recife/Guararapes – Gilberto Freyre - SBRF e Aeroporto Internacional de Salvador – Dep. Luís Eduardo Magalhães - SBSV.

Porém, a maior parte dos Planos já foi recebida e a etapa de implementar em 2010 30% das ações previstas já foi atingida.

**Objetivo Estratégico F-01 – Crescer de forma sustentável garantindo o cumprimento da sua missão**

**Indicador F-01.1: Margem de Lucro (EBTIDA).**

Responsável: Superintendência de Controladoria – DFCT.

Meta: 23,9%.

Resultado esperado: Garantir a auto-suficiência de caixa da Infraero.

Dependência		Meta 2010 (%)	Realizado até dezembro/2010			
			Receita operacional (R\$)	EBTIDA (R\$)	Margem EBTIDA (%)	Varição em relação à meta (%)
SRCE	Sup. Regional do Centro-Leste	44,0	143.661.311,82	38.338.534,71	26,69	(39,35)
SRCO	Sup. Regional do Centro-Oeste	30,4	223.901.442,25	54.472.524,14	24,33	(19,97)
SRNE	Sup. Regional do Nordeste	24,5	225.077.157,73	48.487.974,68	21,54	(12,07)
SRNO	Sup. Regional do Norte	-35,0	90.561.931,02	-30.441.480,65	-33,61	3,96
SRNR	Sup. Regional do Noroeste	8,6	152.925.517,60	33.516.251,88	21,92	154,85
SRRJ	Sup. Regional do Rio de Janeiro	21,9	467.801.970,42	46.341.918,03	9,91	(54,77)
SRSE	Sup. Regional do Sudeste	28,9	214.701.666,11	52.416.113,47	24,41	(15,52)
SRSP	Sup. Regional de São Paulo	68,4	1.274.190.971,19	675.085.333,98	52,98	(22,54)
SRSU	Sup. Regional do Sul	37,6	286.302.361,00	80.166.838,48	28,00	(25,53)
<b>INFRAERO</b>		<b>23,9</b>	<b>3.081.072.730,23</b>	<b>466.268.346,04</b>	<b>15,13</b>	<b>(36,68)</b>

Tabela 38: Resultado do indicador F-01.1  
Fonte: Superintendência de Controladoria – DFCT

A margem Ebtida de 15,13% no consolidado, incluindo Sede e Superintendência Regionais, ficou abaixo da meta prevista para o encerramento do ano.

Houve aumento do Ebtida em 29,7% em relação ao mesmo período anterior e a receita operacional cresceu 18,0%, em função do aumento de demanda operacional e das receitas comerciais.

As receitas referenciadas em dólar não estão acompanhando o crescimento operacional em função, principalmente, da valorização do Real frente ao dólar que fechou o ano com média de R\$ 1,76 ante os R\$ 2,00 verificado no exercício de 2009.

Em relação a despesa operacional, houve aumento de 16,4%, principalmente em serviços contratados, consequência da ampliação dos contratos operacionais e de manutenção nos aeroportos para conformação aos normativos vigentes, e das despesas com pessoal, já computados os reflexos do reajuste salarial de 5,3% aprovado no Acordo Coletivo de Trabalho - ACT 2010/2011, promoção horizontal por antiguidade, aprovação do Plano de Cargos e Salários – PCCS, estrutura organizacional dos aeroportos efetuada em 2009 e progressão dos engenheiros e arquitetos no quadro da Empresa, bem como a contratação de 2.101 no exercício.

Apesar do aumento apresentado na receita e no Ebtida, a meta está sendo comprometida devido ao aumento da despesa operacional quando da definição da meta.

O orçamento original da despesa estava previsto em R\$ 2.409,3 milhões, porém, encerrou o ano em R\$ 2.643,4 milhões, ou seja, um aumento de 9,7%.

De acordo com o quadro acima, somente as Superintendência Regional do Norte - SRNO e Superintendência Regional do Noroeste - SRNR cumpriram a meta estabelecida, enquanto a Superintendência Regional do Rio de Janeiro - SRRJ foi a que ficou mais distante da meta.

### **Iniciativa F-01.1.a: Recomposição Tarifária.**

Responsável: Superintendência de Controladoria – DFCT.

ATIVIDADE/ETAPA	RESPONSÁVEL	QUANDO (INÍCIO E FIM)	SITUAÇÃO ATÉ DEZEMBRO/2010
Elaboração de proposta técnica	DFCT	2009	Concluído
Aprovação da proposta	DF	2009	Concluído
Encaminhamento da proposta ao Ministério da Defesa	PR	2009	Concluído
Discussão da proposta	DFCT/ANAC	mar/2010	Concluído
Análise e aprovação da proposta	ANAC	jun/2010	Concluído

Quadro 124: Plano de ação da iniciativa F-01.1.a  
Fonte: Superintendência de Controladoria – DFCT

Em 4/11/2010, a proposta de regulação das Tarifas Aeroportuárias foi disponibilizada no sítio da Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC para Audiência Pública. Em 16/11/2010 houve a audiência pública presencial, onde a Infraero e demais entes interessados expuseram suas sugestões, sendo concluída no dia 24/11/2010. A Resolução nº 180 foi aprovada pela Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC em 25/01/2011.

Observa-se que esta Resolução versa sobre o modelo de regularização das tarifas aeroportuárias de embarque, pouso e permanência e dos preços unificados e de permanência, sendo que a primeira revisão tarifária está prevista para ocorrência em 2011, com vigência dos novos tetos tarifários em 1º de março de 2011.

### **Iniciativa F-01.1.b: Nova modelagem da tarifação de pouso e permanência.**

Responsável: Superintendência de Controladoria – DFCT.

ATIVIDADE/ETAPA	RESPONSÁVEL	QUANDO (INÍCIO E FIM)	SITUAÇÃO ATÉ DEZEMBRO/2010
Encaminhamento de documento ao Ministério da Defesa	PR	Fev/2010	Concluído
Discussão da proposta com técnicos do Ministério da Defesa	DFCT/Ministério da Defesa	mar/2010	Concluído
Encaminhamento de documento à ANAC	Ministério da Defesa	abr/2010	Concluído
Discussão da proposta com técnicos da ANAC	DFCT/ANAC	jun/2010	Em andamento
Análise e aprovação da proposta	ANAC	Jul/2010	Atrasada

Quadro 125: Plano de ação da iniciativa F-01.1.b  
Fonte: Superintendência de Controladoria – DFCT

Devido ao aumento de escopo do projeto a iniciativa está atrasada.

Foi encaminhado ao Ministério da Defesa minuta da resolução da citada proposta e aguardando retorno para continuidade da proposta, por meio da CF nº 13692/PR/2010 de 11/06/2010.

A proposta foi encaminhada pelo Ministério da Defesa à Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC e as discussões estão em andamento.

#### 4. PROGRAMAS E AÇÕES

A Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária (Infraero) participa de três programas distintos no Plano Plurianual 2008-2011 (PPA):

- ✓ 0631 - Desenvolvimento da Infraestrutura Aeroportuária;
- ✓ 0623 - Segurança de Voo e Controle do Espaço Aéreo Brasileiro;
- ✓ 0807 - Investimentos das Empresas Estatais na Infraestrutura de Apoio.

No exercício de 2010 foram investidos R\$ 643,6 milhões em obras e equipamentos, sendo R\$ 320,1 milhões com recursos próprios, R\$ 205,8 milhões com recursos do Adicional de Tarifa Aeroportuária – Ataero e R\$ 117,7 milhões com recursos de aporte de capital.

Descrição	2010
<b>a) Com Recursos Próprios da Infraero</b>	<b>320,1</b>
. Equipamentos	236,2
. Obras	83,9
<b>b) Com Recursos Ataero (Parte Infraero)</b>	<b>205,8</b>
. Equipamentos	35,5
. Obras	170,3
<b>c) Com Recursos de Aporte</b>	<b>117,7</b>
. Obras	117,7
<b>TOTAL</b>	<b>643,6</b>

Quadro 126: Fonte de recursos para investimentos (R\$ milhões)  
Fonte: Superintendência de Planejamento e Gestão - PRPG

Demonstração do Orçamento de Investimentos da Infraero, por programa e ação orçamentária e o percentual de realização, equivalente a 59% de execução financeira.

AÇÃO	DEP	DESCRIÇÃO	2010		
			LOA + Créditos	REALIZADO	Var %
<b>0631</b>		<b>DESENVOLVIMENTO DA INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA</b>	<b>936.497.759</b>	<b>529.943.399</b>	<b>57%</b>
		<b>PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO - PAC</b>	<b>302.558.967</b>	<b>168.753.227</b>	<b>56%</b>
0631.1F52.0052	SBGO	Construção do Terminal de Passageiros, de Sistemas de Pistas e Pátios, de Estacionamento de Veículos e de Sistema Viário no Aeroporto de Goiânia (GO)	8.201.411	5.197.714	63%
0631.1F53.0016	SBMQ	Construção de Terminal de Passageiros no Aeroporto Internacional de Macapá (AP)	7.022.449	5.681.341	81%
0631.1F54.0033	SBRJ	Reforma e Ampliação do Terminal de Passageiros e do Sistema de Pistas e Pátios do Aeroporto Santos Dumont (RJ)	934.572	789.569	84%
0631.1F55.0024	SBNT	Execução de Terraplanagem, Pavimentação, Drenagem, Sinalização Horizontal e de Obras de Infraestrutura de Sistemas de Auxílio e Proteção ao Voo do Novo Complexo Aeroportuário em São Gonçalo do Amarante (RN)	41.350.000	35.151.228	85%
0631.1F56.0042	SBFL	Construção do Terminal de Passageiros, de Sistema de Pistas e Pátios, de Estacionamento de Veículos e Acesso Viário no Aeroporto Internacional de Florianópolis (SC)	2.489.775	1.385.035	56%
0631.1F59.0053	SBBR	Reforma e Ampliação Sul do Terminal de Passageiros do Aeroporto Internacional de Brasília (DF)	12.700.000	3.595.857	28%
0631.1J93.0041	SBCT	Ampliação dos Sistemas de Pistas e Pátios e de Macrodrenagem do Aeroporto Internacional Curitiba (PR)	883.416	31.039	4%
0631.1J95.0032	SBVT	Construção de Terminal de Passageiros, de Torre de Controle e de Sistema de Pista do Aeroporto de Vitória (ES)	7.680.000	6.562.058	85%
0631.1J98.0051	SBCY	Complementação da Reforma e Ampliação do Terminal de Passageiros do Aeroporto Internacional de Cuiabá (MT)	673.846	-	-
0631.1J99.0035	SBGR	Adequação e Ampliação do Sistema de Pistas e Pátios do Aeroporto Internacional de Guarulhos (SP)	24.254.326	23.529.337	97%
0631.1K02.0026	SBRF	Implantação de Quatro Pontes de Embarque no Aeroporto Internacional de Recife (PE)	9.303.603	3.891.830	42%
0631.1M30.0035	SBSP	Construção da Torre de Controle no Aeroporto Internacional de Congonhas (SP)	15.813.078	6.951.795	44%
0631.1M31.0035	SBGR	Construção de Terminal de Passageiros, de Pátio de Aeronaves e de Acesso Viário no Aeroporto Internacional de Guarulhos (SP)	19.150.000	1.048.136	5%
0631.1M32.0033	SBGL	Recuperação do Sistema de Pistas e Pátios do Aeroporto do Galeão (RJ)	24.270.636	18.652.736	77%
0631.1M33.0043	SBPA	Construção do Complexo Logístico do Aeroporto Internacional de Porto Alegre (RS)	7.442.000	6.170.656	83%
0631.1O00.0035	SBKP	Recuperação e Reforço Estrutural dos Sistemas de Pistas do Aeroporto Internacional de Campinas (SP)	1.340.163	-	-
0631.1P49.0043	SBPA	Ampliação da Pista de Pouso/Decolagem do Aeroporto Internacional de Porto Alegre (RS)	7.520.000	4.956.829	66%
0631.1P52.0022	SBPB	Ampliação e Reforço do Pátio de Aeronaves e Pista de Pouso/Decolagem do Aeroporto de Parnaíba (PI)	5.976.087	1.872.313	31%
0631.1P56.0041	SBCT	Ampliação do Terminal de Carga do Aeroporto Internacional de Curitiba (PR)	8.188.773	-	-
0631.1P63.0033	SBGL	Reforma do Terminal de Cargas do Aeroporto Internacional do Galeão (RJ)	24.979.614	6.317.393	25%
0631.1P68.0032	SBVT	Construção do Novo Terminal de Cargas do Aeroporto de Vitória (ES)	400.000	-	-
0631.7H34.0035	SBKP	Ampliação da Infraestrutura Aeroportuária do Aeroporto Internacional de Campinas (SP)	1.090.862	226.541	21%
0631.106A.0053	SBBR	Construção de Viaduto Sobre Via de Acesso no Aeroporto Internacional de Brasília (DF)	580.000	-	-
0631.10Z3.0035	SBGR	Adequação e Ampliação do Sistema de Pistas e Pátios do Aeroporto Internacional de Guarulhos (SP) - 2ª Etapa	6.836.857	1.770.810	26%
0631.10Z4.0035	SBKP	Construção da 2ª Pista do Aeroporto Internacional Viracopos - Campinas (SP)	32.208.342	5.422.318	17%
0631.10Z7.0042	SBJV	Ampliação do Sistema de Pátio de Estacionamento de Aeronaves e Pista de Pouso/Decolagem do Aeroporto de Joinville (SC)	930.000	733.025	79%
0631.10Z8.0033	SBGL	Revitalização, Modernização e Manutenção do Terminal de Passageiros 1 e demais Instalações de Apoio do Aeroporto Internacional do Galeão - Rio de Janeiro (RJ)	24.805.710	24.330.666	98%
0631.10ZA.0031	SBCF	Reforma e Ampliação do Aeroporto Internacional Tancredo Neves - Confinis (MG)	2.183.447	1.927.779	88%
0631.10ZB.0023	SBFZ	Construção do Terminal de Passageiros 2 do Aeroporto Internacional Pinto Martins - Fortaleza (CE)	2.320.000	1.949.281	84%
0631.10ZD.0015	SBSN	Reforma e Adequação do Terminal de Passageiros do Aeroporto de Santarém (PA)	400.000	399.088	100%
0631.10ZE.0022	SBTE	Construção do Terminal de Passageiros e Pátio de Aeronaves do Aeroporto de Teresina (PI)	630.000	208.852	33%
		<b>OUTRAS AÇÕES ESPECÍFICAS</b>	<b>73.869.557</b>	<b>51.314.148</b>	<b>69%</b>
0631.7J01.0033	SBGL	Revitalização e Modernização do Terminal de Passageiros 2 e demais Instalações de Apoio do Aeroporto Internacional do Galeão (RJ)	34.590.000	19.742.208	57%
0631.10Z5.0035	SBSP	Adequação da Infraestrutura Aeroportuária do Aeroporto Internacional de Congonhas (SP) - 3ª Etapa	527.557	320.555	61%
0631.127X.0031	SBBH	Aquisição de Área para Ampliação do Sítio do Aeroporto da Pampulha - Carlos Drummond de Andrade, em BH - MG	31.252.000	31.251.385	100%
0631.12OL.0035	SBGR	Construção de Terminal de Cargas Modular Estruturado no Aeroporto Internacional de Guarulhos - SP	7.500.000	-	0%
		<b>NACIONAL</b>	<b>295.327.913</b>	<b>143.515.433</b>	<b>49%</b>
0631.1F62.0001		Adequação da Infraestrutura Aeroportuária	295.327.913	143.515.433	49%
		<b>MANUTENÇÃO DA INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA</b>	<b>264.741.322</b>	<b>166.360.591</b>	<b>63%</b>
0631.4099.0010		Região Norte	28.839.875	12.512.453	43%
0631.4099.0020		Região Nordeste	30.774.516	13.458.359	44%
0631.4099.0030		Região Sudeste	89.293.120	61.880.106	69%
0631.4099.0040		Região Sul	28.640.255	17.970.772	63%
0631.4099.0050		Região Centro-Oeste	87.193.556	60.538.901	69%
<b>0623</b>		<b>PROGRAMA DE SEGURANÇA DE VOO E CONTROLE DO ESPAÇO AÉREO</b>	<b>54.080.639</b>	<b>28.555.985</b>	<b>53%</b>
		<b>MANUTENÇÃO DOS SISTEMAS DE PROTEÇÃO AO VOO</b>	<b>54.080.639</b>	<b>28.555.985</b>	<b>53%</b>
0623.2041.0010		Região Norte	1.853.377	1.289.675	70%
0623.2041.0020		Região Nordeste	785.588	-	0%
0623.2041.0030		Região Sudeste	15.702.787	7.257.962	46%
0623.2041.0040		Região Sul	4.380.798	1.549.885	35%
0623.2041.0050		Região Centro-Oeste	31.358.090	18.458.463	59%
<b>0807</b>		<b>PROGRAMA DE INVEST. DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRAESTRUTURA DE APOIO</b>	<b>94.914.598</b>	<b>85.121.830</b>	<b>90%</b>
0807.4102.0001		Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos - Nacional	31.195.159	29.619.755	95%
0807.4103.0001		Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento - Nacional	63.719.429	55.502.075	87%
		<b>T O T A L</b>	<b>1.085.492.986</b>	<b>643.621.214</b>	<b>59%</b>

Quadro 127: Orçamento de investimentos  
Fonte: Superintendência de Planejamento e Gestão - PRPG

Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA: 0631		Denominação: Desenvolvimento da Infraestrutura Aeroportuária				
Tipo do Programa: Finalístico						
Objetivo Geral: Promover o crescimento econômico ambientalmente sustentável, com geração de empregos e						
Objetivos Específicos: Aumentar a capacidade e melhorar a eficiência do sistema de infra-estrutura aeroportuária						
Gerente: Murilo Marques Barboza			Responsável:			
Público Alvo: Usuários do sistema aeroportuário brasileiro.						
Informações orçamentárias e financeiras do Programa					Em R\$	
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
1.930.908.294	1.406.001.838	315.276.377	646.281.853		646.281.853	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no	Índice atingido no
		Data	Índice	Índice final		
1	Porcentagem	31/12/2004	68,25	80,00	80,00	46,00
Fórmula de Cálculo do Índice						
Número de fases de obras realizadas / número de fases de obras planejadas.						
Análise do Resultado Alcançado						

Quadro 128: Quadro A.2.1 da DN TCU nº 107/2010 – Demonstrativo da Execução por Programa de Governo  
Fonte: Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento - SIGPLAN

### Análise crítica do programa

O programa de Desenvolvimento da Infraestrutura Aeroportuária tem como objetivo aumentar a capacidade e melhorar a eficiência do sistema de infraestrutura aeroportuária brasileira, de suma importância para ações relacionadas ao desenvolvimento do país. A fim de garantir a operacionalidade e a segurança compatíveis com as necessidades do setor e compatibilizar o crescente aumento da demanda de passageiros com a manutenção do conforto e da segurança, a Infraero tem concentrado esforços no provimento de obras que visam à manutenção e a adequação da infraestrutura aeroportuária priorizando as obras incluídas no Programa de Aceleração do Crescimento – PAC e as obras nos Aeroportos das cidades que serão sede da Copa 2014 e Olimpíadas 2016.

A dotação orçamentária atual das ações de responsabilidade da Infraero neste programa, que compõe o Orçamento de Investimento das Estatais é de R\$ 936,5 milhões e representa 66,61% da dotação total do programa no valor de R\$ 1.406,0 bilhão. A execução da Infraero foi de R\$ 529,9 milhões correspondendo a 57% do valor orçado. Foram investidos recursos em obras de grande relevância, assim como na manutenção e adequação da infraestrutura aeroportuária, além da aquisição de inúmeros equipamentos.

Os maiores entraves à realização da Infraero se baseiam em licitações desertas (desinteresse do mercado, em face dos requisitos especificados nos termos de referência dos editais) e/ou fracassadas (inaptidão do mercado frente aos requisitos de habilitação e/ou regras de negócio estipuladas nos editais), demora no processo de licitações em decorrência de impugnações de editais, recursos administrativos e judiciais e adequações dos termos de referência para atendimento de normativos internos e/ou requisitos legais orientados pelos órgãos de controle interno e externo, atrasos na entrega de projetos por empresas contratadas, necessidade de aditamentos nos contratos de obras por interferências não previstas durante a fase de projetos, entre outros, revisões, na fase de

planejamento da contratação, na elaboração de planos de trabalhos pelo Exército em algumas obras que foram demandas para realização por meio de Acordo de Cooperação, processos de desapropriação que impactaram na elaboração de projetos, com conseqüente retardo no início de algumas obras, solicitação da indústria do setor aéreo, da Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC e de órgãos do sistema para postergação de etapas da obra do sistema de pistas no aeroporto de Guarulhos, assim como dependência de realização de perícias técnicas em algumas obras, como Guarulhos, Vitória, Goiânia e Santos Dumont.

Como principais destaques, podemos citar os investimentos em infraestrutura, como a recuperação e revitalização do sistema de pistas e pátios e a reforma das pistas de táxi do Aeroporto Internacional do Rio de Janeiro/Galeão – Antonio Carlos Jobim - SBGL, a ampliação do estacionamento de veículos, em mais de 1.500 vagas, no Aeroporto de Internacional de Confins – Tancredo Neves - CBCF, a ampliação e reforço da pista de pouso do Aeroporto Internacional de Parnaíba – Prefeito Dr. João Silva Filho - SBPB, as obras de pavimentação da pista de São Gonçalo do Amarante, a cobertura do terminal de passageiros do Aeroporto Internacional de Macapá – Alberto Alcolumbre – SBMQ, a primeira etapa do conector de embarque e desembarque do Aeroporto Internacional do Recife/Guararapes – Gilberto Freyre - SBRF, além do projeto do novo terminal de passageiros do Aeroporto Internacional de Santarém – Maestro Wilson Fonseca - SBSN. Destaca-se ainda, a revitalização dos terminais de passageiros do Aeroporto Internacional de Brasília – Presidente Juscelino Kubitschek – SBBR e do Aeroporto Internacional de Porto Alegre – Salgado Filho – SBPA, bem como a conclusão da instalação do Módulo Operacional - MOP no Aeroporto Internacional de Brasília – Presidente Juscelino Kubitschek - SBBR e no Aeroporto Internacional de Florianópolis – Hercílio Luz - SBFL. Além de outros investimentos que estão em andamento, como a publicação dos editais referentes à primeira fase da obra de revitalização de Brasília, os projetos do terminal de passageiros de Cuiabá, do sistema de pátio de Macapá, da torre de controle e do edifício da seção de combate a incêndios de Vitória e ainda o edital de licitação para reforma e ampliação do terminal de passageiros de Confins, que compõem o conjunto das grandes obras do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC.

Quanto aos equipamentos, podemos destacar a aquisição de 29 ambulâncias, 30 micro-ônibus, 54 ônibus, 100 veículos operacionais, além de 13 mil carrinhos de bagagem e longarinas para diversos aeroportos, evidenciando o compromisso da Infraero com o conforto e a segurança dos usuários.

No tocante à logística de carga, destaca-se em 2010, por sua relevância para os negócios da Empresa: upgrade do sistema de transelevadores e investimentos na área de importação no Aeroporto Internacional de São Paulo/Guarulhos – Governador André Franco Montoro - SBGR, sendo realizadas as obras de atualização tecnológica e ampliação do sistema de transelevadores do terminal de logística de carga, permitindo a disponibilização de mais de 580 novas posições para armazenagem e o envio da carga da área de recebimento, até a área de liberação, de forma totalmente automatizada, proporcionando maior segurança, controle e agilidade ao processo, assim como a montagem da nova estrutura espacial do setor de recebimento da importação, ampliando a área coberta em 10%. Melhorias no terminal de cargas 2 do Aeroporto Internacional do Recife/Guararapes – Gilberto Freyre - SBRF, para oferecer mais conforto aos clientes, concessionários e empregados, a central de ar-condicionado foi revitalizada, vestiários e sanitários foram reformados e foram realizadas as obras no complexo frigorífico para a ativação de câmaras que vão proporcionar o acondicionamento adequado das cargas que necessitam de refrigeração. A construção de armazém estruturado para cargas no Aeroporto Internacional de Manaus – Eduardo Gomes - SBEG. A disponibilização dessa área – com capacidade para 800 toneladas – concretiza mais uma das ações adotadas para o devido tratamento das cargas importadas pelas empresas do Pólo Industrial de Manaus - PIM. E ainda a construção do novo terminal de carga nacional em

Cuiabá. Além da automatização da pesagem de carga com a implantação do Sistema de Controle Automático de Pesagem – COAP, em Manaus, Guarulhos, Galeão, Campinas e Curitiba, a aquisição de novas empilhadeiras para os terminais de logística de carga da Rede Infraero nos aeroportos de Guarulhos, Campinas, Porto Alegre, Recife, Salvador, Petrolina, Fortaleza, Goiânia e Vitória, totalizando 39 novas empilhadeiras. Os equipamentos têm capacidade de operação de cargas de duas até quatro toneladas e visam melhorar o atendimento e garantir a modernização e ampliação do parque de empilhadeiras dos terminais de cargas da rede, resultando em ganhos de produtividade, agilidade, segurança das cargas nas operações logísticas e menor custo de manutenção. Permitirá, ainda, significativos ganhos aos clientes da Infraero, que poderão dispor de seus insumos e produtos com maior rapidez e preservação de suas cargas.

As ações voltadas para a Gestão Ambiental na Infraero visaram minimizar os impactos gerados pelas atividades de operação dos aeroportos, tendo em vista o bem-estar das comunidades do entorno e o relacionamento harmônico de suas ações com o meio ambiente. Dentre os investimentos de maior relevância, destaca-se: a execução das obras de recuperação das margens erodidas do Rio Baquirivu-Guacú e contratação de empresa especializada para execução dos serviços de adequação da lagoa de aeração número três, da estação de tratamento de esgoto no Aeroporto Internacional de São Paulo/Guarulhos – Governador André Franco Montoro - SBGR; a implementação de obras para adequação do sistema de contenção dos efluentes oleosos à base de hidrocarbonetos no Aeroporto Internacional do Rio de Janeiro/Galeão – Antonio Carlos Jobim - SBGL; os serviços técnicos especializados para execução de medidas mitigadoras associadas ao licenciamento ambiental no Aeroporto de São Paulo – Campo de Marte - SBMT; o relatório de impacto ambiental complementar e central de água potável no Aeroporto Internacional de Brasília – Presidente Juscelino Kubitschek - SBBR; a aquisição e instalação de dezessete autoclaves para diversos aeroportos da rede; a implementação de medidas decorrentes do plano de controle ambiental no Aeroporto de Internacional de Confins – Tancredo Neves - CBCF; a contratação de serviços de fornecimento e instalação em caráter de substituição, de sete transformadores a óleo por outros a seco, instalados em subestações do sítio Aeroporto de São Paulo/Congonhas – SBSP.

Quanto ao desenvolvimento comercial e industrial foram relevantes os investimentos realizados nos estacionamentos de veículos, como a implantação do Sistema de Gestão de Estacionamentos - GEST no Aeroporto Internacional de Manaus – Eduardo Gomes - SBEG e no Aeroporto Internacional de Curitiba – Afonso Pena - SBCT e a aquisição de diversos equipamentos necessários à realização da infraestrutura necessária à implantação do referido sistema nos aeroportos de Guarulhos, Curitiba, Navegantes e Confins.

A tecnologia da informação teve desempenho significativo e destaca a atualização tecnológica e expansividade das centrais telefônicas, melhor qualidade nos serviços de voz para os usuários, ampliação da disponibilização de serviços de telefonia especialmente nos aeroportos de São Luís e de Ilhéus, aumento da cobertura de rádio comunicação do sítio aeroportuário atingindo áreas até então descobertas, aumento da segurança e qualidade das comunicações dentro do complexo aeroportuário, em atendimento às necessidades operacionais da Infraero, empresas aéreas e prestadoras de serviços e exibição de informações aos usuários para localização de *checkins* e Sistema de Informação de Operações Aeroportuárias - SISO.

Dentre os principais resultados alcançados no desenvolvimento da infraestrutura aeroportuária, no tocante à segurança aeroportuária, destacamos um número considerável de aquisições, reformas e modernizações de equipamentos de segurança, responsáveis pelo funcionamento de áreas imprescindíveis à segurança aeroportuária, envolvendo proteção perimetral, proteção contra atos

ilícitos e salvamento e combate a incêndio. Além das melhorias dos equipamentos, destacamos, ainda, investimentos voltados aos módulos de segurança aeroportuária, envolvendo ações de reforma, ampliação, adequação e modernização dos componentes indispensáveis à otimização da segurança, tais como: reforma e revitalização de guaritas, cercas e muros, permitindo melhorias no sistema de proteção perimetral dos aeroportos; reforma dos Postos de Primeiros Socorros - PPS, visando melhorias nos atendimentos médicos de emergência; reforma dos componentes, visando melhoria das instalações para os serviços de prevenção, salvamento e combate a incêndio nos aeroportos e a modernização dos sistemas de vigilância. Assim como a aquisição de sessenta veículos de apoio ao corpo voluntário de emergência para diversos aeroportos da rede. Estes investimentos são fundamentais para o funcionamento dos aeroportos uma vez que garantem aos usuários uma infraestrutura segura e capaz de gerar confiabilidade nos serviços oferecidos.

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta Física Prevista	Meta Física Realizada	Meta a ser realizada em 2011
26	781	0631	1F52	Projeto	1	% de exec. física	1,000	0,635	11,000
26	781	0631	1F53	Projeto	1	% de exec. física	5,000	4,045	34,000
26	781	0631	1F54	Projeto	1	% de exec. física	6,000	5,069	2,000
26	781	0631	1F55	Projeto	1	% de exec. física	30,000	25,504	21,000
26	781	0631	1F56	Projeto	1	% de exec. física	0,000	0,000	15,000
26	781	0631	1F59	Projeto	1	% de exec. física	5,000	1,415	9,000
26	781	0631	1J93	Projeto	1	% de exec. física	3,000	0,105	64,000
26	781	0631	1J95	Projeto	1	% de exec. física	2,000	1,708	13,000
26	781	0631	1J98	Projeto	1	% de exec. física	2,000	-	1,000
26	781	0631	1J99	Projeto	1	% de exec. física	5,000	4,850	23,000
26	781	0631	1K02	Projeto	1	% de exec. física	98,000	40,994	-
26	781	0631	1M30	Projeto	1	% de exec. física	100,000	43,964	-
26	781	0631	1M31	Projeto	1	% de exec. física	1,000	0,055	4,000
26	781	0631	1M32	Projeto	1	% de exec. física	35,000	26,899	61,000
26	781	0631	1M33	Projeto	1	% de exec. física	4,000	3,317	50,000
26	781	0631	1O00	Projeto	1	% de exec. física	3,000	-	71,000
26	781	0631	1P49	Projeto	1	% de exec. física	6,000	3,955	48,000
26	781	0631	1P52	Projeto	1	% de exec. física	23,000	7,206	42,000
26	781	0631	1P56	Projeto	1	% de exec. física	22,000	-	55,000
26	781	0631	1P63	Projeto	1	% de exec. física	43,000	10,874	4,000
26	781	0631	1P68	Projeto	1	% de exec. física	0,000	-	54,000
26	781	0631	7H34	Projeto	1	% de exec. física	3,000	0,623	1,000
26	781	0631	7J01	Projeto	4	% de exec. física	11,000	6,278	27,000
26	781	0631	106A	Projeto	1	% de exec. física	4,000	-	46,000
26	781	0631	10Z3	Projeto	1	% de exec. física	36,000	9,325	54,000
26	781	0631	10Z4	Projeto	1	% de exec. física	6,000	1,010	11,000
26	781	0631	10Z7	Projeto	1	% de exec. física	100,000	78,820	79,000
26	781	0631	10Z8	Projeto	1	% de exec. física	28,000	27,465	20,000
26	781	0631	10ZA	Projeto	1	% de exec. física	49,000	43,262	32,000
26	781	0631	10ZB	Projeto	1	% de exec. física	40,000	33,607	18,000
26	781	0631	10ZD	Projeto	1	% de exec. física	24,000	23,945	40,000
26	781	0631	10ZE	Projeto	1	% de exec. física	13,000	4,310	64,000
26	781	0631	10Z5	Projeto	4	% de exec. física	3,000	1,823	2,000
26	781	0631	127X	Projeto	4	m²	147.313,000	147.310,101	41,000
26	781	0631	12OL	Projeto	4	% de exec. física	27,000	-	-
26	781	0631	1F62	Projeto	4	Unidade	100,000	48,595	100,000
26	781	0631	4099.0010	Atividade	4	Não se aplica	-	-	19.792.932
26	781	0631	4099.0020	Atividade	4	Não se aplica	-	-	16.082.324
26	781	0631	4099.0030	Atividade	4	Não se aplica	-	-	43.247.582
26	781	0631	4099.0040	Atividade	4	Não se aplica	-	-	11.668.129
26	781	0631	4099.0050	Atividade	4	Não se aplica	-	-	40.449.500
26	781	0623	2041.0010	Atividade	4	Não se aplica	-	-	14.387.133
26	781	0623	2041.0020	Atividade	4	Não se aplica	-	-	10.693.890
26	781	0623	2041.0030	Atividade	4	Não se aplica	-	-	27.253.459
26	781	0623	2041.0040	Atividade	4	Não se aplica	-	-	18.770.252
26	781	0623	2041.0050	Atividade	4	Não se aplica	-	-	55.384.675
26	781	0807	4102	Atividade	4	Não se aplica	-	-	18.555.134
26	781	0807	4103	Atividade	4	Não se aplica	-	-	83.322.108

Quadro 129: Quadro A.2.2 da DN TCU n° 107/2010 – Execução Física das Ações realizadas pela Infraero  
Fonte: Superintendência de Planejamento e Gestão - PRPG

### **Análise Crítica das Ações - Projetos**

Apresentamos, a seguir, a análise por ação orçamentária do tipo “projeto”, destacando os principais investimentos realizados em cada uma, assim como, os motivos que contribuíram para não realização total dos recursos orçamentários previstos.

No processo de inserção de alimentação dos dados no Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento - SIGPLAN as justificativas para as ações orçamentárias 0631.1F53.0016 - Construção de Terminal de Passageiros no Aeroporto Internacional de Macapá – Alberto Alcolumbre - SBMQ e 0631.1F54.0033 – Reforma e Ampliação do Terminal de Passageiros e do Sistema de Pistas e Pátios do Aeroporto do Rio de Janeiro – Santos Dumont - SBRJ, não foram salvas quando da entrada de dados no sistema.

Já em relação às ações 0631.127X.0031 – Aquisição de Área para Ampliação do Sítio do Aeroporto de Belo Horizonte/Pampulha-MG – Carlos Drummond de Andrade - SBBH e 0631.12OL.0035 – Construção de Terminal de Cargas Modular Estruturado no Aeroporto Internacional de São Paulo/Guarulhos – Governador André Franco Montoro - SBGR, o valor orçado para as ações referidas foi solicitado por crédito especial que foi aprovado em 28 de dezembro de 2010. No Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento - SIGPLAN, as informações só foram atualizadas em 09 de fevereiro de 2011 e o prazo para inserir as informações foi 15 de fevereiro de 2011. Estas ações não apareceram no sistema. No entanto, foi descoberto posteriormente que era por causa do perfil do coordenador de ação. Não houve como informar devido ao prazo exíguo entre a atualização do sistema e seu encerramento

O registro da meta física da ação orçamentária 0631.1F54.0033 – Reforma e Ampliação do Terminal de Passageiros e do Sistema de Pistas e Pátios do Aeroporto do Rio de Janeiro – Santos Dumont - SBRJ, apurada no sistema, registra o que foi tramitado por normativos legais, ou seja a unidade orçamentária não tem perfil para alterar. Esta meta ficou registrada como -6%. Este índice ficou negativo, pois os créditos demoram a ser aprovados e na última solicitação a meta foi reduzida indevidamente por não estar computada ainda a redução da solicitação dos primeiros créditos. A meta correta é de 6%.

### **0631.1F52.0052 – Construção de Terminal de Passageiros, de Sistema de Pistas e Pátios e Estacionamento de Veículos e de Sistema Viário Interno no Aeroporto de Goiânia - SBGO**

<b>Orçado</b>	<b>Realizado</b>	<b>%</b>
8.201.411	5.197.714	63

A obra está paralisada desde abril de 2007, por iniciativa do Consórcio responsável pelo empreendimento. O contrato está em litígio judicial, aguardando a manifestação das partes quanto ao valor da perícia técnica indicada pela justiça. A partir de junho de 2010, o Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo – IPT está realizando a avaliação quantitativa e qualitativa dos serviços realizados e a aderência alcançada nas obras quanto às especificações técnicas de projeto. Foi assinado em setembro de 2010, termo de cooperação técnica e financeira entre o Departamento de Engenharia e Construção – DEC do Exército e a Infraero para a revisão e complementação dos projetos básicos e executivos em andamento para a infraestrutura e elaboração de estudos preliminares. O termo de referência para a revisão e a elaboração de projetos para o terminal de passageiros, será finalizado em janeiro de 2011.

Os recursos não foram utilizados em sua totalidade devido ao atraso dos serviços do Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo - IPT e problemas alfandegários com os equipamentos a serem utilizados nas atividades de campo. Alguns relatórios que estavam com prazo de entrega previsto para 2010, sofreram revisões (aprovados com restrição) em consonância com os pareceres da Infraero, o que ensejou o seu efetivo pagamento somente em 2011, implicando, portanto, em descolamento entre o físico e o realizado financeiramente.

Em relação ao Convênio com o Ministério do Exército – Departamento de Engenharia e Construção - DEC, Contrato CV nº 0005-EG/2010/0011, a cláusula 7ª do termo estabelece a forma de repasse, sendo que em subitem 7.1.1 "...obedecerá, rigorosamente ao previsto no Plano Cronograma de Desembolso em consonância com o Cronograma de Execução constantes no Plano de Trabalho - Anexo I". Verifica-se que no item 6 - Cronograma de Desembolso (R\$) do Plano de Trabalho os prazos estão associados ao AEOS - Após Emissão da Ordem de Serviços. No item 4 - Cronograma de Execução (meta, etapa ou fase) verifica-se que os prazos das Metas, Etapas ou Fases tem seu início com a AEOS+ x(dias). Considerando que a Ordem de Serviço - OS é de 24/09/2010, e o estabelecido na cláusula supracitada, fica evidenciada o descolamento entre o físico e o financeiro.

#### **0631.1F53.0016 - Construção de Terminal de Passageiros no Aeroporto Internacional de Macapá – Alberto Alcolumbre – SBMQ**

<b>Orçado</b>	<b>Realizado</b>	<b>%</b>
7.022.449	5.681.341	81

A obra foi iniciada em dezembro de 2004, tendo sido paralisada por três vezes. A última paralisação foi em dezembro de 2008 que culminou na rescisão do Contrato TC 061-EG/2004/0031, com a Construtora Beter por ter sido identificado sobrepreço pelo Tribunal de Contas da União - TCU. Visando a retomada da obra, foram acatadas as recomendações do Tribunal de Contas da União - TCU, utilizando o regime de fragmentação do objeto do contrato original. Dessa forma, a execução da obra foi dividida em quatro etapas. A retomada da obra ocorreu em março de 2010.

Os recursos não foram utilizados em sua totalidade pela necessidade de termos aditivos visando à prorrogação do prazo de execução, devido a fatos imprevisíveis e extracontratuais ocorridos e constatados após a assinatura do contrato TC 023-EG/2010/0031. A 1ª etapa será concluída em 2011.

Em decorrência da aprovação do 2º Termo Aditivo - TA foram acrescentadas mais 02 (duas) medições ao TC 023-EG/2010/0031, referente a conclusão da montagem da estrutura metálica, incluindo a substituição de elementos de fixação, correção do alinhamento das peças estocadas, fornecimento de peças complementares, tratamento de superfície e pintura de acabamento e fornecimento e instalação das telhas, calhas e clarabóias, bem como a drenagem de águas pluviais da cobertura do novo Terminal de Passageiros - TPS do Aeroporto Internacional de Macapá – Alberto Alcolumbre – SBMQ, que antes terminava na 8ª medição e passou a contemplar as 9ª e 10ª medições. Porém, devido à falta de tempo hábil para o processamento dos referidos pagamentos em 2010, uma vez que o 2º Termo Aditivo - TA só foi assinado em 28/12/2010, a 8ª medição, no valor de R\$ 588.860,66 e a 9ª medição, no valor de R\$ 453.593,83 só foram pagas em março/2011, enquanto, a 10ª medição (R\$ 130.285,90) está condicionada a emissão do termo de recebimento definitivo da obra, com previsão para pagamento até 26/04/2011.

**0631.1F54.0033 – Reforma e Ampliação do Terminal de Passageiros e do Sistema de Pistas e Pátios do Aeroporto do Rio de Janeiro – Santos Dumont - SBRJ**

<b>Orçado</b>	<b>Realizado</b>	<b>%</b>
934.572	789.569	84

Foram executados projetos e obras de restauração do pavimento do pátio de estacionamento de aeronaves e serviços de complementação de acabamentos para acesso ao restaurante. Não ocorreu a utilização da totalidade dos investimentos por causa do aditamento do contrato incluindo serviços de acesso aos sanitários e pela suspensão do mesmo para possibilitar que o órgão de manutenção do aeroporto execute os serviços de infraestrutura e instalação dos sistemas SDAI, rede telemática e elétrica, acima do forro, que não fazem parte do objeto do contrato; a conclusão está prevista para 2011.

**0631.1F55.0024 - Execução de Terraplanagem, Pavimentação, Drenagem, Sinalização Horizontal e de Obras de Infraestrutura de Sistemas de Auxílio e Proteção ao Voo do Novo Complexo Aeroportuário em São Gonçalo do Amarante - RN**

<b>Orçado</b>	<b>Realizado</b>	<b>%</b>
41.350.000	35.151.228	85

Embora a meta financeira não tenha sido alcançada na íntegra, foram executados os serviços de maior relevância: a capa da pista de pouso e decolagem e a Brita Graduada Simples - BGS do pátio de concreto.

Os motivos para a não execução foram atrasos no cronograma, por parte do 1º Batalhão de Engenharia simples - BEC, a quebra de equipamentos, falta de insumos no mercado de Natal e chuvas entre os meses de janeiro e julho de 2010. Foram terceirizados serviços visando à execução total, não havendo êxito em efetivar a contratação tempestivamente, sendo necessária a dilatação do prazo de execução das obras.

**631.1F56.0042 - Construção de Terminal de Passageiros, de Sistema de Pistas e Pátios, de Estacionamento de Veículos e Acesso Viário no Aeroporto Internacional de Florianópolis – Hercílio Luz - SBFL**

<b>Orçado</b>	<b>Realizado</b>	<b>%</b>
2.489.775	1.385.035	56

Foram realizados investimentos com o início dos projetos das obras de implantação da nova área terminal e respectiva fiscalização e com serviços técnicos especializados de elaboração dos projetos executivos de engenharia de terraplanagem, pavimentação, drenagem e balizamento luminoso na nova área do terminal. No entanto, novas demandas operacionais retardaram a realização dos investimentos no período. A realização física não atingiu percentual no período.

**0631.1F59.0053 – Reforma e Ampliação Sul do Terminal de Passageiros do Aeroporto Internacional de Brasília – Presidente Juscelino Kubitschek – SBBR**

<b>Orçado</b>	<b>Realizado</b>	<b>%</b>
12.700.000	3.595.857	28

Foram contratados e estão em elaboração, os projetos da reforma do atual terminal de passageiros e a execução de salas de embarque removíveis em área do pátio de aeronaves.

Os recursos não foram utilizados em sua totalidade devido a atrasos na conclusão dos produtos e andamento dos projetos e por suspensão de contrato por 144 dias, sendo necessária a celebração de Aditivo Contratual para prorrogação de prazo.

**0631.1J93.0041 - Ampliação dos Sistemas de Pistas e Pátios e de Macrodrenagem do Aeroporto Internacional de Curitiba – Afonso Pena - SBCT.**

<b>Orçado</b>	<b>Realizado</b>	<b>%</b>
883.416	31.039	4

Foram executados serviços técnicos para a atualização e complementação dos projetos executivos de engenharia dos pátios e pistas de táxi. No entanto, a finalização do projeto ocorrerá somente no início de 2011. Houve também previsão orçamentária para a restauração das pistas de pouso e decolagem e de táxi, porém sua execução ficou prejudicada por problemas durante a execução do termo de referência para o processo licitatório e adequações solicitadas na Célula de Aceleração de Processos - CAP 12/2010. A elaboração de relatório ambiental simplificado não ocorreu devido à interposição de recursos ao processo licitatório.

**0631.1J95.0032 - Construção de Terminal de Passageiros, de Torre de Controle e de Sistema de Pista do Aeroporto Internacional de Vitória – Eurico de Aguiar Salles – SBVT**

<b>Orçado</b>	<b>Realizado</b>	<b>%</b>
7.680.000	6.562.058	85

Em consequência das determinações emanadas pelo Tribunal de Contas da União - TCU, as obras do Aeroporto Internacional de Vitória – Eurico de Aguiar Salles - SBVT foram paralisadas em 30/07/2008 e suspensas em definitivo em 11/05/2009, conforme decisão judicial. Foi contratado o Instituto de Pesquisas Tecnológicas de São Paulo - IPT com o objetivo de verificar os serviços realizados pelo Consórcio em obras de terraplenagem nas pistas de pouso e decolagem 01/19 e faixa básica, pátio de aeronaves, sistemas viários de acesso e serviços, terminal de passageiros e *blast fence*, obras de macrodrenagem, fundações e elementos pré-moldados do terminal de passageiros. Por determinação do Acórdão nº 2217/2008 - TCU, que solicitou a conclusão de todos os projetos executivos antes da retomada das obras, foi assinado o Termo de Cooperação Técnica e Financeira - TCTF 0006-EG/2010/0001, com o Departamento de Engenharia e Construção - DEC - Exército Brasileiro. A perícia técnica e a elaboração dos projetos estão em desenvolvimento. Porém, alguns ajustes nos cronogramas foram necessários devido à complexidade dos trabalhos. Estas ações irão permitir a retomada das obras ainda em 2011.

Houve serviços realizados em 2010 que só foram pagos em 2011, devido ao atraso na entrega, por parte da contratada, de relatórios da 6ª medição, referente ao contrato TC nº 0011-ST/2010/0023, que tem como objeto a execução de perícia técnica com avaliação quantitativa e qualitativa dos serviços realizados, identificação dos serviços a realizar e confecção de base de dados para adequação dos projetos de engenharia, validando a aderência alcançada nas obras quanto às especificações técnicas de projeto licitado, como prevista no contrato nº 0067-EG/2004/0023.

**0631.1J98.0051 – Complementação da Reforma e Ampliação do Terminal de Passageiros do Aeroporto Internacional de Cuiabá – Marechal Rondon – SBCY**

<b>Orçado</b>	<b>Realizado</b>	<b>%</b>
673.846	0	0

Foi realizado o cadastramento de toda a estrutura metálica e desenvolvido o termo de referência para a elaboração de projetos de complementação e ampliação do terminal de passageiros. A ordem de serviço será emitida em 2011.

**0631.1J99.0035 - Adequação e Ampliação do Sistema de Pistas e Pátios do Aeroporto Internacional de São Paulo/Guarulhos – Governador André Franco Montoro – SBGR**

<b>Orçado</b>	<b>Realizado</b>	<b>%</b>
24.254.326	23.529.337	97

Os investimentos previstos foram realizados em sua maior parte por meio de convênio com o Exército, na implantação, adequação e revitalização do sistema de Pistas e Pátios. A obra encontra-se em execução. Houve também gastos com a fiscalização da elaboração dos projetos e com a avaliação técnica das obras por meio do Convênio com o Instituto Mauá.

O Termo de Cooperação Técnica e Financeira- TCTF - CV 0001-EG/2010/0057 se enquadra na situação de descasamento entre o físico e o financeiro, uma vez que no referido termo de cooperação estão previstos, na cláusula sétima do referido convênio, repasses de recurso ao Departamento de Engenharia e Construção – DEC. Diante do exposto, a execução física será menor que a execução financeira.

**0631.1K02.0026.- Implantação de Quatro Pontes de Embarque no Aeroporto Internacional do Recife/Guararapes – Gilberto Freyre – SBRF**

<b>Orçado</b>	<b>Realizado</b>	<b>%</b>
9.303.603	3.891.830	42

Em 2010 foi entregue o primeiro módulo do conector, permitindo o início da operação de duas das quatro pontes de embarque.

Os recursos não foram utilizados em sua totalidade por problemas administrativos com o Consórcio contratado que impactaram a execução. No final do exercício de 2010 foi iniciado o termo aditivo

para a desconstituição do consórcio contratado com o objetivo de proporcionar a conclusão da obra, aproveitando o contrato atual.

O desequilíbrio no TC nº 0080-EG/2008/0014, referente a construção da 2.<sup>a</sup> etapa do conector do Aeroporto Internacional do Recife/Guararapes – Gilberto Freyre - SBRF (Consórcio MPE/Hexagonal), entre o físico e o financeiro, no ano de 2010, ocorreu devido aos problemas financeiros enfrentados por uma das consorciadas (Hexagonal), o que culminou na dissolução do Consórcio. Após a tramitação dos processos de dissolução do Consórcio e celebração dos 3º e 4º termos aditivos, as medições foram atualizadas, conforme abaixo, correspondendo aos serviços realizados no ano de 2010 e pagos no ano de 2011:

- Medição 20 – Julho/10 – R\$ 830.530,64 – 8,22%;
- Medição 21 – Agosto/10 – R\$ 575.695,28 – 5,70%;
- Medição 22 – Setembro/10 – R\$ 108.169,16 – 1,07%;
- Medição 23 – Outubro/10 – R\$ 108.403,81 – 1,07%;
- Medição 24 – Novembro/10 – R\$ 185.227,60 – 1,83%.

Ressalvamos que da 20ª medição já foi pago 50% do valor a consorciada MPE, faltando ser pago apenas os 50% revertido da Hexagonal para MPE, conforme 3º Termo Aditivo.

#### **0631.1M30.0035 - Construção de Torre de Controle no Aeroporto de São Paulo/Congonhas – SBSP**

<b>Orçado</b>	<b>Realizado</b>	<b>%</b>
15.813.078	6.951.795	44

Foram investidos parte dos recursos orçados na construção e fiscalização das obras da nova torre de controle. A necessidade de adequação do projeto executivo, a ocorrência de chuva nos meses de janeiro a março, conforme registro no diário de obras e a paralisação por quarenta e um dias, por determinação da Delegacia Regional do Trabalho – DTR/SP foram entraves à execução no período. A conclusão está prevista para 2011.

#### **0631.1M31.0035 - Construção do Terminal de Passageiros, de Pátio de Aeronaves e Acesso Viário no Aeroporto Internacional de São Paulo/Guarulhos – Governador André Franco Montoro - SBGR**

<b>Orçado</b>	<b>Realizado</b>	<b>%</b>
19.150.000	1.048.136	5

Estão em elaboração os projetos de engenharia nas etapas de serviços preliminares, projeto básico, projeto executivo e serviços complementares. Foi emitida a licença ambiental para as obras de terraplanagem e como condicionante foi efetuado depósito em poupança no valor de R\$ 4.900.000,00 (Quatro milhões e novecentos mil reais), em atendimento ao Termo de Ajuste de Conduta - TAC, porém o desembolso ocorrerá somente quando forem efetuados os serviços previstos. Quanto às instalações do Módulo de Operações - MOP Área Central, não foram utilizados os recursos previstos devido a atraso no cronograma, gerado pela necessidade de alterações do estudo conceitual original, pois após a realização das sondagens, pela Contratada, foi detectada a necessidade de execução de fundações profundas, devido às características do solo. Os

custos para a execução desse tipo de fundação não estavam previstos. Os recursos previstos para a Construção do Terminal de Passageiros - TPS-3, Pátio de Aeronaves, Edifício garagem e Acesso Viário do Terminal de Passageiros - TPS também não foram utilizados. O plano de trabalho está em fase de análises e adequações. Foram também entraves à realização a necessidade de reapresentação de proposta de preços gerando atrasos no processo licitatório para a contratação de serviços técnicos especializados para atendimento às exigências ambientais.

**0631.1M32.0033 - Recuperação do Sistema de Pistas e Pátios do Aeroporto Internacional do Rio de Janeiro/Galeão – Antonio Carlos Jobim – SBGL**

<b>Orçado</b>	<b>Realizado</b>	<b>%</b>
24.270.636	18.652.736	77

Foram investidos recursos na reforma e revitalização do sistema de luzes de aproximação e flash das cabeceiras 10 e 15 da pista de pouso, na recuperação estrutural e torres de iluminação do pátio de manobras, na revitalização das bases embutidas da barra de parada das pistas 10/28 e 15/33, na reforma do sistema de pátio e pistas de táxi, na revitalização do sistema elétrico que atende ao sistema de pistas e pátios, na revitalização do pavimento da pista de pouso e decolagem 15/33 além do projeto de adequação das interseções dos sistemas de pistas e obras de adequação de *taxiways*. Os recursos não foram utilizados em sua totalidade em virtude de demora na emissão do NOTAM - *Notice To Airman* (alerta para pilotos) e da restrição para a execução dos serviços no período de alta temporada. A conclusão está prevista para 2011. Houve também economia gerando saldo orçamentário.

O contrato TC nº 0067-PS/2007/0001, referente à reforma e revitalização do sistema de luzes de aproximação - ALS e flash das cabeceiras 10 e 15 da pista do Aeroporto Internacional do Rio de Janeiro/Galeão – Antonio Carlos Jobim - SBGL, foi suspenso em 29/12/2010 e não poderia ser pago a medição de dezembro (última) antes da celebração do termo aditivo. Assim, esta medição foi paga com recursos de 2011.

O contrato TC nº 0057-EG/2010/0061, referente ao fornecimento e instalação de 68 bases embutidas e ativação do sistema de barras de parada dos sistemas 10/28 e 15/33 do Aeroporto Internacional do Rio de Janeiro/Galeão – Antonio Carlos Jobim - SBGL, sofreu reprogramação de recursos, ocorrido em setembro de 2010, a medição de dezembro/10 foi paga com recursos de 2011.

**0631.1M33.0043 - Construção do Complexo Logístico do Aeroporto Internacional de Porto Alegre – Salgado Filho – SBPA**

<b>Orçado</b>	<b>Realizado</b>	<b>%</b>
7.442.000	6.170.656	83

Foram investidos recursos na desapropriação de área para dar continuidade ao empreendimento. Os problemas na execução orçamentária foram decorrentes de ordem contratual devido à solicitação de alteração da constituição do consórcio contratado para a construção da obra, demandando análise jurídica. Ocorreu ainda, atraso no início da obra por falta de apresentação do seguro de risco de engenharia. Os desembolsos estão previstos para o início de 2011, não havendo nenhum desembolso em 2010.

Houve descasamento (serviços realizados em 2010 e só pagos em 2011), ou seja, o executado físico foi descolado do financeiro. Foram somente processadas em 2011 duas faturas relativas à execução física dos meses de novembro/2010 (Fatura 3-SP1 R\$ 287.155,38) e dezembro/2010 (Fatura 4-SP1 R\$ 263.039,10), devido a dificuldades da contratada na apresentação das comprovações necessárias. Contrato TC nº 0095-EG/2010/0013.

**0631.1000.0035 – Recuperação e Reforço Estrutural dos Sistemas de Pistas do Aeroporto Internacional de Campinas/Viracopos – SBKP**

Orçado	Realizado	%
1.340.163	0	0

Não houve realização no exercício. Foram encontradas incompatibilidades na adequação da pista de rolamento Charlie, para utilização como pista de pouso e decolagem emergencial, em função da geometria existente e os requisitos geométricos exigidos. O contrato está suspenso e há uma previsão de ser retomado e concluído ainda no primeiro semestre de 2011.

**0631.1P49.0043 – Ampliação da Pista de Pouso/Decolagem do Aeroporto Internacional de Porto Alegre – Salgado Filho – SBPA**

Orçado	Realizado	%
7.520.000	4.956.829	66

Foram realizadas 68 de um total previsto de 144 desapropriações de área, para desocupação da Vila Dique e áreas de expansão. Os recursos previstos não foram utilizados em sua totalidade por falta de apresentação por parte dos proprietários, da documentação dos imóveis em tempo hábil. Com relação à execução das obras está sendo aguardada a definição da possibilidade de firmamento do Termo de Cooperação Técnica e Financeira - TCTF com o exército. Caso não seja firmado o convênio, a atualização do projeto, uma vez entregue, possibilitará o encaminhamento do Termo de Referência para a publicação do edital. As desapropriações atrasaram o desenvolvimento dos estudos preliminares para elaboração do projeto. O projeto teve sua contratação com a Engenharia do Exército Brasileiro, após reformulações de Plano de Trabalho e instrumento legal do Termo de Convênio.

**0631.1P52.0022 - Ampliação e Recuperação do Pátio de Aeronaves e Pista de Pouso/Decolagem do Aeroporto Internacional de Parnaíba – Prefeito Dr. João Silva Filho - SBPB**

Orçado	Realizado	%
5.976.087	1.872.313	31

Foram investidos recursos na ampliação e reforço da pista de pouso e decolagem 09/27. Está contratada a construção do pátio de manobras e pista de táxi e a fiscalização da obra, com desembolso previsto para 2011, em decorrência do atraso para emissão da ordem de serviço, em função do tempo de apresentação da apólice do seguro de risco de engenharia pela contratada. O

primeiro processo licitatório para contratação da fiscalização da obra foi fracassado e a contratação só ocorreu no segundo processo, retardando os desembolsos previstos para o exercício.

**0631.1P56.0041 - Ampliação do Terminal de Carga do Aeroporto Internacional de Curitiba – Afonso Pena - SBCT**

<b>Orçado</b>	<b>Realizado</b>	<b>%</b>
8.188.773	0	0

Os recursos orçamentários previstos não foram utilizados devido à interposição de recursos ao processo licitatório, que impossibilitaram a contratação dos serviços no prazo estimado. Sendo assim, a obra somente teve início em dezembro de 2010 e a primeira medição deverá ser paga no início de 2011.

**0631.1P63.0033 - Reforma do Terminal de Cargas do Aeroporto Internacional do Rio de Janeiro/Galeão – Antonio Carlos Jobim - SBGL**

<b>Orçado</b>	<b>Realizado</b>	<b>%</b>
24.979.614	6.317.393	25

Os recursos foram investidos na reforma geral do Terminal de Cargas 1. A execução orçamentária ficou prejudicada devido a interferências não previstas, detectadas pela Contratada, tais como: instalações elétricas e de telemática no eixo 21 – Ala Norte, rede da concessionária de fornecimento de água potável cortando transversalmente os blocos de fundação e em relação à rede elétrica para alimentação dos postes de iluminação do pátio lado Ar, interrompendo a cravação das estacas dos blocos de fundação. Tais interferências não foram cadastradas no projeto ocasionando adequação no contrato de execução da obra. Também foram óbices, a incidência de precipitações pluviométricas que exigiram paralisações no andamento dos serviços, nos meses de março e abril, acarretando atraso no cronograma e a liberação de frentes de serviços ocupadas pela Receita Federal, retardando a reforma em áreas administrativas do Terminal de Cargas.

**0631.1P68.0032 - Construção do Novo Terminal de Cargas do Aeroporto Internacional de Vitória – Eurico de Aguiar Salles – SBVT**

<b>Orçado</b>	<b>Realizado</b>	<b>%</b>
400.000	0	0

No exercício de 2010 foi efetuado o Estudo de Impacto de Vizinhança - EIV e o Relatório de Impacto Ambiental - RIV, o que possibilitará o desembaraço da obra. O contrato, que havia sido suspenso temporariamente pela ausência de aprovações ambientais, pelo conselho do plano diretor urbano da cidade de Vitória, será reiniciado em meados de fevereiro de 2011. O Termo Aditivo de prazo e valor está em fase de conclusão.

**0631.7H34.0035 - Ampliação da Infraestrutura Aeroportuária do Aeroporto Internacional de Campinas - SP**

<b>Orçado</b>	<b>Realizado</b>	<b>%</b>
1.090.862	226.541	21

Foram investidos recursos na elaboração de estudo de impacto ambiental e respectivo relatório e no início das obras de instalação do Módulo de Operações - MOP.

Os recursos previstos não foram utilizados em sua totalidade devido à ocorrência de chuvas, gerando atraso no cronograma da obra.

**0631.7J01.0033 – Revitalização e Modernização do Terminal de Passageiros 2 e demais Instalações de Apoio do Aeroporto Internacional do Rio de Janeiro/Galeão – Antonio Carlos Jobim – SBGL**

<b>Orçado</b>	<b>Realizado</b>	<b>%</b>
34.590.000	19.742.208	57

Foram investidos recursos na 1ª etapa da obra referente à contratação das obras civis, instalações hidrossanitárias e sistema de combate a incêndio nas áreas desprovidas de acabamento do terminal e ainda com o assessoramento e apoio técnico no gerenciamento e fiscalização da obra. Foram motivos de atraso, as indefinições na aprovação das esquadrias devido às discrepâncias entre a planilha licitada e os itens de levantamento em campo e quanto à finalidade (doméstico ou internacional) do terminal, gerando um novo estudo da Receita Federal para adequações de *layout*. E ainda, na execução do forro, ocorreu atraso do projeto de instalações de infraestrutura de eletrônica e instalação de cablagem pela contratada e redução do valor contratual devido à correção do imposto sobre serviços e novo levantamento de quantitativos exigidos pelo Tribunal de Contas da União - TCU.

**0631.106A.0053 - Construção do Viaduto Sobre Via de Acesso no Aeroporto Internacional de Brasília – Presidente Juscelino Kubitschek – SBBR**

<b>Orçado</b>	<b>Realizado</b>	<b>%</b>
580.000	0	0

Os recursos não foram utilizados por problemas no início do Contrato TC nº 0020-OS/2010/0002, assinado em 01/07/2010. Falta de liberação de ingresso de trabalhadores da contratada ao lado ar do Aeroporto Internacional de Brasília – Presidente Juscelino Kubitschek - SBBR, pelo Destacamento de Controle do Espaço Aéreo - DTCEA-BR, que não disponibilizou o local para o levantamento geotécnico devido à grande movimentação de aeronaves no período de férias. O início das obras está previsto para o segundo semestre de 2011.

**0631.10Z3.0034 – Adequação e Ampliação do Sistema de Pistas e Pátios do Aeroporto Internacional de São Paulo/Guarulhos – Governador André Franco Montoro - SBGR – 2ª Etapa**

<b>Orçado</b>	<b>Realizado</b>	<b>%</b>
6.836.857	1.770.810	26

Foram investidos recursos na elaboração de projetos nas fases, de estudo preliminar, projeto básico e projeto executivo para implantação de saída rápida 27L e na fiscalização dos projetos. Os recursos não foram utilizados em sua totalidade pela não execução de alguns itens previstos nas medições, tais como hora-extra e profissional especializado (consultor), dentre outros. Quanto à construção da pista, os recursos também não foram utilizados. Estava previsto a elaboração de Plano de Trabalho pelo Departamento de Engenharia – DEC do Exército contemplando a construção de Saída Rápida e as obras de Terraplanagem do Terminal de Passageiros - TPS-3. Após reunião ficou definido que o Plano de Trabalho das obras da saída rápida será alvo de estudo futuro, priorizando neste momento o Plano de Trabalho das obras de terraplanagem do Terminal de Passageiros - TPS-3.

**0631.10Z4.0035 – Construção da Segunda Pista do Aeroporto Internacional de Campinas/Viracopos – SBKP**

<b>Orçado</b>	<b>Realizado</b>	<b>%</b>
32.208.342	5.422.318	17

Foram investidos recursos na desapropriação de áreas para viabilizar a obra. No entanto, a ocorrência de divergência de valores entre os laudos contratados pela Infraero e o laudo elaborado pelo Ministério Público Federal impossibilitou o restante da execução. As ações correm na Justiça Federal, que nomeará Comissão de Peritos para elaborar os laudos rurais.

**0631.10Z5.0033 – Adequação da Infraestrutura do Aeroporto de São Paulo/Congonhas - SBSP- 3ª Etapa**

<b>Orçado</b>	<b>Realizado</b>	<b>%</b>
527.557	320.555	61

Foram investidos recursos na implantação da complementação do sistema de televisão de vigilância. Está sendo elaborada a documentação técnica para licitar o projeto das obras de revitalização dos pavimentos dos táxis, pátios e via de serviços com eliminação das erosões das pistas de táxis F, G e M.

**0631.10Z7.0042 – Ampliação do Sistema de Pátio de Estacionamento de Aeronaves e Pista de Pouso/Decolagem do Aeroporto de Joinville – Lauro Carneiro de Loyola - SBJV**

<b>Orçado</b>	<b>Realizado</b>	<b>%</b>
930.000	733.025	79

Os recursos foram investidos na execução dos levantamentos e estudos geotécnicos, levantamento planialtimétrico e da infraestrutura existente, elaboração de estudos preliminares para ampliação da pista de pouso e decolagem, do pátio, das pistas de táxi e implantação de infraestruturas complementares. Serviços preliminares para a contratação dos projetos. Houve atrasos na execução dos serviços de sondagens e ensaios, devido à alteração do plano de sondagem inicial, decorrente de características do subleito da pista de pouso e decolagem não prevista no edital.

O realizado físico em 2010 ficou descompasso com o financeiro, em virtude de projetos, apresentados pela contratada, que sofreram restrições por parte da fiscalização, o que resultou no não pagamento na sua totalidade, referente ao contrato TC nº 0003/ADSU-4/SBJV/2010, cujo objeto é Execução dos levantamentos e estudos geotécnicos, levantamentos planialtimétrico e da infraestrutura existente, elaboração de estudos preliminares para ampliação da pista de pouso e decolagem, do pátio de aeronaves, das pistas de taxi e implantação de infraestruturas complementares no Aeroporto de Joinville – Lauro Carneiro de Loyola - SBJV.

**0631.10Z8.0033 – Revitalização, Modernização e Manutenção do Terminal de Passageiros 1 e Demais Instalações de Apoio do Aeroporto Internacional do Rio de Janeiro/Galeão – Antonio Carlos Jobim – SBGL**

<b>Orçado</b>	<b>Realizado</b>	<b>%</b>
24.805.710	24.330.666	98

Foram investidos recursos com a instalação de quatorze novos elevadores, instalação do forro tipo buffe com iluminação, substituição de acabamentos e divisórias em gesso acartonado, readequação de acessos nos pavimentos de baixo fluxo, embarque e desembarque, mezanino do terminal de passageiros e substituição das portas automáticas dos acessos ao terminal de passageiros que proporcionam ambientes modernos e práticos. Além da instalação de sete esteiras de bagagem no desembarque.

**0631.10ZA.0031 – Reforma e Ampliação do Aeroporto Internacional de Confins – Tancredo Neves – SBCF**

<b>Orçado</b>	<b>Realizado</b>	<b>%</b>
2.183.447	1.927.779	88

Foram investidos recursos em estudos preliminares e projeto básico do terminal de passageiros. A parcela final deverá ser paga no início de 2011. Já foi realizada a Audiência Pública para a contratação das obras e o edital já foi publicado.

**0631.10ZB.0023 – Construção do Terminal de Passageiros 2 do Aeroporto Internacional de Fortaleza – Pinto Martins – SBFZ**

<b>Orçado</b>	<b>Realizado</b>	<b>%</b>
2.320.000	1.949.281	84

Os recursos orçamentários foram investidos na elaboração do projeto básico, de fundamental importância para viabilizar os processos licitatórios para a contratação da elaboração do projeto executivo e para a contratação das obras. Atrasos na execução do projeto básico prejudicaram a execução total da previsão orçamentária. Foram estabelecidas ações de revisões e análises conjuntas entre a Infraero e a contratada e realizadas visitas técnicas da contratada para recuperar os prazos previamente estabelecidos.

**0631.10ZD.0015 – Reforma e Adequação do Terminal de Passageiros do Aeroporto Internacional de Santarém – Maestro Wilson Fonseca – SBSN**

<b>Orçado</b>	<b>Realizado</b>	<b>%</b>
400.000	399.088	100

Foram investidos recursos em serviços técnicos especializados de elaboração dos projetos de engenharia nas etapas de estudo preliminar e projeto básico para a nova área terminal de passageiros do aeroporto. Estes serviços serão finalizados em 2011.

Ocorreu descasamento entre o físico e o financeiro na 15ª medição (setembro/10) do contrato TC nº 0007-ST/2009/0040, referente ao projeto da nova área terminal de passageiros do Aeroporto Internacional de Santarém – Maestro Wilson Fonseca - SBSN que, apesar de seus produtos terem sido entregues em 2010, seu pagamento ocorrerá somente em 2011, devido a reprogramação de recursos, ocorrido em setembro de 2010.

**0631.10ZE.0022 – Construção do Terminal de Passageiros e Pátio de Aeronaves do Aeroporto de Teresina – Senador Petrônio Portella – SBTE**

<b>Orçado</b>	<b>Realizado</b>	<b>%</b>
630.000	208.852	33

Foram iniciados os serviços técnicos especializados de elaboração dos projetos de engenharia nas etapas de serviços e estudos preliminares, projetos básicos, projetos executivos e serviços complementares para a nova área terminal do aeroporto. Também foi publicado o decreto de desapropriação em outubro de 2010.

**0631.127X.0031 – Aquisição de Área para Ampliação do Sítio do Aeroporto de Belo Horizonte/Pampulha-MG – Carlos Drummond de Andrade – SBBH**

<b>Orçado</b>	<b>Realizado</b>	<b>%</b>
31.252.000	31.251.385	100

Recurso utilizado em sua totalidade para pagamento de parte dos custos de aquisição de área para ampliação do sítio aeroportuário, conforme convênio.

**0631.12OL.0035 – Construção de Terminal de Cargas Modular Estruturado no Aeroporto Internacional de São Paulo/Guarulhos – Governador André Franco Montoro – SBGR**

<b>Orçado</b>	<b>Realizado</b>	<b>%</b>
7.500.000	0	0

Os investimentos previstos não foram realizados em virtude de óbices quanto à autorização prévia da Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC para o início das obras. A ausência da autorização paralisou temporariamente o processo, provocando o realinhamento do cronograma físico-financeiro de empreendimento. O contrato está em execução e será finalizado em 2011.

### **Análise Crítica das Ações – Atividades**

Apresentamos, a seguir, a análise por ação orçamentária do tipo “atividade”, destacando os principais investimentos realizados em cada uma, assim como, os motivos que contribuíram para não realização total dos recursos orçamentários previstos.

Além da análise por ação orçamentária, detalhamos no **Anexo II (Parte A)** a sua composição com as informações do tipo de equipamento e serviço previsto e efetivamente executado, localidade, dependência e aplicação dos recursos financeiros.

Destacamos, ainda, no **Anexo II (Parte B)**, os investimentos com aquisições centralizadas nas Superintendências Regionais e na Sede da Infraero, detalhando a **quantidade** de equipamento previsto e realizado em cada dependência.

Como resultado da centralização das aquisições, obtivemos os seguintes ganhos: Otimização dos recursos já alocados; Celeridade aos processos licitatórios; Economia de escala; Redução de custos com pessoal envolvido na aquisição e padronização dos equipamentos e das manutenções necessárias.

A centralização permitiu, em alguns casos, um desalinhamento entre o previsto e o efetivamente executado, pois, no decorrer do processo de aquisição, os gestores redefiniram a prioridade de onde aplicar determinado investimento. Além disso, os itens de investimentos centralizados na Sede da Infraero foram alocados, quando aplicável, na ação orçamentária regionalizada do Centro-Oeste, no entanto, os equipamentos adquiridos por meio desses itens, atenderam às necessidades dos diversos aeroportos administrados pela Empresa.

Dessa forma, podemos evidenciar que o amadurecimento da nova metodologia de gestão dos investimentos da Infraero, implantada a partir de 2009, contribuiu para chegarmos nesse nível de

detalhamentos, no entanto, a ferramenta informatizada que é utilizada na gestão dos investimentos é limitada e não nos permitiu visualizar tais desalinhamentos.

Um novo sistema informatizado para a gestão dos investimentos da Infraero está em desenvolvimento, ele permitirá que gestão do portfólio de investimentos da Empresa seja mais eficaz e eficiente. A partir de 2011, todos os itens de investimentos centralizados serão desmembrados por região geográfica, o que permitirá a alocação dos investimentos da Infraero de forma mais assertiva nas ações orçamentárias da Lei Orçamentária Anual - LOA.

### Ação de Adequação da Infraestrutura Aeroportuária - Nacional

#### 0631.1F62.0001 - Adequação da Infraestrutura Aeroportuária

Orçado	Realizado	%
295.327.913	145.525.794	49

1F62 - Regionalização por UF					
Região	Estado	%	Região	Estado	%
Nordeste	Alagoas	0,338	Sudeste	Espírito Santo	1,629
	Bahia	2,320		Minas Gerais	1,798
	Ceará	0,534		Rio de Janeiro	2,008
	Maranhão	2,348		São Paulo	13,522
	Paraíba	0,000		Sul	Paraná
	Pernambuco	0,249	Rio Grande do Sul		4,398
	Piauí	0,018	Santa Catarina		0,813
	Rio Grande do Norte	0,672	Norte		Acre
	Sergipe	0,013		Amapá	0,274
Centro-oeste	Distrito Federal	2,166		Amazonas	7,890
	Goiás	1,287		Pará	0,969
	Mato Grosso	0,000		Rondônia	0,529
	Mato Grosso do Sul	0,349		Roraima	0,085
				Tocantins	0,000
<b>Total</b>					<b>48,595</b>

Quadro 130: Regionalização da Ação 1F62 por Unidade Federativa- UF

Fonte: Superintendência de Planejamento e Gestão - PRPG

As realizações nesta ação orçamentária contribuíram para a melhoria da segurança operacional e para o aumento do conforto dos usuários.

As obras mais relevantes foram de recapeamento, alargamento, reparação e revitalização das pistas de pouso e decolagem, pistas de táxi e pátios de aeronaves, no Aeroporto de Porto Alegre, Rio Branco, São Luís, São José dos Campos, Salvador, Goiânia, Florianópolis e Cruzeiro do Sul. A revitalização de terminais de passageiros no Aeroporto de Cuiabá, Tabatinga, Curitiba e Guarulhos. Em Guarulhos também foi efetuada a adequação à acessibilidade às áreas internas do terminal. A

reforma geral dos terminais de carga do Aeroporto de Manaus e ainda a instalação de módulo operacional provisório em diversos aeroportos da rede. Foram instalados módulos operacionais provisórios nos Aeroportos de Vitória e Goiânia. Destaca-se também as obras de remoção de obstáculos na faixa da pista do Aeroporto de Congonhas, modernização do Sistema de Detecção de Alarme e Incêndio no Aeroporto de Guarulhos, supressão de massa vegetal no Aeroporto de Santarém e a elaboração dos projetos das novas salas de embarque do Aeroporto de Natal. A implantação de nova estrutura metálica espacial e cobertura do terminal de carga no Aeroporto de Guarulhos e a construção de galpão industrial lonado para armazenamento de carga e cobertura autoportante no Aeroporto Internacional de Manaus e ainda a implantação do Sistema de Gestão de Estacionamento – GEST, nos Aeroportos de Manaus, Galeão, Guarulhos e Brasília, consoante à determinação do Tribunal de Contas da União - TCU. As obras inerentes ao sistema de gestão dos estacionamentos adequaram e aumentaram o número de vagas e contribuíram para um maior controle operacional e financeiro gerando um conseqüente aumento da receita comercial. Foram executados também serviços de apoio à fiscalização das obras, infraestrutura e instalação elétrica em diversos terminais de passageiros, serviços especializados de topografia, adaptação de acesso viário e pavimentação de vias de acesso aos hangares.

Os recursos não foram utilizados em sua totalidade por atrasos nos cronogramas, onde o desembolso deverá ser efetuado em 2011, por licitações fracassadas ou desertas (desinteresse do mercado, em face dos requisitos especificados nos termos de referência dos editais) e/ou fracassadas (inaptidão do mercado frente aos requisitos de habilitação e/ou regras de negócio estipuladas nos editais); redefinições ocorridas nas especificações dos projetos, demora nos processos licitatórios (em face da necessidade de adequação das regras de negócio e requisitos de habilitação aos normativos internos e a legislação vigente) e não cumprimento dos prazos contratuais, sendo necessária a formalização de Termo Aditivo.

Visando minimizar os impactos operacionais causados pela não execução de parte do valor orçado, em especial aos relacionados a “pátios e pistas”, foi realizado o Estudo de Otimização/Maximização das Posições de Estacionamento das Aeronaves e implementado nos Aeroportos de Confins, Curitiba, Porto Alegre, Rio de Janeiro, Salvador, Vitória, Campinas e Foz do Iguaçu. O Estudo consiste na análise operacional do aeroporto proporcionando ganho de posições.

### **Ação de Manutenção da Infraestrutura Aeroportuária - Atividade**

Os investimentos destinados para a manutenção da infraestrutura aeroportuária contribuíram para aumentar a eficiência operacional, bem como para proporcionar maior conforto e segurança aos passageiros.

#### **0631.4099.0010 - Região Norte**

<b>Orçado</b>	<b>Realizado</b>	<b>%</b>
28.839.875	12.512.453	43

Foram efetuadas obras de reparos emergenciais nos pavimentos, destacando as realizadas no Aeroporto de Rio Branco, Macapá e Belém. Destaca-se a aquisição e instalação de sistema de vigilância no Aeroporto de Macapá e a aquisição de câmeras para o Aeroporto de Rio Branco. Foram realizadas obras para a adequação, ampliação e modernização da seção contra-incêndio no

Aeroporto de Belém. E ainda a aquisição de centrífuga para o terminal de passageiros, a instalação de 3 grupos geradores e sistema de monitoramento e gravação de imagens de pousos e decolagens de aeronaves, transelevador, equipamentos de impressão para utilização no Sistema de Controle Automático de Pesagem – COAP e ainda equipamentos para a implantação do sistema de gestão e estacionamentos, para o Aeroporto de Manaus. Além da aquisição de diversos equipamentos, tais como microônibus, esteiras de bagagens, garfo para empilhadeiras, plataforma hidráulica, balanças de precisão, balcões de *checkin*, condicionadores de ar, bebedouros, climatizadores, Fancoil, no-breaks, jogos de mesas e cadeiras, dentre outros para os diversos aeroportos da região.

Os recursos previstos não foram utilizados em sua totalidade devido à ocorrência de atrasos, onde os itens já estão contratados e o desembolso ocorrerá somente no início de 2011, tal como a modernização do sistema de esteiras de bagagens do Aeroporto de Belém, a revitalização e modernização do caminhão limpa-pista e a substituição da cobertura da ponte de embarque do Aeroporto de Manaus e a aquisição de pick-ups que teve a adesão fracassada. Outra parte justifica-se pela economia nas licitações.

#### **0631.4099.0020 - Região Nordeste**

<b>Orçado</b>	<b>Realizado</b>	<b>%</b>
30.774.516	13.458.359	44

Dentre os recursos investidos destaca-se a aquisição de microônibus e longarinas para atender os aeroportos da região e ainda a aquisição de novas centrais telefônicas para os aeroportos de Fortaleza, Natal, Parnaíba e Paulo Afonso e as obras de revitalização e adequação do terminal de passageiros do Aeroporto de São Luiz. Foram adquiridos condicionadores de ar, poltronas reclináveis, compressores, inversores de frequência para sistema de climatização, balcões de *checkin*, monitor e TV LCD, *switch*, microcomputadores, impressoras, grupo gerador e no-breaks, câmera digital móvel e fixa, matriz de vídeo microprocessada, tela para cerca perimetral e cortadores abrasivos, plataforma elevatória, câmara frigorífica e balanças para os terminais de carga, dentre outros, para atender os diversos aeroportos da região. Foram realizadas também, obras de revitalização dos centros de combate a incêndios, de revitalização e expansão da rede de cabeamento estruturado e de climatização e revitalização dos terminais de passageiros em diversos aeroportos da região.

Atrasos na elaboração de termo de referências, licitações fracassadas (inaptidão do mercado frente aos requisitos de habilitação e/ou regras de negócio estipuladas nos editais); e necessidade operacional redefinida, foram os maiores entraves à realização dos investimentos.

#### **0631.4099.0030 - Região Sudeste**

<b>Orçado</b>	<b>Realizado</b>	<b>%</b>
89.293.120	61.880.106	69

Dentre os investimentos de maior relevância ocorridos nesta região, destacam-se a contratação de empresa especializada para fornecimentos e instalação de equipamentos tipo *fancoil*, a instalação de condicionadores de ar, a revitalização do resfriador de líquido da central de água gelada, a construção de ponte metálica ligando o estacionamento a rampas do terminal de passageiros 1,

implementação de obras para adequação do sistema de contenção dos fluentes oleosos, no Aeroporto Internacional do Rio de Janeiro/Galeão – Antonio Carlos Jobim - SBGL, a aquisição de 33 esteiras de bagagens de embarque e 10 de desembarque e a instalação de módulos sombreadores para o estacionamento do Aeroporto Internacional de Confins – Tancredo Neves - SBCF, a aquisição de microônibus para diversas localidades e ainda a revisão geral da subestação blindada e a recuperação da pista de rolamento “B”, obra de up grade de transelevador, aquisição de solução de controle automático de pesagem, a revitalização dos armazéns estruturados do terminal de cargas, a aquisição de monitores para a substituição dos painéis de LED, a revitalização do sistema de monitoramento, a aquisição de central telefônica para o canteiro de obras no Aeroporto Internacional de São Paulo/Guarulhos – Governador André Franco Montoro - SBGR. Destaca-se também a aquisição de equipamentos para a rede temática para ampliação e modernização do Aeroporto Internacional de Campinas/Viracopos - SBKP. Foram executados serviços de reconstituição de pavimentos, obras de eliminação de erosão e buracos, instalação de tomadas, recuperação asfálticas, implantação de argolas para amarração de aeronaves, reforma e modernização de sanitários, troca de juntas de dilatação, instalação de portas reversíveis dos *fingers*, reforma de tanques de óleo diesel. Foram adquiridos ainda, veículos multiuso e para a segurança, sistemas de comunicação de voz e diversos equipamentos, tais como esteiras de bagagem, balanças e cancelas eletrônicas, equipamentos para o Sistema de Gestão de Estacionamentos - GEST, condicionadores e climatizadores de ar, bebedouros, impressoras térmicas, equipamentos de impressão, leitores ópticos, cavaletes de segurança, estabilizadores, varredouras, baterias para paleteiras elétricas, cancelas, câmeras, monitores e suporte, central telefônica. Computadores e impressoras.

Os recursos previstos não foram utilizados em sua totalidade, em parte por economia nas licitações, por licitações desertas (desinteresse do mercado, em face dos requisitos especificados nos termos de referência dos editais) e/ou fracassadas (inaptidão do mercado frente aos requisitos de habilitação e/ou regras de negócio estipuladas nos editais); e por contratos que se encontram em execução, mas com atrasos, sendo que os desembolsos ocorrerão somente em 2011.

#### **0631.4099.0040 - Região Sul**

<b>Orçado</b>	<b>Realizado</b>	<b>%</b>
28.640.255	17.970.772	63

Destaca-se, dentre os investimentos realizados, as obras de drenagem, resselagem e substituição das placas de concreto do pátio do Aeroporto de Londrina – Governador José Richa - SBLO e a restauração da camada superficial do revestimento da pista de pouso e decolagem e recuperação do *groving* existente nas duas cabeceiras no SBNF – Aeroporto Internacional de Navegantes – Ministro Victor Konder.

Destaca-se ainda a aquisição de Sistema de TV e Vigilância – STVV IP para diversos aeroportos da região, a construção de 2.600 metros de cerca perimetral no sítio aeroportuário de Foz do Iguaçu e as obras no Aeroporto Internacional de Porto Alegre – Salgado Filho - SBPA: instalação do Sistema de Controle de Acesso – SICA e a aquisição de equipamentos de segurança, revitalização do equipamento de raio-x de carga, reforma do edifício garagem, aquisição de mesas e cadeiras para a praça de alimentação do terminal de passageiros 2 e a revitalização da rede LAN, dentre outras.

Foram adquiridos veículos, microônibus, guarita móvel, longarinas, cadeiras, balcões de *checkin*, lixeiras *fast food*, aparelhos e compressores de ar condicionado, câmara fria, leitoras de código de barras, impressoras térmicas, monitores LCD para o projeto de vigilância, no-breaks, aparelhos de telefone IP, impressoras, dentre outros. Foram efetuadas obras de revitalização dos terminais de passageiros, de reforma dos sanitários, reforma dos sistemas de ar condicionados, revitalização das esteiras e carrosséis de bagagem, sinalização horizontal e balizamento noturno, adequação de estacionamentos, construção de área para armazenamento de resíduos sólidos e elaboração e execução de projeto de recomposição florestal, dentre outras.

Os recursos não foram utilizados em sua totalidade devido à dificuldade de adequar os requisitos técnicos necessários ao atendimento das demandas aos requisitos técnicos das tecnologias disponíveis no mercado, o descumprimento de prazos contratuais por parte de fornecedores, adesão fracassada, especificações de projeto ainda em andamento, licitações desertas (desinteresse do mercado, em face dos requisitos especificados nos termos de referência dos editais) e economia nos processos licitatórios.

#### **0631.4099.0050 - Região Centro-Oeste**

<b>Orçado</b>	<b>Realizado</b>	<b>%</b>
87.193.556	60.538.901	69

Destaca-se a aquisição de caminhões para equipamentos de salvatagem, ônibus para transporte de passageiros, microônibus, ambulâncias, veículos operacionais e empilhadeiras. Assim como, a implantação de sistema de controle de viatura simove no Aeroporto Internacional de Brasília – Presidente Juscelino Kubitschek – SBBR e a aquisição de longarinas para diversos aeroportos. Foram adquiridos ainda, malas de dispositivos de teste, máquinas de raio-x, espelhos de inspeção veicular, lixeiras, reguladores de corrente constante, esteiras de bagagem, condicionadores de ar, climatizadores e pedestais para reservatório de água, balcões de informação, paleteiras, balanças, câmara fria, bancadas de conferência, equipamentos para o sistema de gestão de estacionamentos, solução de armazenamento storage, *no-breaks*, aparelhos GPS topográficos e geodésicos, entre outros. Foram feitas obras para as correções necessárias visando adequação dos fluxos hídricos oriundos de drenagem da segunda pista e a reforma geral de 10 pontes de embarque no Aeroporto Internacional de Brasília – Presidente Juscelino Kubitschek - SBBR e interligação do esgoto com a rede pública e fornecimento de água potável no Aeroporto Internacional de Campo Grande - SBCG.

Os recursos não foram utilizados em sua totalidade devido à licitações e adesões fracassadas (inaptidão do mercado frente aos requisitos de habilitação e/ou regras de negócio estipuladas nos editais), economia e atrasos nos processos licitatórios em face de necessidade de adequação das regras de negócios e requisitos de habilitação aos normativos internos e a legislação vigente, solicitação de aditamento do tempo de contrato, e descumprimento de prazos por parte dos fornecedores.

## 0623 - Programa de Proteção ao Voo e Segurança do Tráfego Aéreo

A realização dos investimentos neste programa, visaram manter elevado o índice de disponibilidade dos subsistemas críticos, além de garantir que a capacidade dos equipamentos e infraestrutura instalada nos aeroportos atendam a demanda com qualidade e segurança, proporcionando bem estar e confiança aos usuários dos sistemas instalados.

Vale ressaltar que a segurança e a prestação dos serviços de navegação aérea independem da aplicação dos recursos, tendo em vista a priorização da segurança operacional. Por isso a não realização no período, não afeta a segurança das operações aéreas, visto que os equipamentos de navegação aérea possuem sempre um sistema principal e um reserva e a manutenção segue cronogramas de execução dentro das exigências com base na legislação internacional.

### Manutenção dos Sistemas de Proteção ao Voo

#### 0623.2041.0010 - Região Norte

Orçado	Realizado	%
1.853.377	1.289.675	70

Dentre os investimentos nesta ação orçamentária, destaca-se a elaboração de projeto e serviço de engenharia para remanejamento da infraestrutura para instalação de um NDB - *Non-Directional Beacon* (radio farol não direcional) de 1000 w no Aeroporto Internacional de Macapá – Alberto Alcolumbre - SBMQ, a infraestrutura para instalação do Radiofarol Onidirecional em VHF – DVOR - *Doppler VHF Omini Range* e DME - *Distance Measuring Equipment* (equipamento que mede distância de uma aeronave em relação a um auxílio-rádio), no Aeroporto Internacional de Porto Velho – Gov. Jorge Teixeira de Oliveira - SBPV, a revitalização da estrutura metálica e pintura dos postes de sustentação do Sistema de Luzes de Aproximação - ALS no Aeroporto Internacional de Belém – Val-de-Cans/Júlio Cezar Ribeiro - SBBE, além da elaboração do projeto de revitalização da sistema de aterramento do Aeroporto Internacional de Santarém – Maestro Wilson Fonseca - SBSN. Foram adquiridas cortinas motorizadas para a torre de controle do Aeroporto Internacional de Navegantes – Ministro Victor Konder - SBNF, *no-breaks* visando manter o fornecimento de energia constante e de qualidade aos sistemas de navegação aérea e Unidades Secundárias de Correntes Alternadas – USCAS, microprocessadas, para diversos aeroportos da região.

As licitações desertas retardaram a realização no período.

#### 0623.2041.0020 - Região Nordeste

Orçado	Realizado	%
785.588	0	0

Não houve realização dos investimentos orçados nesta ação orçamentária. O item de maior relevância, aquisição de Indicador de Recurso de Aproximação de Precisão - PAPI para diversas localidades, está em fase de licitação, aguardando a análise de recurso da licitante – Concorrência nº 001/DALC/SEDE/2010.

A não execução dos demais itens tem como principais óbices a dificuldade para contratação de empresa por inexigibilidade de licitação para execução dos projetos das torres de controle, devendo ser realizada licitação pública em 2011, e ainda a demora nos processos, para atendimento aos normativos legais, nos trâmites internos.

#### **0623.2041.0030 - Região Sudeste**

<b>Orçado</b>	<b>Realizado</b>	<b>%</b>
15.702.787	7.257.962	46

Foram realizadas obras e serviços de infraestrutura para adequação, revitalização e instalação de sistemas. Destaca-se a implantação do sistema TATIC - *Total Air Traffic Information Control* nas torres de controles, assim como as obras e serviços de infraestrutura e instalação do ILS - *Instrument Landing System* categoria II nos Aeroportos de Guarulhos e Campinas.

Destaca-se ainda as obras de restauração das Unidades Técnicas de Navegação Aérea - UTAS em diversas localidades da região e a revisão do sistema de climatização do DTCS no Aeroporto Internacional do Rio de Janeiro/Galeão – Antonio Carlos Jobim – SBGL.

O recurso previsto para a implantação do DVOR/DME - Doppler VHF Omini Range/Distance Measuring Equipment da Unidade Técnica de Navegação Aérea - UTA de Bonsucesso não foi utilizado devido à incompatibilidade entre o monitor necessário e o instalado, a aquisição do sistema multiplex de acionamento de balizamento luminoso no Aeroporto Internacional do Rio de Janeiro/Galeão – Antonio Carlos Jobim - SBGL não foi concluída devido a dificuldades na alocação de pessoal técnico para a elaboração das especificações técnicas e dos termos de referência e atrasos no processo de licitação. Os principais entraves aos demais itens foram à ocorrência de licitações desertas (desinteresse do mercado, em face dos requisitos especificados nos termos de referência dos editais) e a demora nos processos, para atendimento aos normativos legais, nos trâmites internos.

#### **0623.2041.0040 - Região Sul**

<b>Orçado</b>	<b>Realizado</b>	<b>%</b>
4.380.798	1.549.885	35

Foram realizadas obras e serviços de engenharia importantes para a adequação da infraestrutura da torre de controle do Aeroporto Internacional de Navegantes – Ministro Victor Konder - SBNF, e ainda para a instalação do ILS - *Instrument Landing System* Categoria II no Aeroporto Internacional de Curitiba – Afonso Pena – SBCT, não realizado em sua totalidade por depender de materiais a serem entregues por outro Órgão Federativo. Destaca-se também o combate à corrosão nas torres de sustentação das antenas dos equipamentos de navegação aérea no Aeroporto de Londrina – Governador José Richa - SBLO, e ainda a aquisição de no-breaks para diversas localidades, visando manter o fornecimento de energia constante e de qualidade aos sistemas de navegação aérea.

Os recursos não foram utilizados em sua totalidade devido à ocorrência de licitações desertas (desinteresse do mercado, em face dos requisitos especificados nos termos de referência dos editais) e projetos pendentes de aprovação de Órgãos Externos.

### 0623.2041.0050 - Região Centro-Oeste

<b>Orçado</b>	<b>Realizado</b>	<b>%</b>
31.358.090	18.458.463	59

Como mais relevantes destaca-se a aquisição e instalação de faróis de aeródromo, de Radiofarol Não-Direcional – NDB e de estações VHF - *Very High Frequency* (Frequência Muito Alta) mono canal e integradas, a fim de garantir que a capacidade dos equipamentos e infraestrutura instalada nos aeroportos atendam a demanda primando pela qualidade e segurança. Destaca-se ainda a aquisição de 9 veículos operacionais, a atualização de hardwares e softwares de diversas localidades, a elaboração do projeto da nova torre de controle do Aeroporto Internacional de Brasília – Presidente Juscelino Kubitschek - SBBR e a aquisição e instalação de equipamentos de Radiofarol Onidirecional em VHF *Very High Frequency* (Frequência Muito Alta) – DVOR - *Doppler VHF Omini Range* e DME - *Distance Measuring Equipment* (equipamento que mede distância de uma aeronave em relação a um auxílio-rádio), realizado parcialmente devido à elaboração do termo aditivo ocorrendo atraso no processo de instalação dos equipamentos.

Quanto aos demais entraves, destaca-se a não execução da infraestrutura para instalação do DVOR/DME - *Doppler VHF Omini Range/Distance Measuring Equipment* no Aeroporto de Congonhas devido a questões levantadas pela Comissão de Recebimento, a aquisição e instalação do Indicador de Recurso de Aproximação de Precisão - PAPI no Aeroporto de Pontaporã, em fase de licitação, aguardando análise de recurso da licitante, a aquisição e instalação de equipamentos VHF - *Very High Frequency* (Frequência Muito Alta) de emergência para diversas localidades, devido a atraso inerente ao processo pré-licitatório. E ainda, a aquisição de no-breaks para o Aeroporto Internacional de Brasília – Presidente Juscelino Kubitschek – SBBR cujo processo foi encaminhado para licitação em agosto, não sendo concluído devido à necessidade de adequação – Pregão eletrônico nº 061.

### 0807 - Programa de Investimento das Empresas Estatais em Infraestrutura de Apoio

#### 0807.4102.0001 - Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos

<b>Orçado</b>	<b>Realizado</b>	<b>%</b>
31.195.159	29.619.755	95

A realização destes investimentos, destinaram-se a dotar a área de manutenção de recursos para a garantia da segurança nas operações e proteção ao voo e ainda melhorias nas condições de trabalho, principalmente ao que se refere às acomodações e equipamentos utilizados nas áreas administrativas da empresa. Dentre os investimentos de maior relevância destaca-se a aquisição veículos para desemborachamento de pistas de pouso e decolagem, de fundamental importância para a atividade de manutenção de pavimentos aeroportuários, responsável pela remoção de borracha e garantia dos níveis de atrito dos pavimentos aeroportuários, assim como a aquisição de caminhões limpa-pista autopropelidos, para a manutenção da segurança e proteção ao voo, de forma a auxiliar na limpeza dos pavimentos aeroportuários. Destaca-se ainda a aquisição de mobiliário para a Superintendência Regional do Centro Leste – SRCE e para a Superintendência Regional de São Paulo - SRSP, equipamentos diversos para ao Aeroporto de Vitória, Sede e Regionais, retroescavadeira e bomba submersível para o Aeroporto Internacional de Porto Alegre – Salgado Filho - SBPA, plataforma

elevatória autopropelida para o Aeroporto Internacional de Cuiabá – Marechal Rondon - SBCY, plataforma elevatória hidráulica para o Aeroporto Internacional de Manaus – Eduardo Gomes - SBEG e um trator para o Aeroporto de Londrina – Governador José Richa - SBLO. Foram adquiridos ainda, móveis e utensílios, GPS topográfico, equipamentos de ginástica para as Seções Contra Incêndios – SCI, rolo compactador, plataforma elevatórias hidráulicas, varredoura coletora, roçadeira hidráulica, fragmentadoras de papéis e condicionadores de ar, para atender as diversas dependências da empresa.

Os recursos não foram utilizados em sua totalidade devido a atrasos na entrega por parte dos fornecedores, necessidade de ajustes nos processos licitatórios, atrasos na elaboração dos termos de referência, recursos administrativos e interposição de ações judiciais nos processos licitatórios, além de licitações desertas (desinteresse do mercado em face dos requisitos especificados nos termos de referencia dos editais) e economia nos processos.

#### **0807.4103.0001 - Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento**

<b>Orçado</b>	<b>Realizado</b>	<b>%</b>
63.719.429	55.502.075	87

Estes visaram à eficiência na segurança da informação, a melhoria da infraestrutura para suportes, bem como o desenvolvimento e a modernização de sistemas administrativos.

Destaca-se a aquisição do sistema, equipamentos e licenças, *Intrusion Prevention System* – IPS para atender a sede, objetivando a melhoria dos processos e controles relativos à segurança da informação. Proporcionando aumento da proteção à rede a níveis condizentes, por meio da mitigação de ameaças com a detecção, bloqueio ou prevenção a ataques à rede advindos da internet, possibilitando a identificação do tipo de ataque de forma eficaz e a tomada de decisões mais precisas em tempo hábil.

Destaca-se também a instalação de novas centrais telefônicas nos aeroportos da Superintendência Regional de São Paulo - SRSP, tendo como objetivo melhorar a qualidade das ligações telefônicas, oferecendo novas facilidades e recursos para prover serviços aos concessionários dos aeroportos. E ainda a aquisição de servidores Kit Aeroporto atendendo a 50 localidades, tendo como objetivo assegurar a disponibilidade da infraestrutura, com a iniciativa de estruturação dos aeroportos quanto à aquisição de novos servidores para a Sede e regionais e proporcionar o nivelamento de acesso à rede e atualização tecnológica de infraestrutura de servidores de forma padronizada.

Foi relevante também a aquisição de switches para a rede de usuários Sede e Aeroporto Internacional de Brasília – Presidente Juscelino Kubitschek - SBBR e a aquisição de central telefônica para o Aeroporto Internacional de Campinas/Viracopos - SBKP e Aeroporto de São Paulo/Congonhas - SBSP. E ainda a aquisição de *firewall* para localidades com *links* redundantes. Houve ainda a aquisição de *desktops*, sistemas, licenças, centrais de comunicação, implantação de rede estruturada, projeto de solução de controle corporativo e de ativos de rede, câmeras de vídeo, ferramentas de modelagem de banco de dados, dentre outros.

## **5. DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO**

### **5.1. Programação e execução orçamentária**

A Infraero é uma empresa estatal independente, ou seja, custeia suas atividades com recursos próprios. Conforme previsto em legislação somente o orçamento de investimentos integra a Lei Orçamentária Anual - LOA.

As empresas estatais independentes são acompanhadas diretamente pelo Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - DEST e têm sua programação de gastos inserida no orçamento que consolida as programações e discrimina as fontes de recursos das empresas controladas direta ou indiretamente pela União, o Programa de Dispêndios Globais - PDG, não participando dos orçamentos fiscal e da seguridade social e, conseqüentemente, não sendo obrigadas a utilizar o Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI.

O Programa de Dispêndios Globais - PDG da Infraero para o exercício de 2010 foi aprovado pelo Decreto nº 6.997 de 04/11/2009 e revisado pelo Decreto nº 7.417 de 30/12/2010.

Deste conjunto sistematizado de informações econômico-financeiras, que tem como objetivo avaliar o volume de recursos e dispêndios, a cargo das estatais, compatibilizando-o com as metas de política econômica governamental, apresenta-se a seguir as planilhas com os montantes aprovados e realizados no PDG 2010 da Infraero, inseridos no Sistema de Informações das Estatais - SIEST.

A Necessidade de Financiamento Líquido - NEFIL é um indicador macroeconômico para a aferição do desempenho da empresa, em termos financeiros, demonstrando o superávit primário alcançado no exercício, em consonância com a meta estabelecida pelo Governo Federal. Verifica-se que a Infraero apresentou em 2010 um déficit primário de R\$ 101 milhões, conforme apresentado na tabela 38.

ESPECIFICAÇÃO	REFORMULAÇÃO 2010 (A)	REALIZADO 2010 (B)	VAR.% (B/A)
<b>I - RECEITAS TOTAIS</b>	<b>3.725.902.568</b>	<b>3.628.896.774</b>	<b>97,40</b>
- OPERACIONAIS	3.192.963.180	3.141.132.064	98,38
. VENDAS DE BENS E SERVIÇOS	3.163.409.175	3.106.444.856	98,20
. DEMAIS OPERACIONAIS	29.554.005	34.687.208	117,37
- FINANCEIRAS	107.699.954	133.889.998	124,32
. JUROS DE APLICAÇÕES FINANCEIRAS	107.699.954	133.889.998	124,32
. CORREÇÃO MONET.DE APLIC. FINANC.	0	0	
- DEMAIS NÃO OPERACIONAIS	0	1.797.486	
- OUTRAS RECEITAS	380.239.434	352.077.226	92,59
- TRANSFERÊNCIAS T.N. (SUBS.)	0	0	
- TRANSF. DE CAPITAL DO T.N. A SEST	45.000.000	0	0,00
<b>II - DESPESAS TOTAIS</b>	<b>3.886.423.982</b>	<b>3.545.850.921</b>	<b>91,24</b>
- PESSOAL	1.176.333.624	1.204.822.079	102,42
- ENCARGOS FINANCEIROS	0	0	0,00
- OUTROS CUSTEIOS	1.607.969.004	1.696.855.659	105,53
. MATERIAIS E PRODUTOS	72.647.000	74.651.624	102,76
. SERVIÇOS DE TERCEIROS	1.030.051.186	1.137.107.493	110,39
. UTILIDADES E SERVIÇOS	239.503.000	242.092.246	101,08
. TRIBUTOS E ENCARGOS PARAFISCAIS	213.452.852	189.814.515	88,93
. OUTROS DISPÊNDIOS CORRENTES	52.314.966	53.189.781	101,67
- INVESTIMENTOS	1.085.492.986	643.621.214	59,29
- OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL	16.628.368	551.969	3,32
III - AJUSTE CRITÉRIO COMPETÊNCIA/CAIXA	307.226.908	-50.122.391	(16,31)
- CONTAS A PAGAR VINCENDO (+)	85.396.437	68.784.095	80,55
- CONTAS A RECEBER (-)	-221.830.471	118.906.486	(53,60)
- AJUSTE REC/DESP FINANCEIRAS (+)	0	0	
IV - RESULTADO NOMINAL ( I - II + III )	146.705.494	32.923.462	22,44
V - CORREÇÃO MONETÁRIA	0	0	0,00
VI - RESULTADO OPERACIONAL ( IV - V )	146.705.494	32.923.462	22,44
VII - JUROS SEST	-107.699.954	-133.889.998	124,32
<b>VIII - RESULTADO PRIMÁRIO ( VI + VII )</b>	<b>39.005.540</b>	<b>-100.966.536</b>	<b>-258,85</b>

Tabela 39: Necessidade de Financiamento Líquido - NEFIL  
Fonte: Superintendência de Controladoria – DFCT

A Discriminação das Origens de Recursos - DICOR apresenta o registro econômico de todas as receitas e recursos destinados à cobertura dos dispêndios globais, independentemente de sua natureza e origem. Frente ao orçamento estabelecido, a Discriminação das Origens de Recursos - DICOR apresentou em 2010 uma realização de R\$ 3,6 bilhões, o equivalente a 97,40% do total previsto para o exercício, conforme apresentado na tabela 39.

ITENS ORÇAMENTÁRIOS	CÓDIGO	REFORMULAÇÃO	REALIZADO 2010	VAR.%
<b>RECEITAS</b>	<b>110000</b>	<b>3.300.663.134</b>	<b>3.276.819.548</b>	<b>99,28%</b>
<b>SUBSÍDIO DO TESOURO</b>	<b>111.000</b>	-	-	
<b>OPERACIONAL</b>	<b>112.000</b>	<b>3.192.963.180</b>	<b>3.141.132.064</b>	<b>98,38%</b>
VENDA DE BENS E SERVIÇOS	112.100	3.163.409.175	3.106.444.856	98,20%
DEMAIS RECEITAS OPERACIONAIS	112.900	29.554.005	34.687.208	117,37%
<b>NÃO OPERACIONAL</b>	<b>113000</b>	<b>107.699.954</b>	<b>135.687.484</b>	<b>125,99%</b>
ALIENAÇÃO DE BENS	113.100	-	1.797.486	
ALIENAÇÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS	113.200			
TÍTULOS PÚBLICOS	113.210			
DEMAIS VALORES IMOBILIÁRIOS	113.290			
ALUGUEIS	113.300			
FINANCEIRAS (JUROS E OUTRAS)	<b>113.400</b>	<b>107.699.954</b>	<b>133.889.998</b>	<b>124,32%</b>
JUROS REAIS - APLIC.FINAN. (Instituições Financeiras)	113.440	65.803.371	62.025.818	94,26%
JUROS REAIS - APLIC.FINAN. (Mútuos com Empresas Ex.)	113.450	-	-	
JUROS REAIS - APLIC.FINAN. (Outras Fontes)	113.430	-	-	
OUTRAS FONTES	113.490	41.896.583	71.864.180	171,53%
DIVIDENDOS E BINIFICAÇÕES C/DINHEIRO	113.500	-	-	
DEMAIS RECEITAS NAO OPERACIONAIS	113.900	-	-	
<b>OUTROS RECURSOS</b>	<b>130.000</b>	<b>425.239.434</b>	<b>352.077.226</b>	<b>82,80%</b>
<b>AUMENTO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>131.000</b>	<b>45.000.000</b>	-	<b>0,00%</b>
<b>TESOURO</b>	<b>131.100</b>	<b>45.000.000</b>	-	<b>0,00%</b>
PARTICIPAÇÃO DA UNIÃO NO CAPITAL	131.110	45.000.000	-	0,00%
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	131.120	-	-	
DEMAIS RECURSOS DO TESOURO	131.190	-	-	
<b>PARTICIP. NO CAPITAL - EMP. ESTATAIS</b>	<b>131.300</b>	-	-	
CONTROLADORA - TESOURO	131.310	-	-	
CONTROLADORA - OUTROS RECURSOS	131.320	-	-	
OUTRAS ESTATAIS	131.330	-	-	
PARTICIPAÇÃO NO CAPITAL - MERC. ABERTO	131.400	-	-	
DEMAIS RECUR. P/AUM. DO PATR. LIQUIDO	131.900	-	-	
<b>RETORNO DE APLIC. FINANC. DE LONGO PRAZO</b>	<b>132.000</b>	-	-	
INTITUIÇÕES FINANCEIRAS	132.300	-	-	
MÚTUOS COM EMPRESAS DO EXTERIOR	132.400	-	-	
OUTRAS FONTES	132.900	-	-	
<b>RECURSOS DE EMPREST. E FINANC. L.PRAZO</b>	<b>133.000</b>	-	-	
OPERAÇÕES DE CRED. INTERNOS - MOEDA	133.100	-	-	
OPERAÇÕES DE CRED. INTERNOS - BENS/SERV.	133.200	-	-	
OPERAÇÕES DE CRED. EXTER. - MOEDA/OUTROS	133.300	-	-	
OPERAÇÕES DE CRED. EXTER. - BENS/SERV.	133.400	-	-	
<b>DEMAIS RECURSOS DE LONGO PRAZO</b>	<b>139.000</b>	<b>380.239.434</b>	<b>352.077.226</b>	<b>92,59%</b>
DEBÊNTURES	139.100	-	-	
<b>EMPRÉST./FINANCIAM. (NÃO INSTIT. FINANC.)</b>	<b>139.200</b>	-	-	
CONTROLADORA	139.210	-	-	
OUTRAS ESTATAIS	139.220	-	-	
MÚTUOS COM EMPRESAS DO EXTERIOR	139.230	-	-	
OUTRAS EMPRESAS	139.290	-	-	
<b>OUTROS RECURSOS DE LONGO PRAZO</b>	<b>139.900</b>	<b>380.239.434</b>	<b>352.077.226</b>	<b>92,59%</b>
CONTROLADORA	139.910	-	-	
OUTRAS ESTATAIS	139.920	-	-	
DEMAIS RECURSOS	139.990	380.239.434	352.077.226	92,59%
<b>TOTAL DOS RECURSOS</b>	<b>199.999</b>	<b>3.725.902.568</b>	<b>3.628.896.774</b>	<b>97,40%</b>

Tabela 40: Discriminação das Origens de Recursos - DICOR

Fonte: Superintendência de Controladoria – DFCT

A Discriminação das Aplicações dos Recursos - DICAR, que registra todos os dispêndios, exceto os relativos à correção monetária, depreciação e amortização de ativos, frente ao orçamento estabelecido, apresentou em 2010 uma realização de R\$ 3,5 bilhões, o equivalente a 91,24% do total previsto para o exercício.

ITENS ORÇAMENTÁRIOS	CÓDIGO	REFORMULAÇÃO	REALIZADO DEZEMBRO	VAR.%
<b>DESPESA</b>				
<b>DISPÊNDIOS DE CAPITAL</b>	<b>220.000</b>	<b>1.102.121.354</b>	<b>644.173.183</b>	<b>58,45%</b>
<b>AMORTIZAÇÕES DE OPER. CRED. DE LONGO PRAZO</b>	<b>221.000</b>	-	-	
OPERAÇÕES INTERNAS	221.100	-	-	
OPERAÇÕES EXTERNAS	221.200	-	-	
DEBÊNTURES	221.400	-	-	
MÚTUOS COM EMPRESAS DO EXTERIOR	221.500	-	-	
OUTRAS FONTES	221.900	-	-	
<b>INVESTIMENTO NO ATIVO IMOBILIZADO</b>	<b>222.000</b>	<b>1.085.492.986</b>	<b>643.621.214</b>	<b>59,29%</b>
PESSOAL DE INVESTIMENTO	222.100	-	-	
AQUIS. E MAT. EQUIP. DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	222.210	44.224.750	39.285.692	88,83%
AQUIS. E MAT. SOFTWARE DE PROCESSAMENTO DE DADOS	222.220	19.494.679	16.216.383	83,18%
DEMAIS	222.900	1.021.773.557	588.119.139	57,56%
<b>INVERSÕES FINANCEIRAS</b>	<b>223.000</b>	-	-	
PARTICIP. EM SOCIEDADE CONTROLADA	223.100	-	-	
PARTICIP. EM OUTRAS ESTATAIS FEDERAIS	223.200	-	-	
PARTICIP. EM OUTRAS EMPRESAS	223.300	-	-	
OUTRAS INVERSÕES FINANCEIRAS	223.900	-	-	
<b>OUTROS DISPÊNDIOS DE CAPITAL</b>	<b>229.000</b>	<b>16.628.368</b>	<b>551.969</b>	<b>3,32%</b>
DIVIDENDOS	229.100	16.628.368	551.969	3,32%
AQUISIÇÃO DE TÍTULOS PÚBLICOS	229.200	-	-	
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	229.300	-	-	
MÚTUOS COM EMPRESAS DO EXTERIOR	229.310	-	-	
OUTROS EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	229.390	-	-	
DEMAIS DISPÊNDIOS DE CAPITAL	229.900	-	-	
APLICAÇÕES FINANCEIRAS (Instituições Financeiras)	229.910	-	-	
OUTROS DISPÊNDIOS DE CAPITAL	229.990	-	-	
<b>DISPÊNDIOS CORRENTES</b>	<b>240.000</b>	<b>2.784.302.628</b>	<b>2.901.677.738</b>	<b>104,22%</b>
<b>PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS</b>	<b>241.000</b>	<b>1.176.333.626</b>	<b>1.204.822.080</b>	<b>102,42%</b>
SALÁRIO BASE	241.100	503.695.304	519.630.150	103,16%
HORAS EXTRAS	241.200	20.310.977	22.342.429	110,00%
COMISSÕES POR FUNÇÃO	241.300	10.634.810	11.864.455	111,56%
OUTROS ADICIONAIS	241.400	79.532.714	82.554.037	103,80%
PART. LUCRO E GRATIF. EXTRAORDINÁRIA	241.500	-	-	
ENCARGOS SOCIAIS	241.600	393.699.902	409.870.632	104,11%
<b>BENEFÍCIOS SOCIAIS</b>	<b>241.700</b>	<b>142.525.054</b>	<b>142.240.768</b>	<b>99,80%</b>
CONTR.PATRON.(ASSOC.FUNC.PREV.E SEG.)	241.710	59.098.183	60.341.595	102,10%
CONTR.PATRON.(ASSOC.FUNC.ASSIST.MÉDICA)	241.720	-	-	
DEMAIS	241.790	83.426.871	81.899.173	98,17%
INATIVOS E PENSIONISTAS	241.800	-	-	
PROGRAMA DE DESLIGAMENTO VOLUNTÁRIO DE PESSOAL	241.900	25.934.865	16.319.609	62,93%
<b>MATERIAIS E PRODUTOS</b>	<b>242.000</b>	<b>72.647.000</b>	<b>74.651.624</b>	<b>102,76%</b>
<b>MATERIAS PRIMAS E COMPONENTES</b>	<b>242.100</b>		-	
NACIONAIS	242.110		-	
IMPORTADOS	242.120		-	
MATERIAL DE CONSUMO	242.200	63.261.322	64.873.154	102,55%
COMPRA DE ENERGIA	242.300			
COMPRA DE ALCÓOL	242.400		-	
PRODUTOS PARA REVENDA	242.500		-	
DEMAIS MATERIAIS E PRODUTOS	242.900	9.385.678	9.778.470	104,19%

Tabela 41: Discriminação das Aplicações dos Recursos - DICAR

Fonte: Superintendência de Controladoria - DFCT

## 5.2. Programação de despesa de capital

Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesa de Capital		
		4 – Investimentos		
		Exercícios		
		2009	2010	
LOA	Dotação proposta pela UO	1.181.090.002	1.486.200.000	
	PLOA	1.181.090.002	1.486.200.000	
	LOA	1.031.090.002	1.467.906.555	
CRÉDITOS	Suplementares	453.278.299	593.598.662	
	Especiais	Abertos	54.053.795	38.752.000
		Reabertos		
	Extraordinários	Abertos	-	-
		Reabertos		
	Créditos Cancelados	-556.783.637	-1.014.719.231	
Outras Operações				
<b>Total</b>		<b>981.638.459</b>	<b>1.085.537.986</b>	

Quadro 131: Quadro A.2.5 - Programação de despesas  
Fonte: Superintendência de Planejamento e Gestão – PRPG

**Dotações propostas pela UO, PLOA E LOA:** Ocorreram alterações apenas entre o Projeto de Lei Orçamentária e a Lei Orçamentária que não afetaram o cumprimento da programação de trabalho.

**Demais considerações:** a abertura de créditos adicionais e o cancelamento de créditos foram fundamentais para a gestão dos investimentos no exercício, na medida em possibilitaram uma adequação às demandas que surgiram no decorrer do período.

## 5.3. Execução orçamentária da despesa

Grupos de Despesa	Valores Pagos	
	Exercícios	
	2009	2010
<b>4 - Investimentos</b>	<b>421.256.761</b>	<b>643.621.214</b>
Desenvolvimento da Infraestrutura Aeroportuária	359.561.739,00	529.943.399,00
Investimento das Empresas Estatais em Infraestrutura de Apoio	52.091.696,00	85.121.830,00
Proteção ao Voo e Segurança Aeroportuária	9.603.326,00	28.555.985,00

Tabela 42: Despesa de capital por grupo e elemento de despesa dos créditos  
Fonte: Superintendência de Planejamento e Gestão – PRPG

**Alterações significativas ocorridas no exercício:** Os recursos foram direcionados tendo como principal objetivo a elevação do grau de desenvolvimento da infraestrutura aeroportuária e repercutiu diretamente no alcance das metas traçadas para atendimento das carências voltadas à melhoria do nível de conforto e segurança dos usuários do sistema aeroportuário, assim como a efetividade dos investimentos voltados às atividades de carga aérea. Os investimentos destinaram-se

a suprir as necessidades impostas pelo aumento da demanda e à manutenção da qualidade, a segurança e conforto de milhares de passageiros que transitam pelos aeroportos brasileiros, assim como a eficiência operacional da rede de aeroportos e unidades de navegação administrados pela empresa. A fim de garantir a operacionalidade e a segurança compatíveis com as necessidades do País, os investimentos foram alinhados aos objetivos e interesse estratégico do Governo Federal.

**Eventos negativos/positivos que prejudicaram/facilitaram a execução orçamentária:** A concessão dos créditos e a implantação do plano de ação objetivando melhorias no controle da execução das ações para agilizar seu cumprimento e fortalecer o planejamento e a gestão, mediante a geração de informações qualificadas sobre os resultados alcançados e as restrições enfrentadas no decorrer do processo, para auxiliar a tomada de decisão, facilitaram a execução do programa, mediante a utilização de processos estruturados e instrumentos adequados à integração das Ações em torno dos Programas.

#### 5.4. Indicadores institucionais

A Infraero, baseada nos indicadores utilizados no mercado da aviação civil, utilizando como referência o “Manual sobre os aspectos econômicos dos aeroportos” da Organização Internacional de Aviação Civil – ICAO (Doc. 9562 – 2ª edição de 2006) e considerando fatores que são relevantes para monitorar a evolução dos processos e atividades diretamente relacionadas ao seu negócio, iniciou a definição de um conjunto de indicadores institucionais para mensurar o desempenho operacional da Empresa ao longo do tempo.

Desta forma, para avaliar a operação e a qualidade dos serviços prestados de forma a mensurar o desempenho operacional da Empresa foram estabelecidos indicadores de produtividade e de segurança operacional, conforme a seguir:

- Número de passageiros processados por empregado;
- Número de aeronaves processadas por empregado;
- WLU – *Work Load Unit* por empregado.
- Índice de incursões em pista em aeroporto;
- Índice de incursões em pista em Grupamentos de Navegação Aérea - GNA;
- Índice de colisões com fauna;

Os resultados desses indicadores no período de 2006 a 2010, cujas fichas de critérios encontram-se no **Anexo I** (Parte B), são apresentados a seguir:

- **Número de passageiros processados por empregado**

É um indicador que busca mensurar a relação direta entre o número de passageiros processados pela média do efetivo de empregados existentes (relação média entre orgânicos e terceirizados).

Indicador	2006	2007	2008	2009	2010
<b>Número de passageiros processados por empregado</b>	<b>4.143</b>	<b>3.994</b>	<b>3.943</b>	<b>4.153</b>	<b>4.497</b>
Número de passageiros	102.185.376	110.549.625	112.900.421	128.135.616	155.363.964
Número médio de empregados	24.666	27.678	28.633	30.852	34.552

Tabela 43: Número de passageiros processados por empregado  
Fonte: Superintendência de Planejamento e Gestão – PRPG

**Análise:** Indicador que visa obter a produtividade por empregado, com relação ao movimento de passageiros, ou seja, é o número de passageiros processados por empregado. A evolução do referido indicador no período de 2006 a 2010 mostra que, apesar do elevado aumento do número de passageiros (52,04%), houve um aumento razoável da capacidade de processamento, da ordem de 8,54%, tendo em vista que o número de empregados, no período considerado, aumentou 40,08%.

- **Número de aeronaves processadas por empregado**

É um indicador que busca mensurar a relação direta entre o número de aeronaves processadas pela média do efetivo de empregados existentes (relação média entre orgânicos e terceirizados).

Indicador	2006	2007	2008	2009	2010
<b>Número de aeronaves processadas por empregado</b>	<b>78</b>	<b>74</b>	<b>74</b>	<b>74</b>	<b>77</b>
Número de aeronaves	1.918.538	2.037.768	2.128.823	2.290.950	2.648.449
Número médio de empregados	24.666	27.678	28.633	30.852	34.552

Tabela 44: Número de aeronaves processadas por empregado  
Fonte: Superintendência de Planejamento e Gestão – PRPG

**Análise:** Indicador que visa obter a produtividade por empregado, com relação ao movimento de aeronaves, ou seja, é o número de movimento de aeronaves processados por empregado. A evolução do referido indicador no período de 2006 a 2010 mostra-se levemente negativo (-1,45%), apesar do elevado aumento do número de aeronaves (38,04%) no período. Levando-se em conta o resultado do item anterior (nº de passageiros/empregado) e esse item, pode-se afirmar que ocorreu um dos fatores a seguir (ou ambos): (a) aumento do tamanho médio da aeronave; ou seja, as empresas aéreas trocaram aeronaves menores por maiores; e/ou (b) houve um aumento significativo na ocupação das aeronaves (“load factor”).

- **WLU - Work Load Unit por empregado**

É um indicador que busca mensurar a relação direta entre a unidade de carga de trabalho *Work Load Unit* – WLU pela média do efetivo de empregados existentes (relação média entre orgânicos e terceirizados).

Indicador	2006	2007	2008	2009	2010
<b>WLU por empregado</b>	<b>4.641</b>	<b>4.471</b>	<b>4.387</b>	<b>4.515</b>	<b>4.858</b>
WLU - <i>Work Load Unit</i> *	114.482.169	123.735.767	125.617.763	139.283.159	167.865.641
Número médio de empregados	24.666	27.678	28.633	30.852	34.552

Tabela 45: Work Load Unit por empregado  
Fonte: Superintendência de Planejamento e Gestão – PRPG

\* WLU - é a medida de ponderação de passageiros e carga, calculada pela soma do total de carga aérea transportada em porções das aeronaves em quilos, dividido por 100, ao número de passageiros embarcados, desembarcados e em trânsito processados nos aeroportos da Infraero.

**Análise:** Indicador que visa obter a produtividade por empregado, com relação à unidade de carga de trabalho processada nos aeroportos, ou seja, é a carga de trabalho de cada empregado. A evolução do referido indicador no período de 2006 a 2010 mostra-se positivo (4,67%), indicando

que cada empregado teve uma pequena melhora em sua produtividade, quando considerado o movimento de passageiros e cargas conjuntamente.

O pequeno crescimento deveu-se ao fato da carga aérea ter diminuído nesse período em função dos diversos problemas (sobervalorização do real frente ao dólar; crise na região do Pacífico, problemas climáticos, etc). No entanto, o número de empregados aumentou para manter a qualidade no atendimento aos passageiros (vide item 1).

- **Índice de incursões em pista em aeroporto**

É um indicador que busca mensurar a relação direta entre o número de ocorrências de incursões em pista nos aeroportos pelo movimento de aeronaves dos aeroportos (100.000 operações de pouso e decolagem), ou seja, a relação do número de incursões nos aeroportos para cada 100.000 operações com aeronaves.

Indicador	2006	2007	2008	2009	2010
<b>Índice de incursões em pista em aeroporto</b>	-	-	-	-	<b>4,12</b>
Número de incursões em pista	-	-	-	-	109
Número de aeronaves	1.918.538	2.037.768	2.128.823	2.290.950	2.648.449

Tabela 46: Índice de incursões em pista em aeroporto  
Fonte: Gerência de Segurança Operacional – DOSO

Análise: Os dados do período de 2006 a 2009 não disponíveis em sistema para avaliação deste índice. A Gerência de Segurança Operacional – DOSO iniciou o registro dos dados de incursão em pista a partir de 2010.

Em 2010, o índice de incursões em pista no aeroporto foi de 4,12 a cada 100.000 movimentos.

- **Índice de incursões em pista em Grupamentos de Navegação Aérea – GNA**

É um indicador que busca mensurar a relação direta entre o número de ocorrências de incursões em pista exclusivamente nos Grupamentos de Navegação Aérea – GNA pelo movimento de aeronaves dos GNA's (100.000 operações de pouso e decolagem), ou seja, a relação do número de incursões nos GNA's para cada 100.000 operações com aeronaves.

Indicador	2006	2007	2008	2009	2010
<b>Índice de incursões em pista em GNA's</b>	<b>85,72</b>	<b>120,92</b>	<b>195,64</b>	<b>108,01</b>	<b>52,89</b>
Número de incursões em pista nos GNA's	109	153	259	138	71
Número de aeronaves nos GNA's	127.156	126.529	132.387	127.764	134.230

Tabela 47: Índice de incursões em pista em Grupamentos de Navegação Aérea – GNA  
Fonte: Superintendência de Navegação Aérea – DONA

Análise: De acordo com o acompanhamento verificado no período de 2006 a 2010, o número de incursões em pista nos Grupamentos de Navegação Aérea – GNA (aeroportos públicos administrados por Estados, Municípios, Prefeituras, etc, onde a Infraero apenas presta serviços de navegação aérea) apresenta uma redução na ordem de 34,86%. Com relação ao movimento operacional no período, houve um incremento de 5,56%, sendo que o resultado dessa relação apresenta um decréscimo de 38,30%.

Esses números refletem uma boa melhora no controle das incursões. A Infraero tem informado aos administradores dos aeroportos esses dados de incursões e solicitado as providências.

Vale destacar que os Grupamentos de Navegação Aérea – GNA devido a peculiaridade da Infraero de somente atuar como órgão de controle da navegação aérea traz um desafio a mais para execução de ações mitigadoras que possam evitar as incursões em pista, tendo em vista que qualquer outro tipo de ação depende de gestões junto aos administradores de aeroportos locais, que podem ser as prefeituras, governos de estaduais, COMAR, dentre outros.

Destaca-se ainda que os maiores problemas de incursão em pista ocorreram em aeroportos situados na regional norte, onde as prefeituras possuem restrições orçamentárias e de pessoal. Foram realizadas diversas gestões nos aeroportos críticos, buscando as soluções locais necessárias para a obtenção e redução desse índice.

- **Índice de colisões com fauna**

É um indicador que busca mensurar a relação direta entre o número de ocorrências de colisão com fauna pelo movimento de aeronaves nos aeroportos (100.000 operações de pouso e decolagem), ou seja, a relação do número de colisões com fauna para cada 100.000 operações com aeronaves.

Indicador	2006	2007	2008	2009	2010
<b>Índice de colisões com fauna</b>	<b>14,59</b>	<b>12,51</b>	<b>14,05</b>	<b>35,53</b>	<b>22,35</b>
Número de colisões com fauna	280	255	299	814	592
Número de aeronaves	1.918.538	2.037.768	2.128.823	2.290.950	2.648.449

Tabela 48: Índice de colisões com fauna  
Fonte: Gerência de Segurança Operacional – DOSO

Análise: O resultado do indicador de colisão com fauna apresenta um crescimento de 53,16% no período de 2006 a 2010, fato este que se deve a disseminação da cultura da segurança operacional, onde o informe de ocorrências tem sido realçado como principal fator para a análise das causas de colisões com fauna e, posterior adoção de medidas de mitigação de riscos. Vale ressaltar que o resultado desse índice em 2010 apresentou uma redução significativa de 37,09%, resultado proveniente da identificação de focos atrativos da fauna nos aeroportos e da adoção de uma ação mais eficiente e eficaz no combate e eliminação destes focos.

Obs.: A Gerência de Segurança Operacional - DOSO iniciou o registro dos dados de colisão com fauna a partir de 2010.

## 6. COMPOSIÇÃO DE RECURSOS HUMANOS

### 6.1. Composição do Quadro de Recursos Humanos

Situação em 31/12/2010

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos em 2010	Egressos em 2010
	Autorizada	Efetiva		
<b>1 Provimento de cargo efetivo</b>				
1.1 Empregados sob o regime celetista		<b>13.122</b>	<b>2.616</b>	<b>499</b>
1.2 Empregados requisitado de outros órgãos e		<b>1</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
1.3 Empregados Cedidos*		<b>133</b>		
<b>2 Provimento de cargos em comissão</b>		<b>37</b>	<b>3</b>	<b>7</b>
<b>3 Total</b>	<b>14.220</b>	<b>13.293</b>	<b>2.619</b>	<b>506</b>

Quadro 132: Quadro A.5.1 da DN TCU nº 107/2010 - Composição do Quadro de Recursos Humanos  
Situação em 31/12/2010

\* Os empregados cedidos também são computados no efetivo da Infraero e, por este motivo, não foram considerados no item 1.1, a fim de evitar a duplicidade dos registros, uma vez que foram considerados no item 1.3. Além disso, os mesmos não são admitidos ou desligados da empresa no momento da cessão e, assim, não impactam no número de ingressos e egressos anuais.

#### 6.1.1. Composição do Quadro de Recursos Humanos por faixa etária

Situação em 31/12/2010

Tipologias do Cargo	Faixa Etária (anos)				
	Até 30	De 31 a 40	De 41 a 50	De 51 a 60	Acima de 60
<b>1 Provimento de cargo efetivo</b>					
1.1 Empregados sob o regime celetista	<b>2.391</b>	<b>3.468</b>	<b>4.313</b>	<b>2.612</b>	<b>338</b>
1.2 Empregados requisitado de outros órgãos e Esferas	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
1.3 Empregados Cedidos*	<b>1</b>	<b>14</b>	<b>62</b>	<b>50</b>	<b>6</b>
<b>2. Provimento de cargos em comissão</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>15</b>	<b>21</b>
<b>3 Total</b>	<b>2.392</b>	<b>3.482</b>	<b>4.377</b>	<b>2.677</b>	<b>365</b>

Quadro 133: Quadro A.5.2 da DN TCU nº 107/2010 - Composição do Quadro de Recursos Humanos por faixa etária  
Situação em 31/12/2010

\* Os empregados cedidos também são computados no efetivo da Infraero e, por este motivo, não foram considerados no item 1.1, a fim de evitar a duplicidade dos registros, uma vez que foram considerados no item 1.3.

### 6.1.2. Composição do Quadro de Recursos Humanos por nível de escolaridade

Situação em 31/12/2010

Tipologias do Cargo	Nível de Escolaridade									
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
<b>1. Provimento de cargo efetivo</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>136</b>	<b>444</b>	<b>6.558</b>	<b>4.914</b>	<b>1.100</b>	<b>103</b>	<b>1</b>	
1.1. Membros de poder e agentes políticos										
1.2. Servidores de Carreira										
1.3. Servidores com Contratos Temporários										
1.4. Servidores Cedidos ou em Licença										
<b>2. Provimento de cargo em comissão</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>4</b>	<b>30</b>	<b>3</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	
2.1. Cargos de Natureza Especial										
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior										
2.3. Funções gratificadas										

**LEGENDA**  
**Nível de Escolaridade:** 1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 - Mestrado; 9 - Doutorado; 10 - Não Classificada.

Quadro 134: Quadro A.5.3 da DN TCU nº 107/2010 - Composição do Quadro de Recursos Humanos por nível de escolaridade

Situação em 31/12/2010

Fonte: RHTE-3 – Coordenação de Cadastro de Pessoal

### 6.2. Composição do Quadro de Estagiários

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes (valores)				Custo do exercício (Valores em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
<b>Nível superior e médio</b>	1.562.944,56	1.589.664,79	1.713.474,19	1.691.533,99	6.557.617,53

Quadro 135: Quadro A.5.6 da DN TCU nº 107/2010 - Composição do Quadro de Estagiários

Fonte: RHGP-2-Coordenação de Recrutamento, Seleção e Remuneração

### 6.2.1. Quantitativo de Contratos de Estágio

<b>Quantitativo de contratos de estágio</b>		
MESES	QUANTITATIVO DE ESTAGIÁRIOS	CUSTO COM ESTAGIÁRIOS
jan/10	803	518.780,04
fev/10	812	527.172,13
mar/10	815	516.992,39
abr/10	816	529.405,99
mai/10	818	534.473,60
jun/10	815	525.785,20
jul/10	960	596.998,07
ago/10	807	545.521,36
set/10	835	570.954,76
out/10	850	573.871,52
nov/10	834	556.226,48
dez/10	831	561.435,99
CUSTO TOTAL		6.557.617,52

Quadro 136: Quantitativo de contratos de estágio

### 6.3. Custos associados à manutenção dos recursos humanos

Quadro de custos de recursos humanos nos exercícios de 2008,2009 e 2010. (Regime Celetista)								
Tipologias / Exercícios	Vencimentos e vantagens fixas	Despesas Variáveis						Total
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e previdenciários	Demais despesas variáveis	
Servidores de Carreira que não ocupam cargo de provimento em comissão e os cedidos								
2008	254.672.999,99	N/A	365.893,51	55.605.770,70	811.436,74	N/A	N/A	311.456.100,94
2009	304.164.617,96	N/A	354.501,63	67.368.827,41	22.832.345,76	N/A	N/A	394.720.292,76
2010	359.037.919,19	N/A	470.680,23	78.433.575,06	7.656.937,35	N/A	N/A	445.599.111,83
Servidores ocupantes de Cargos de Natureza Especial								
2008	15.096.221,88	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	15.096.221,88
2009	6.795.728,04	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	6.795.728,04
2010	4.188.151,31	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	4.188.151,31
Servidores ocupantes de cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior								
2008	2.025.548,20	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	2.025.548,20
2009	2.456.676,07	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	2.456.676,07
2010	2.009.741,08	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	2.009.741,08
Servidores ocupantes de Funções gratificadas								
2008	126.195.949,82	N/A	559.926,80	54.234.353,74	84,95	N/A	N/A	180.990.315,31
2009	146.718.108,47	N/A	521.147,58	75.539.213,46	3.990.364,75	N/A	N/A	226.768.834,26
2010	166.554.409,29	N/A	520.827,05	87.401.163,22	2.035.499,20	N/A	N/A	256.511.898,76

Quadro 137: Quadro A.5.7 da DN TCU nº 107/2010 – Quadro de Custos de Recursos Humanos nos exercícios de 2008, 2009 e 2010

Fonte: RHTE-4-Coordenação de Folha de Pagamento

N/A = Não se aplica.

### 6.4. Locação de mão de obra mediante contratos de prestação de serviços

#### 6.4.1. Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva

O Quadro A.5.8 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva encontra-se no **Anexo VII**.

#### 6.4.2. Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra

O Quadro A.5.9 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra encontra-se no **Anexo VIII**.

##### 6.4.2.1. Distribuição, por aeroporto, do pessoal contratado

O Quadro A.5.10 - Distribuição do pessoal contratado mediante contrato de prestação de serviço com locação de mão de obra encontra-se no **Anexo IX**.

## 7. TRANSFERÊNCIAS

UNIDADE CONCEDENTE									
Nome: Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária									
CNPJ: 00.352.294/0001-10					UG/GESTÃO: N/A				
MODALIDADE	Nº DO INSTRUMENTO	BENEFICIÁRIO - CNPJ	VALORES PACTUADOS		VALORES REPASSADOS		VIGÊNCIA		SITUAÇÃO
			GLOBAL	CONTRAPARTIDA	NO EXERCÍCIO	ACUM. ATÉ O EXERCÍCIO	INÍCIO	FIM	
1	0002-CI/2004/0012	06096391/0001-76	1.764.750,00		135.650,00	1.434.483,05	01/01/2005	31/08/2010	4
1	0077/2005/0152	86819323/0001-27	75.389,40		10.667,40	76.810,19	03/01/2005	02/01/2011	1
1	0002-CI/2004/0037	03389126/0001-98	1.730.170,92		226.841,37	1.730.170,92	01/04/2005	30/06/2010	4
1	0001-EG/2005/0002	00394429/0026-69	6.433.117,33		3.000.000,00	3.000.000,00	07/04/2005	06/04/2011	1
1	0497-CI/2005/0023	02133636/0001-37	3.199.313,75		350.000,00	2.845.647,75	01/07/2005	30/06/2010	4
1	0081/2006/0038	18431312/0001-15	193.460,00	133.460,00	49.500,00	49.500,00	20/01/2006	20/01/2010	4
1	0085-PS/2006/0057	58482019/0001-00	1.907.537,60	1.206.424,80	174.234,60	797.891,00	02/05/2006	01/05/2011	1
1	0001-CI/2006/0015	13937149/0002-24	2.497.600,00		607.600,00	2.315.114,36	30/06/2006	29/12/2010	6
1	0002-CI/2006/0043	02963980/0001-53	2.130.030,00		365.058,00	1.313.526,00	01/07/2006	30/06/2011	1
1	0001-CI/2006/0025	02963980/0001-53	4.393.200,00		1.038.700,00	3.697.160,00	01/07/2006	30/06/2011	1
1	0084-PS/2006/0061	02260953/0001-14	1.353.470,00	485.220,00	173.650,00	766.750,00	03/07/2006	02/07/2011	1
1	0001-CI/2006/0036	76416932/0001-81	1.860.000,00		207.600,00	899.600,00	01/08/2006	31/07/2011	1
1	0001-CI/2006/0019	04236167/0001-07	4.669.292,53		347.622,80	2.218.931,43	06/09/2006	05/09/2011	1
1	0124-CI/2006/0061	28176998/0001-07	6.748.638,57		1.127.137,84	3.096.763,67	04/10/2006	02/10/2011	1
1	0016-ST/2006/0001	33749086/0002-90	1.836.653,82	1.094.537,84	0,00	742.115,98	01/12/2006	31/01/2011	1
1	0006-CI/2006/0006	06175225/0001-65	2.092.800,00		438.400,00	1.614.400,00	01/01/2007	31/12/2011	1
1	0095-CM/2007/0004	63887558/0001-50	243.834,88	70.030,88	43.450,98	173.803,92	08/01/2007	07/01/2012	1

MODALIDADE	Nº DO INSTRUMENTO	BENEFICIÁRIO - CNPJ	VALORES PACTUADOS		VALORES REPASSADOS		VIGÊNCIA		SITUAÇÃO
			GLOBAL	CONTRAPARTIDA	NO EXERCÍCIO	ACUM. ATÉ O EXERCÍCIO	INÍCIO	FIM	
1	0001-CI/2007/0030	02603612/0001-02	2.832.030,00		586.500,00	1.968.100,00	01/02/2007	30/01/2012	1
1	0002-CT/2006/0030	61600839/0001-55	29.323,14		7.044,62	25.721,41	13/02/2007	12/02/2012	1
1	0002-PS/2007/0001	00394429/0108-40	12.482.952,45		4.611.203,35	10.521.287,75	15/02/2007	14/02/2011	1
1	0003-CI/2006/0044	02963980/0001-53	1.405.824,00		329.709,92	1.138.203,26	01/07/2007	30/06/2011	1
1	0098-CM/2007/0005	21126040/0001-54	542.400,00		124.300,00	459.533,40	11/07/2007	10/07/2011	1
1	0087-CI/2007/0061	27176998/0001-07	14.511.943,99		2.770.488,32	6.356.718,48	23/07/2007	22/07/2011	1
1	0086-CI/2007/0064	27176998/0001-07	2.701.428,54		557.703,07	1.483.617,12	23/07/2007	22/07/2011	1
1	0003-EG/2007/0015	02931604/0001-87	29.538.028,79	5.907.605,76	0,00	21.430.776,94	17/09/2007	23/12/2010	4
1	0063-CI/2007/0032	09537092/0001-18	3.661.533,63		202.273,50	680.987,45	31/10/2007	30/10/2012	1
1	0003-SA/2007/0025	04770319/0001-57	239.471,27		55.923,84	156.758,52	07/11/2007	06/11/2011	1
1	0002-CI/2007/0038	03389126/0001-98	2.534.242,80		790.308,30	1.988.242,80	01/12/2007	30/06/2011	1
1	0090-CI/2007/0020	69977817/0001-10	1.722.000,00		350.000,00	954.800,00	01/12/2007	30/11/2011	1
1	0001-CI/2007/0017	03015475/0001-40	5.850.000,00		1.017.445,00	3.252.914,34	13/12/2007	13/12/2012	1
1	0063-CI/2007/0014	10571982/0001-25	5.225.547,00		652.151,55	2.066.654,03	28/12/2007	27/12/2012	1
1	0001-CI/2008/0149	00394429/0035-50	5.277.024,00		1.276.800,00	3.177.249,21	01/01/2008	31/12/2011	1
1	0001-CI/2008/0057	00394429/0035-50	13.450.368,00		4.468.800,00	8.708.560,00	01/01/2008	31/12/2011	1
1	0001-CI/2008/0033	00394429/0035-50	3.985.536,00		1.278.800,00	2.678.000,00	01/01/2008	31/12/2011	1
1	0002-CI/2008/0031	00394577/0001-25	2.710.019,52		745.644,72	1.756.237,57	01/03/2008	28/02/2011	2
1	0001-CI/2008/0022	05485613/0001-80	1.627.104,46		190.916,00	555.392,00	01/04/2008	31/03/2013	1

MODALIDADE	Nº DO INSTRUMENTO	BENEFICIÁRIO - CNPJ	VALORES PACTUADOS		VALORES REPASSADOS		VIGÊNCIA		SITUAÇÃO
			GLOBAL	CONTRAPARTIDA	NO EXERCÍCIO	ACUM. ATÉ O EXERCÍCIO	INÍCIO	FIM	
1	0111-CM/2008/0014	02539347/0001-32	223.648,00		44.350,62	264.959,71	05/05/2008	08/04/2010	4
1	0001-CI/2008/0029	63592323/0001-31	1.659.504,00		582.400,00	1.211.504,00	01/07/2008	30/06/2011	1
1	0002-CI/2008/0042	63592323/0001-31	1.659.504,00		537.600,00	1.211.504,00	01/07/2008	30/06/2011	1
1	0005-CI/2008/0011	02658753/0001-14	5.520.000,00		650.700,00	1.514.700,00	01/07/2008	01/07/2013	1
1	0060-CI/2008/0039	03389126/0001-98	1.327.270,92		481.841,37	970.270,92	01/07/2008	30/06/2011	1
1	0002-EG/2008/0057	46319000/0001-50	5.593.676,40	1.652.736,27	0,00	2.060.608,18	04/07/2008	30/06/2011	1
1	0001-CM/2008/0031	61600839/0001-55	9.072,48		7.651,95	15.709,89	22/08/2008	03/09/2011	1
1	0001-CI/2008/0010	35025022/0001-90	1.995.546,24		498.886,56	1.122.494,76	01/09/2008	31/08/2011	1
1	0004-EG/2008/0029	07521315/0001-23	4.433.461,82		762.656,13	2.079.403,81	30/10/2008	30/03/2012	1
1	0117-PS/2008/0039	73471963/0074-00	41.500,00	4.000,00	3.000,00	3.000,00	13/11/2008	12/11/2011	1
1	0002-CI/2008/0028	04994771/0001-00	2.051.933,33		512.983,33	1.055.290,00	21/11/2008	20/11/2012	1
1	0121-CM/2008/0031	34870576/0001-21	326.464,22	223.384,22	24.395,00	28.690,00	16/12/2008	16/12/2010	4
1	0001-CI/2009/0152	07924551/0001-90	1.900.800,00		633.600,00	1.267.200,00	01/03/2009	01/03/2011	1
1	0001-CT/2009/0010	61600839/0011-27	81.304,32		28.662,70	50.313,61	04/05/2009	03/05/2011	1
1	0006-CI/2009/0062	28176998/0001-07	5.741.719,65		2.074.746,32	2.433.677,60	08/05/2009	07/05/2011	1
1	0001-CM/2009/0001	00394429/0108-40	13.969.700,03		0,00	11.279.687,61	15/06/2009	15/06/2014	1
1	0029-CI/2009/0005	03389126/0001-98	3.041.005,68		1.320.919,98	1.793.005,68	01/07/2009	30/06/2011	1
1	0010-EG/2009/0005	00394429/0113-07	70.504.000,00		31.251.384,68	41.755.384,68	05/08/2009	04/06/2013	1
1	0001-CI/2009/0016	13128798/0031-19	1.018.420,14		397.376,64	546.407,88	01/09/2009	28/02/2011	1

MODALIDADE	Nº DO INSTRUMENTO	BENEFICIÁRIO - CNPJ	VALORES PACTUADOS		VALORES REPASSADOS		VIGÊNCIA		SITUAÇÃO
			GLOBAL	CONTRAPARTIDA	NO EXERCÍCIO	ACUM. ATÉ O EXERCÍCIO	INÍCIO	FIM	
1	0008-EG/2009/0001	07521315/0001-23	61.105.802,81		33.877.765,53	39.405.783,88	17/11/2009	16/07/2011	1
1	0062-CI/2009/0049	08907776/0001-00	225.900,00		100.440,00	100.440,00	01/12/2009	30/11/2011	1
1	0001-CI/2009/0013	87958583/0001-46	2.412.672,17		1.544.378,34	1.544.378,34	17/12/2009	16/12/2011	1
1	0003-CI/2008/0021	74134461/0001-93	3.015.000,00		921.250,00	921.250,00	30/12/2009	29/12/2011	1
1	0022-CI/2009/0007	76416932/0001-81	5.537.566,40		1.794.610,00	1.794.610,00	01/01/2010	31/12/2011	1
1	0001-CI/2009/0008	06096391/0001-76	672.000,00		538.670,00	538.670,00	01/01/2010	31/12/2010	4
1	0003-CI/2009/0034	06096391/0001-76	240.000,00		240.000,00	240.000,00	01/01/2010	30/06/2010	4
1	0136-PS/2009/0030	73471989/0011-67	65.412,48	26.268,48	22.834,00	22.834,00	01/02/2010	01/02/2012	1
1	0001-CT/2009/0042	01178226/0002-20	11.967,30		6.205,65	8.462,25	23/03/2009	12/02/2012	1
1	0130-ST/2009/0062	42498733/0001-48	544.134,60	98.001,24	148.711,12	148.711,12	01/03/2010	01/03/2011	1
1	0047-CI/2010/0065	28176998/0001-07	1.569.066,67		612.079,52	612.079,52	08/03/2010	07/03/2011	1
1	0006-EG/2009/0029	07521315/0001-23	28.150.594,28		5.272.172,57	5.272.172,57	19/04/2010	19/07/2011	1
1	0002-EG/2010/0042	07521315/0001-23	1.043.709,29		939.338,37	939.338,37	22/04/2010	22/03/2011	1
1	0001-EG/2010/0057	07521315/0001-23	43.702.377,57		16.133.242,98	16.133.242,98	06/05/2010	06/09/2011	1
1	0001-CI/2010/0162	34847236/0001-80	4.412.324,52		1.882.827,27	1.882.827,27	15/05/2010	14/05/2011	1
1	0088-CM/2006/0058	17422056/0001-37	507.240,00	0,00	116.041,83	388.159,60	19/05/2010	05/03/2011	1
1	0004-EG/2010/0021	07521315/0001-23	10.683.577,52		4.973.263,80	4.973.263,80	28/06/2010	29/04/2011	1
1	0002-EG/2010/0001	05480378/0001-53	10.070.074,77		0,00	0,00	29/06/2010	29/06/2012	1
1	0042-CI/2010/0037	03389126/0001-98	612.000,00		255.000,00	255.000,00	01/07/2010	30/06/2011	1

MODALIDADE	Nº DO INSTRUMENTO	BENEFICIÁRIO - CNPJ	VALORES PACTUADOS		VALORES REPASSADOS		VIGÊNCIA		SITUAÇÃO
			GLOBAL	CONTRAPARTIDA	NO EXERCÍCIO	ACUM. ATÉ O EXERCÍCIO	INÍCIO	FIM	
1	0043-CI/2010/0023	02133636/0001-37	3.412.580,22		1.137.526,74	1.137.526,74	01/07/2010	30/06/2011	1
1	0139-CM/2010/0014	02539347/0001-32	111.824,00		66.890,76	66.890,76	08/07/2010	08/07/2011	1
1	0002-CI/2010/0002	08977914/0001-19	5.523.439,94		524.432,57	524.432,57	30/08/2010	30/08/2012	1
1	0005-EG/2010/0001	07521315/0001-23	6.377.662,00		1.275.532,40	1.275.532,40	24/09/2010	19/10/2011	1
1	0006-EG/2010/0001	07521315/0001-23	7.563.742,00		1.512.748,40	1.512.748,40	24/09/2010	19/10/2011	1
1	0033-CI/2010/0164	13937149/0002-24	1.440.000,00		0,00	0,00	30/12/2010	29/12/2011	1

Modalidade:	Situação da Transferência:
1 - Convênio	1 - Adimplente
2 - Contrato de Repasse	2 - Inadimplente
3 - Termo de Parceria	3 - Inadimplência Suspensa
4 - Termo de Cooperação	4 - Concluído
5 - Termo de Compromisso	5 - Excluído
	6 - Rescindido
	7 - Arquivado

Quadro 138: Quadro A.6.1 da DN TCU nº 107/2010 - Caracterização dos instrumentos de transferência vigentes no exercício 2010

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome: Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária						
CNPJ: 00.352.294/0001-10				UG/GESTÃO: N/A		
Modalidade	Quantidade de instrumentos celebrados em cada exercício			Valores repassados em cada exercício (Valores em R\$ 1,00)		
	2008	2009	2010	2008	2009	2010
Convênio	21	19	13	25.636.640,10	66.341.885,74	134.109.786,19
Contrato de Repasse						
Termo de Parceria						
Termo de Cooperação						
Termo de Compromisso						
<b>Totais</b>	21	19	13	25.636.640,10	66.341.885,74	134.109.786,19

Quadro 139: Quadro A.6.2 da DN TCU nº 107/2010 - Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária					
CNPJ: 00.352.294/0001-10				UG/GESTÃO: N/A	
Modalidade	Qtd. de instrumentos com vigência em 2011 e seguintes	Valores (R\$ 1,00)			% do Valor global repassado até o final do exercício de 2010
		Contratados	Repassados até 2010	Previstos para 2011	
Convênio	71	446.088.351,47	216.817.851,64	117.867.409,89	48,6
Contrato de Repasse					
Termo de Parceria					
Termo de Cooperação					
Termo de Compromisso					
<b>Totais</b>	71	446.088.351,47	216.817.851,64	117.867.409,89	48,6

Quadro 140: Quadro A.6.3 da DN TCU nº 107/2010 - Resumo dos instrumentos de transferência que vigerão em 2011 e exercícios seguintes

Unidade Concedente ou Contratante				
Nome: Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária				
CNPJ: 00.352.294/0001-10			UG/GESTÃO: N/A	
Exercício da prestação de contas	Quantitativos e montante repassados		Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)	
			Convênios	
2010	Ainda no prazo de prestação de contas	Quantidade	3	
		Montante Repassado	R\$ 24.333.531,30	
	Com prazo de prestação de contas vencido	Contas prestadas	Quantidade	1
			Montante Repassado (R\$)	R\$ 1.730.170,92
		Contas NÃO prestadas	Quantidade	3
			Montante Repassado (R\$)	R\$ 4.520.130,80
2009	Contas prestadas	Quantidade	3	
		Montante Repassado (R\$)	R\$ 68.265.967,51	
	Contas NÃO prestadas	Quantidade	-	
		Montante Repassado (R\$)	-	
2008	Contas prestadas	Quantidade	3	
		Montante Repassado (R\$)	R\$ 174.291.825,17	
	Contas NÃO prestadas	Quantidade	-	
		Montante Repassado (R\$)	-	
Anteriores a 2008	Contas NÃO prestadas	Quantidade	-	
		Montante Repassado (R\$)	-	

Quadro 141: Quadro A.6.4 da DN TCU n° 107/2010 - Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio e de contratos de repasse

Unidade Concedente ou Contratante				
Nome: Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária				
CNPJ: 00.352.294/0001-10			UG/GESTÃO: N/A	
Exercício da prestação de contas	Quantitativos e montantes repassados		Instrumentos	
			Convênios	
2010	Quantidade de contas prestadas		3	
	Com prazo de análise ainda não vencido	Quantidade		
		Montante repassado (R\$)		
	Com prazo de análise vencido	Contas analisadas	Quantidade Aprovada	2
			Quantidade Reprovada	
		Contas NÃO analisadas	Quantidade de TCE	
Montante repassado (R\$)			R\$ 1.730.170,92	
2009	Quantidade de contas prestadas		3	
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada	1	
		Quantidade Reprovada	1	
		Quantidade de TCE	-	
	Contas NÃO analisadas	Quantidade	1	
Montante repassado (R\$)		R\$ 5.646.268,60		
2008	Quantidade de contas prestadas		3	
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada	2	
		Quantidade Reprovada	-	
		Quantidade de TCE	-	
	Contas NÃO analisadas	Quantidade	1	
Montante repassado		R\$ 146.360.006,80		
Exercícios anteriores a 2008	Contas NÃO analisadas	Quantidade	2	
		Montante repassado	R\$ 245.537.358,59	

Quadro 142: Quadro A.6.5 da DN TCU nº 107/2010 - Visão geral da análise das prestações de contas de convênios e contratos de repasse

## **8. SISTEMAS SIASG E SICONV**

Segue abaixo declaração da área responsável sobre as informações constantes do SIASG e SICONV:

### **DECLARAÇÃO**

Declaro que até a presente data estão disponíveis no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG: Módulo SICON, informações de 2.613 (dois mil, seiscentos e treze) contratos firmados pela INFRAERO, devidamente atualizadas.

Quanto aos Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria, firmados pela INFRAERO, informo que se encontram disponíveis no SICONV 11(onze) convênios.

Brasília, 28 de Março de 2011.

**MARCOS AUGUSTO DE ABREU RANGEL**  
Superintendente de Contratos e Convênios  
Matrícula nº 684221

## 9. DECLARAÇÕES DE BENS E RENDAS

Segue abaixo declaração da área responsável sobre o cumprimento das obrigações estabelecidas na Lei nº 8.730/1993:

### DECLARAÇÃO

Declaro que todos os ocupantes de cargo em comissão da Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária – INFRAERO, inclusive os responsáveis pelas contas desta Empresa, apresentaram as Declarações de Bens e Valores ou as Autorizações de Acesso à Declaração de Ajuste Anual de Imposto de Renda Pessoa Física, referentes ao exercício de 2010, ano-calendário 2009, em cumprimento ao disposto na Lei nº 8.730, de 10 de novembro de 1993, na Instrução Normativa nº 05, de 10 de março de 1994, na Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, no Decreto nº 5.483, de 30 de junho de 2005 e na Portaria Interministerial MP/CGU nº 298, de 6 de setembro de 2007.

Brasília, 26 de julho de 2010.

REGINA AZEVEDO  
Superintendente de Recursos Humanos  
Matrícula nº 220767

## 10. FUNCIONAMENTO DOS SISTEMAS DE CONTROLE INTERNO

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
	1	2	3	4	5
<b>Ambiente de Controle</b>					
1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.				x	
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				x	
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.			x		
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					x
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.					
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.			x		
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.		x			
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.				x	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.				x	
<b>Avaliação de Risco</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					x
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.				x	
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.				x	
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.			x		
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.			x		

15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.				x	
16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.				x	
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					x
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					x
<b>Procedimentos de Controle</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.				x	
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.				x	
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.				x	
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.				x	
<b>Informação e Comunicação</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				x	
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				x	
25. A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				x	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.			x		
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				x	
<b>Monitoramento</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.				x	

29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				x	
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.				x	
<p>Considerações gerais: A análise dos quesitos foi realizada por meio de discussão entre os representantes das Diretorias e da Presidência da Empresa. O nível de avaliação foi determinado por consenso das partes.</p> <p>As áreas de Administração, Financeira, Operações, Engenharia, Comercial, Auditoria Interna, Inteligência Empresarial, Planejamento e Gestão, Jurídica e Comunicação Social participaram da elaboração do questionário.</p>					
<p><b><u>LEGENDA</u></b></p> <p><b>Níveis de Avaliação:</b></p> <p>(1) <b>Totalmente inválida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.</p> <p>(2) <b>Parcialmente inválida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.</p> <p>(3) <b>Neutra:</b> Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.</p> <p>(4) <b>Parcialmente válida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.</p> <p>(5) <b>Totalmente válido.</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.</p>					

Quadro 143: Quadro A.9.1 da DN TCU nº 107/2010 – Estrutura de Controles Internos da UJ

## 11. GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS

A seguir são apresentadas informações quanto à adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras.

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
<b>Licitações Sustentáveis</b>					
<p>1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas.</p> <p><input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?</p> <p><b>RESPOSTA:</b> Certificado de Origem Florestal: documento que comprove a origem dos produtos de serem socialmente ecológicos, não havendo prejuízos para as reservas florestais nem para o trabalhador</p>		X			
<p>2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.</p>		X			
<p>3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).</p>			X		
<p>4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços.</p> <p><input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?</p> <p><b>RESPOSTA:</b> “Certificação de Origem Florestal” e de “Cadeia de Custódia”, da etapa de produção do papel, outorgada por terceira parte independente, acreditada em pelo menos um dos sistemas de certificação reconhecidos e acreditados internacionalmente e no Brasil, pelo INMETRO, tais como os do <i>FSC – Forest Stewardship Council</i>; <i>Cerflor – Programa Nacional de Certificação Florestal</i> ou <i>PEFC – Programa de Reconhecimento de Sistemas de Certificação Florestal</i></p>		X			
<p>5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas).</p> <p><input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?</p>			X		
<p>6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado).</p> <p><input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos? <b>RESPOSTA:</b> ECOBAGS</p>		X			

7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos. <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório?	X				
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?	X				
9. Para a aquisição de bens/produtos é levada em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens/produtos.					X
1. 10.Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.					X
2. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.				X	
3. 12.Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica. <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, <i>folders</i> , comunicações oficiais, etc.)?				X	
4. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores. <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, <i>folders</i> , comunicações oficiais, etc.)?				X	
Considerações Gerais:					
<b>LEGENDA</b> <b>Níveis de Avaliação:</b> <b>(1) Totalmente inválida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ. <b>(2) Parcialmente inválida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria. <b>(3) Neutra:</b> Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ. <b>(4) Parcialmente válida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria. <b>(5) Totalmente válida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

Quadro 144: Quadro A.10.1 da DN TCU nº 107/2010 - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

## 12. GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI)

Quesitos a serem avaliados	Avaliação				
	1	2	3	4	5
<b>Planejamento</b>					
1. Há planejamento institucional em vigor ou existe área que faz o planejamento da UJ como um todo.					X
2. Há Planejamento Estratégico para a área de TI em vigor.					X
3. Há comitê que decida sobre a priorização das ações e investimentos de TI para a UJ.					X
<b>Recursos Humanos de TI</b>					
4. Quantitativo de servidores e de terceirizados atuando na área de TI.	<b>-Servidores-91 e - -Terceirizados-57</b>				
5. Há carreiras específicas para a área de TI no plano de cargos do Órgão/Entidade.					X
<b>Segurança da Informação</b>					
6. Existe uma área específica, com responsabilidades definidas, para lidar estrategicamente com segurança da informação.					X
7. Existe Política de Segurança da Informação (PSI) em vigor que tenha sido instituída mediante documento específico.					X
<b>Desenvolvimento e Produção de Sistemas</b>					
8. É efetuada avaliação para verificar se os recursos de TI são compatíveis com as necessidades da UJ.					X
9. O desenvolvimento de sistemas quando feito na UJ segue metodologia definida.					X
10. É efetuada a gestão de acordos de níveis de serviço das soluções de TI do Órgão/Entidade oferecidas aos seus clientes.					X
11. Nos contratos celebrados pela UJ é exigido acordo de nível de serviço.					X
<b>Contratação e Gestão de Bens e Serviços de TI</b>					
12. Nível de participação de terceirização de bens e serviços de TI em relação ao desenvolvimento interno da própria UJ.	<b>(100%)</b>				
12. Na elaboração do projeto básico das contratações de TI são explicitados os benefícios da contratação em termos de resultado para UJ e não somente em termos de TI.					X
13. O Órgão/Entidade adota processo de trabalho formalizado ou possui área específica de gestão de contratos de bens e serviços de TI.					X

14. Há transferência de conhecimento para servidores do Órgão/Entidade referente a produtos e serviços de TI terceirizados?					X
<p><b>Considerações Gerais:</b> Quanto à pergunta 12 – Percentual de participação – A TI utilizando das boas práticas instituídas pela IN – 04 e as determinações do TCU contratou por mensuração de serviços por resultados alcançados, ou seja, por ponto de função, as empresas: Techbiz Informática Ltda. – TC. 072-PS/2010/0001; MI-Montreal Informática Ltda. – TC. 073-PS/2010/0001; Five Acts Com. Assessoria, Consultoria e Treinamento em Informática Ltda. – TC.074-PS/2010/0001 e Confidere Informática e Serviços Ltda. – TC. 075-PS/2010/0001, as quais executam os serviços de desenvolvimento/manutenção solicitados pela Infraero.</p>					
<p><b>LEGENDA</b></p> <p><b>Níveis de avaliação:</b></p> <p>(1) <b>Totalmente inválida:</b> Significa que a afirmativa é integralmente NÃO aplicada ao contexto da UJ.</p> <p>(2) <b>Parcialmente inválida:</b> Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua minoria.</p> <p>(3) <b>Neutra:</b> Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.</p> <p>(4) <b>Parcialmente válida:</b> Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua maioria.</p> <p>(5) <b>Totalmente válida:</b> Significa que a afirmativa é integralmente aplicada ao contexto da UJ.</p>					

Quadro 145: Quadro A.12.1 da DN TCU nº 107/2010 – Gestão de TI da UJ

### **13. DELIBERAÇÕES DOS ÓRGÃOS EXTERNOS**

#### **13.1. Deliberações do Tribunal de Contas da União – TCU**

Os Quadros A.15.1 (Cumprimento das Deliberações do TCU atendidas no exercício) e A.15.2 (Situação das Deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício) encontram-se no **Anexo III**.

#### **13.2. Deliberações da Secretaria de Controle Interno do Ministério da Defesa – Ciset-MD**

Os Quadros A.15.3 (Relatório de Cumprimento das Recomendações do OCI) e A.15.4 (Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício) encontram-se no **Anexo IV**.

#### **14. DELIBERAÇÕES DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA**

As informações referentes ao monitoramento dos Relatórios Consolidados da Auditoria Interna encontram-se no **Anexo V**.

## 15. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS DA GESTÃO

Demonstrações Contábeis previstas na Lei nº 6.404/76 e Notas Explicativas.

### A) BALANÇO PATRIMONIAL

(Em R\$ mil)									
ATIVO	Notas	2010	2009	VAR. %	PASSIVO	Notas	2010	2009	VAR. %
<b>CIRCULANTE</b>		<b>2.021.013</b>	<b>1.895.078</b>	<b>6,6%</b>	<b>CIRCULANTE</b>		<b>1.407.573</b>	<b>1.136.615</b>	<b>23,8%</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa	5	1.453.976	1.422.149	2,2%	Recursos de Terceiros		892.818	708.735	26,0%
Contas a Receber	6	599.119	483.607	23,9%	Vinculados a Investimentos	13	865.144	650.933	32,9%
(-) Perdas Estimadas em Créditos de Liq. Duvidosa	7	(168.487)	(162.721)	3,5%	Comando da Aeronáutica	14	20.081	49.003	-59,0%
Impostos a Recuperar	8	58.274	76.616	-23,9%	Tesouro Nacional	15	7.593	8.799	-13,7%
Almoxarifado	9	56.880	54.317	4,7%	Fornecedores de Bens e Serviços		260.367	174.354	49,3%
Outras Contas		21.251	21.110	0,7%	Encargos Trabalhistas		119.735	132.431	-9,6%
					Tributos a Recolher	16	101.007	77.835	29,8%
<b>NÃO CIRCULANTE</b>		<b>644.816</b>	<b>458.969</b>	<b>40,5%</b>	Previdência Complementar - Infraprev	17a	10.037	9.572	4,9%
					Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	18	7.243	19.869	-63,5%
<b>REALIZÁVEL A LONGO PRAZO</b>		<b>138.851</b>	<b>118.714</b>	<b>17,0%</b>	Participação dos Empregados nos Lucros	17b	2.566	1.962	30,8%
Contas a Receber	6	491.440	462.249	6,3%	Cauções de Terceiros em Espécie	23b	7.979	6.582	21,2%
(-) Perdas Estimadas em Créditos de Liq. Duvidosa	7	(463.838)	(436.110)	6,4%	Outras Obrigações		5.821	5.275	10,4%
Depósitos Judiciais		111.080	92.407	20,2%	<b>NÃO CIRCULANTE</b>		<b>213.567</b>	<b>198.856</b>	<b>7,4%</b>
Aplicação em Notas do Tesouro		169	168	0,6%	Contingências Trabalhistas e Cíveis	19	166.498	155.145	7,3%
					Perdas em Sentenças Judiciais	20	47.069	40.919	15,0%
<b>INVESTIMENTOS</b>	10	<b>48.538</b>	<b>8.298</b>	<b>484,9%</b>	Recursos para Aumento de Capital	21	0	2.792	-100,0%
<b>IMOBILIZADO</b>	11	<b>429.185</b>	<b>309.709</b>	<b>38,6%</b>	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>1.044.689</b>	<b>1.018.576</b>	<b>2,6%</b>
<b>INTANGÍVEL</b>	12	<b>28.242</b>	<b>22.248</b>	<b>26,9%</b>	Capital Social	22a	973.587	970.729	0,3%
					Reservas de Lucros	22b	71.102	47.847	48,6%
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>2.665.829</b>	<b>2.354.047</b>	<b>13,2%</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO</b>		<b>2.665.829</b>	<b>2.354.047</b>	<b>13,2%</b>
<b>ATIVO COMPENSADO</b>		<b>10.278.544</b>	<b>10.828.732</b>	<b>-5,1%</b>	<b>PASSIVO COMPENSADO</b>		<b>10.278.544</b>	<b>10.828.732</b>	<b>-5,1%</b>
Equipamentos da União	23a	9.685.749	9.743.394	-0,6%	Equipamentos da União	23a	9.685.749	9.743.394	-0,6%
Almoxarifado da União	9	2.680	2.941	-8,9%	Almoxarifado da União	9	2.680	2.941	-8,9%
Garantias Caucionárias de Terceiros	23b	590.115	1.082.397	-45,5%	Garantias Caucionárias de Terceiros	23b	590.115	1.082.397	-45,5%
<b>TOTAL DO ATIVO APÓS COMPENSADO</b>		<b>12.944.373</b>	<b>13.182.779</b>	<b>-1,8%</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO APÓS COMPENSADO</b>		<b>12.944.373</b>	<b>13.182.779</b>	<b>-1,8%</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

Tabela 49: Balanço Patrimonial do exercício

**B) DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO**

		(Em R\$ mil)		
	Notas	2010	2009	VAR. %
<b>RECEITA OPERACIONAL BRUTA</b>		<b>3.081.073</b>	<b>2.610.441</b>	<b>18,0%</b>
Pouso e Permanência		278.366	263.829	5,5%
Embarque		871.344	736.749	18,3%
Armazenagem e Capatazia		610.773	495.504	23,3%
Comunicação e Auxílio à Navegação Aérea		313.037	277.926	12,6%
Comerciais		947.599	779.050	21,6%
Outros Serviços		59.954	57.383	4,5%
<b>DEDUÇÕES</b>		<b>(172.764)</b>	<b>(144.857)</b>	<b>19,3%</b>
PASEP		(30.817)	(25.839)	19,3%
COFINS		(141.947)	(119.018)	19,3%
<b>RECETTA LÍQUIDA</b>		<b>2.908.309</b>	<b>2.465.584</b>	<b>18,0%</b>
<b>CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS</b>		<b>(2.163.935)</b>	<b>(2.013.400)</b>	<b>7,5%</b>
<b>LUCRO OPERACIONAL BRUTO</b>		<b>744.374</b>	<b>452.184</b>	<b>64,6%</b>
Margem Bruta		24,2%	17,3%	
<b>DESPESAS OPERACIONAIS</b>		<b>(572.571)</b>	<b>(361.518)</b>	<b>58,4%</b>
Planejamento e Orientação Técnico-Operacional		(155.010)	(97.460)	59,0%
Administrativas		(377.598)	(247.332)	52,7%
Comerciais		(39.963)	(16.726)	138,9%
<b>OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS</b>		<b>69.936</b>	<b>55.856</b>	<b>25,2%</b>
Receitas Financeiras		125.592	146.838	-14,5%
Despesas Financeiras		(18.899)	(48.129)	-60,7%
Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa		(33.494)	(30.694)	9,1%
Provisão para Prováveis Perdas Trabalhistas e Cíveis		(20.795)	8.209	-353,3%
Perdas em Sentenças Judiciais		(12.105)	(40.919)	-70,4%
Perda na Realização dos Investimentos		(350)	0	100,0%
Anulação de Receitas/Despesas de Exercícios Anteriores		4.715	(1.586)	-397,3%
Receitas Eventuais		25.272	22.137	14,2%
<b>LUCRO OPERACIONAL DO EXERCÍCIO</b>		<b>241.739</b>	<b>146.522</b>	<b>65,0%</b>
<b>OUTRAS RECEITAS/DESPESAS</b>		<b>(1.348)</b>	<b>123</b>	
<b>LUCRO LÍQUIDO (antes do Imp.de Renda, Contribuição e Reversão dos Juros s/Cap. Próprio)</b>		<b>240.391</b>	<b>146.645</b>	<b>63,9%</b>
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	24	(13.597)	0	100,0%
REVERSÃO DOS JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO		7.243	19.869	-63,5%
<b>LUCRO LÍQUIDO (antes dos investimentos para União)</b>		<b>234.037</b>	<b>166.514</b>	<b>40,6%</b>
Margem Líquida		8,0%	6,8%	
<b>RECURSOS PRÓPRIOS APLICADOS EM BENS DA UNIÃO</b>	29	<b>(201.614)</b>	<b>(144.279)</b>	<b>39,7%</b>
<b>LUCRO LÍQUIDO (antes da Participação dos Empregados)</b>		<b>32.423</b>	<b>22.235</b>	<b>45,8%</b>
PARTICIPAÇÃO DOS EMPREGADOS		(1.925)	(1.320)	45,8%
<b>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>		<b>30.498</b>	<b>20.915</b>	<b>45,8%</b>
<b>LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO DO CAPITAL - Em R\$</b>		<b>4,16</b>	<b>2,86</b>	<b>45,4%</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

Tabela 50: Demonstração do resultado do exercício

### C) DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

DESCRIÇÃO	NOTAS	CAPITAL	RESERVA DE LUCRO			LUCROS PREJUIZOS ACUMULADOS	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
			APORTE DE CAPITAL	INCENTIVOS FISCAIS	LEGAL			INCENTIVOS FISCAIS	RETENÇÃO DE LUCROS
<b>Saldos em 31/12/2008</b>		888.523	78.000	592	8.177	3.350	104.514	0	1.083.156
<b>Capitalização A.G.E. de 16/04/2009</b>									
Aporte de Capital		78.000	(78.000)						0
Atualização do Aporte de Capital		3.614							3.614
Reservas de Incentivos Fiscais		592		(592)					0
<b>Deliberação conforme A.G.O. de 16/04/2009</b>									
Reversão da Reserva de Investimento							(68.765)	68.765	0
Reversão da Reserva Legal					(475)			475	0
Compl. de JCP e Dividendos do Exercício de 2008								(69.240)	(69.240)
<b>Lucro do Exercício</b>								20.915	20.915
<b>Destinações:</b>									
- Reserva Legal					1.046			(1.046)	0
- Juros sobre Capital Próprio - JCP								(19.869)	(19.869)
<b>Saldos em 31/12/2009</b>		970.729	0	0	8.748	3.350	35.749	0	1.018.576
<b>Capitalização A.G.E. de 14/04/2010</b>									
Atualização do Aporte de Capital	21	2.858							2.858
<b>Lucro do Exercício</b>								30.498	30.498
<b>Destinações:</b>									
- Reserva Legal	22b.2				1.525			(1.525)	0
- Juros sobre Capital Próprio - JCP	18							(7.243)	(7.243)
- Retenção de Lucros	22b.3						21.730	(21.730)	0
<b>Saldos em 31/12/2010</b>		973.587	0	0	10.273	3.350	57.479	0	1.044.689
		973.587	0	0		71.102		0	1.044.689

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

Tabela 51: Demonstrações da Mutação do patrimônio líquido

**D) DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA**

	(Em R\$ mil)		
DESCRIÇÃO	2010	2009	VAR. %
<b>Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais</b>			
<b>a) Resultado Líquido Ajustado</b>	<b>361.677</b>	<b>247.111</b>	<b>46,4%</b>
Lucro Líquido Antes dos Investimentos para União	232.112	165.193	40,5%
Depreciação e Amortização	68.527	49.720	37,8%
Valor Residual dos Investimentos Baixados	1.187	2	
Valor Residual do Imobilizado Baixado	1.612	538	199,6%
Juros sobre Capital Próprio	7.243	19.869	-63,5%
Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa	33.494	(11.870)	-382,2%
Provisão para Contingências Trabalhistas e Cíveis	11.353	(17.260)	-165,8%
Sentenças Judiciais - Perdas	6.149	40.919	-85,0%
<b>b) (Acréscimo)/Decréscimo do Ativo</b>	<b>(147.739)</b>	<b>(94.391)</b>	<b>56,5%</b>
Contas a Receber de Clientes	(144.703)	(27.772)	421,0%
Almoxarifados	(2.563)	(6.810)	-62,4%
Outras Contas a Receber	18.200	(51.470)	-135,4%
Depósitos Judiciais	(18.673)	(8.339)	123,9%
<b>c) Acréscimo/(Decréscimo) do Passivo</b>	<b>99.500</b>	<b>64.434</b>	<b>54,4%</b>
Fornecedores	86.013	1.292	
Obrigações Tributárias	23.172	13.499	71,7%
Obrigações Sociais	(12.232)	45.880	-126,7%
Outras Contas a Pagar	2.547	3.763	-32,3%
<b>Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais</b>	<b>313.438</b>	<b>217.154</b>	<b>44,3%</b>
<b>Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento</b>			
Aquisição de Investimentos	(41.427)	(13)	
Aquisição de Ativos Imobilizados	(187.680)	(142.144)	32,0%
Aquisição de Ativos Intangíveis	(7.927)	(7.484)	5,9%
Receitas Ataero	423.941	349.581	21,3%
Investimentos Ataero	(208.216)	(139.799)	48,9%
Varição Recursos de Terceiros	(31.642)	(18.461)	71,4%
Obras em Bens da União	(201.614)	(144.279)	39,7%
<b>Caixa Líquido usado nas Atividades de Investimento</b>	<b>(254.565)</b>	<b>(102.599)</b>	<b>148,1%</b>
<b>Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento</b>			
Aportes de Capital	2.858	3.614	-20,9%
Recursos para Aumento de Capital	(2.792)	(822)	239,7%
Dividendos/Juros sobre Capital Próprio	(27.112)	(127.114)	-78,7%
Participação dos Empregados	0	(9.501)	-100,0%
<b>Caixa Líquido usado nas Atividades de Financiamento</b>	<b>(27.046)</b>	<b>(133.823)</b>	<b>-79,8%</b>
<b>Aumento (Diminuição) Líquido de Caixa e Equivalentes</b>	<b>31.827</b>	<b>(19.268)</b>	<b>-265,2%</b>
<b>Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes Caixa</b>	<b>1.422.149</b>	<b>1.441.417</b>	<b>-1,3%</b>
<b>Saldo Final de Caixa e Equivalentes Caixa</b>	<b>1.453.976</b>	<b>1.422.149</b>	<b>2,2%</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

Tabela 52: Demonstração do fluxo de caixa

**E) DEMONSTRAÇÃO DO VALOR AGREGADO**

(Em R\$ mil)			
DESCRIÇÃO	2010	2009	VAR. %
<b>Receitas</b>	<b>3.084.052</b>	<b>2.607.630</b>	<b>18,3%</b>
- Receitas Operacionais	3.081.073	2.610.440	18,0%
- Devedores Duvidosos	(33.494)	(30.694)	9,1%
- Eventuais, Canc. e Não Operacionais	36.473	27.884	30,8%
<b>Insumos Adquiridos de Terceiros</b>	<b>(1.215.991)</b>	<b>(1.069.829)</b>	<b>13,7%</b>
- Desp. c/ Mat., Energia e Serv. Terceiros	(1.196.502)	(1.034.360)	15,7%
- Desp. Não Operacionais, Canc. Rec. e Outras	(19.489)	(35.469)	-45,1%
<b>Valor Adicionado Bruto</b>	<b>1.868.061</b>	<b>1.537.801</b>	<b>21,5%</b>
<b>Retenções</b>	<b>(101.777)</b>	<b>(82.431)</b>	<b>23,5%</b>
- Depreciação (Bens Próprios)	(68.527)	(49.720)	37,8%
- Contingências Trabalhistas/Cíveis	(32.899)	(32.711)	0,6%
- Perdas na Realização dos Investimentos	(350)	0	100,0%
<b>Valor Adicionado Líquido</b>	<b>1.766.284</b>	<b>1.455.370</b>	<b>21,4%</b>
<b>Valor Adicionado Recebido em Transferência</b>	<b>125.592</b>	<b>146.838</b>	<b>-14,5%</b>
- Receitas Financeiras	125.592	146.838	-14,5%
<b>Valor Adicionado Total a Distribuir</b>	<b>1.891.876</b>	<b>1.602.208</b>	<b>18,1%</b>
<b>Distribuição do Valor Adicionado</b>	<b>1.891.876</b>	<b>1.602.208</b>	<b>18,1%</b>
- Pessoal e Encargos	1.446.941	1.237.083	17,0%
- PDVI	16.346	44.765	-63,5%
- Participação dos Empregados	1.925	1.320	45,8%
- Juros sobre Capital Próprio da União	7.243	19.869	-63,5%
- Obras em Bens da União	201.614	144.279	39,7%
- Tributos	194.552	153.848	26,5%
- Recursos para Novos Investimentos	23.255	1.046	

**As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras**

Tabela 53: Demonstração do valor adicionado

## 15.1. Notas explicativas às Demonstrações Financeiras do exercício social de 2010

### Nota 1 – Contexto Operacional e Institucional

A Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária – Infraero, empresa pública delegatária de serviço público federal, constituída nos termos da Lei nº 5.862, de 12/12/1972, dotada de personalidade jurídica de direito privado, tem por finalidade implantar, administrar, operar e explorar industrial e comercialmente a infraestrutura aeroportuária e de apoio à navegação aérea, prestar consultoria e assessoramento em suas áreas de atuação e na construção de aeroportos, bem como realizar quaisquer atividades correlatas ou afins, que lhe forem atribuídas pelo Ministério da Defesa.

Atualmente a Infraero administra 67 aeroportos, 69 Grupamentos de Navegação Aérea – GNA e 51 Unidades Técnicas de Aeronavegação – UTA, além de 34 terminais de logística de carga, processando assim, cerca de 95% do tráfego de passageiros e 97% do movimento do transporte aéreo regular do Brasil, o que demonstra a representatividade e responsabilidade que possui frente ao setor.

Nesse exercício, a Infraero passou por alterações na sua estrutura organizacional com o intuito de aumentar a eficiência dos serviços administrativos e concentrar as atividades fins da empresa exclusivamente nos aeroportos. A Sede passou a atuar como centro corporativo, exercendo funções de planejamento estratégico e de centro nacional de serviços compartilhados. As Superintendências Regionais atuam como centros de serviços compartilhados das respectivas regiões, além da coordenação funcional dos seus aeroportos. Os aeroportos, como unidades de negócios, estão concentrados na operação aeroportuária, na comercialização de áreas e na logística de carga e os GNAs e as UTAs auxiliam a navegação aérea.

A infraestrutura aeroportuária brasileira está em expansão e sendo modernizada para atender à demanda dos próximos anos, principalmente com relação à Copa das Confederações em 2013, Copa do Mundo em 2014 e Jogos Olímpicos em 2016. Para isso, a empresa possui plano de obras arrojado, a ser executado com receita própria e com recursos da União, em todos os aeroportos por ela administrados.

No que se refere aos investimentos realizados com recursos próprios em bens da União, representados por obras e serviços de engenharia na construção, ampliação e modernização da infraestrutura aeroportuária, a Empresa efetua tais registros para fins societários e fiscais como despesa, haja vista que os aeroportos são bens públicos pertencentes à União (art. 38 do Código Brasileiro de Aeronáutica, Lei nº 7.565, de 19/12/1986). Desse modo, a Infraero não registra tais investimentos no seu Ativo Imobilizado, embora seja claro que os mesmos mantêm a capacidade de geração de resultados futuros. Além disso, inexistente termo de concessão entre a União e a Infraero, que estabeleça condições relativas à atribuição de valor econômico aos investimentos realizados e mecanismos de indenização em caso da substituição/retirada de aeroportos da Rede.

Os recursos provenientes do Adicional de Tarifa Aeroportuária – Ataero, criado pela Lei nº 7.920, de 12/12/1989, com destinação específica para investimentos, melhoramentos, reaparelhamentos, reformas e expansão das instalações aeroportuárias e na infraestrutura de apoio à navegação aérea, não compõem o resultado da Empresa, sendo registrados no seu passivo, como obrigação para com a União. Do valor arrecadado, 58,5% é repassado para o Comando da Aeronáutica e 41,5% é

investido pela própria Infraero. A baixa contábil desta obrigação é efetuada na medida em que os dispêndios são realizados.

Adicionalmente, a Empresa mantém controle dos investimentos realizados nos aeroportos em contas de Compensação.

## **Nota 2 – Apresentação das Demonstrações Financeiras**

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações – Lei nº 6.404/76, e incorporam as mudanças introduzidas por intermédio das Leis nº 11.638/07 e 11.941/09, complementadas por pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e aprovados por resoluções do Conselho Federal de Contabilidade – CFC.

Adicionalmente, a Infraero está apresentando as informações por segmento de negócios, que foram preparadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 22 emitido pelo CPC e referendado pela Resolução CFC nº 1.176/09, que aprovou a NBC T 19.25 – Informações por Segmento.

Nas demonstrações por área de negócio, as operações da Infraero estão estruturadas de acordo com os seguintes segmentos: Embarque e Desembarque de Passageiros, Operações de Aeronaves, Armazenagem e Capatazia, Navegação Aérea, Concessão de Uso de Áreas, Exploração de Serviços e grupo de órgãos corporativos.

## **Nota 3 – Principais Práticas Contábeis**

Dentre as principais práticas adotadas para a preparação das demonstrações financeiras, ressaltamos:

### **a) Apuração do Resultado**

O resultado do exercício é apurado em conformidade com o regime contábil de competência, que estabelece que as receitas e despesas devam ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente do recebimento ou do pagamento.

### **b) Moeda Funcional**

As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Infraero.

### **c) Ativo e Passivo Circulante e Não Circulante**

Os direitos e as obrigações são demonstrados pelos valores calculáveis e de realização, incluindo os rendimentos, os encargos e as variações monetárias incorridas até a data do balanço, quando aplicáveis. A classificação do curto e longo prazo obedece aos artigos 179 e 180 da Lei nº 6.404/76, alterados pelas Leis nº 11.638/07 e 11.941/09.

d) Caixa e Equivalentes de Caixa ou Disponibilidades e Aplicações Financeiras

São classificados como caixa e equivalentes de caixa, numerário em espécie, depósitos bancários disponíveis e aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Os fluxos de caixa dos investimentos a curto prazo são demonstrados pelos seus valores líquidos.

e) Contas a Receber

As contas a receber são avaliadas pelo custo menos as perdas estimadas, ou seja, pelo produto final em dinheiro ou equivalente que se espera obter. São constituídas estimativas de perda para a cobertura de valores incertos do recebimento que compõem a conta redutora de contas a receber com base no art. 9º da Lei nº 9.430/96, conforme quadro a seguir:

TIPO DE CRÉDITO	VALOR POR OPERAÇÃO	VENCIMENTO	PROCEDIMENTO JUDICIAL PARA RECEBIMENTO
Sem garantia	até R\$ 5.000	mais de 6 meses	Independente
	acima de R\$ 5.000 até R\$ 30.000	mais de um ano	Independente
Com garantia	superior a R\$ 30.000	mais de um ano	Iniciado e mantido
	qualquer valor	mais de dois anos	Iniciado e mantido

Ainda podem ser registrados como perdas, créditos contra devedor declarado falido ou pessoa jurídica declarada concordatária.

f) Almojarifado

Os itens existentes nos almojarifados foram avaliados pelo custo médio de aquisição ou pelo valor realizável líquido, dos dois, o menor. Por valor realizável líquido entende-se o preço de venda estimado no curso normal dos negócios deduzido dos custos estimados para sua conclusão e dos gastos estimados necessários para se concretizar a venda.

g) Investimentos

Os investimentos avaliados pelo método de custo estão corrigidos monetariamente até 31/12/1995, ajustados ao seu valor recuperável quando aplicável, bem como pela provisão para prováveis perdas dos investimentos sem expectativa de recuperação ou rendimentos.

h) Imobilizado

Demonstrado ao custo de aquisição, reduzido ao seu valor recuperável quando aplicável. O imobilizado é submetido ao teste de recuperabilidade, quando há indícios internos ou externos de que pode estar desvalorizado. A depreciação foi calculada pelo método linear, a taxas estabelecidas em função do tempo de vida útil fixado por espécie de bens.

i) Intangível

Os ativos intangíveis são reconhecidos ao custo e podem ter vida útil definida ou indefinida. Os ativos intangíveis com vida útil indefinida a partir de 1º/1/2009 não são mais amortizados. Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados de forma sistemática ao longo da sua vida útil estimada e são submetidos ao teste de recuperabilidade quando há indícios internos ou externos de que podem estar desvalorizados.

j) Valor Recuperável de Ativos (“Impairment”)

O imobilizado e outros ativos não circulantes, quando julgados necessários, são submetidos ao teste de recuperabilidade para se identificar perdas por “impairment” anualmente ou quando eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperado. A perda por “impairment” é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa o valor recuperável, que é o menor entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

k) Perdas em Sentenças Judiciais

As perdas em sentenças judiciais são constituídas pelas ações judiciais transitadas em julgado em fase de execução.

l) Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido

O Imposto de Renda sobre o Lucro Real e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido foram calculados, anualmente, pelas alíquotas efetivas vigentes na data de elaboração das demonstrações contábeis. Os impostos diferidos são reconhecidos em função das diferenças intertemporais, prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social, quando aplicável.

m) Estimativa

Na elaboração das demonstrações financeiras da Empresa, é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações financeiras da Empresa incluem, portanto, estimativas referentes à seleção das vidas úteis do Ativo Imobilizado, provisão necessária para realização dos ativos, passivos contingentes, determinações de provisão para o imposto de renda e outros similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação a essas estimativas.

#### Nota 4 – Informações para Efeito de Comparabilidade

Foram adotadas algumas mudanças na apresentação das demonstrações contábeis a partir de 2010.

Dessa forma, foram efetuadas reclassificações nos saldos de 31/12/2009, visando facilitar a comparabilidade com as demonstrações contábeis de 31/12/2010. Essas reclassificações referem-se a:

##### a) Balanço Patrimonial

- (i) Alteração da nomenclatura do grupo Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, para Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa, tanto no Circulante, como no Não Circulante;
- (ii) Segregação do grupo Bens da União em Equipamentos da União e Almoxarifado da União, tendo em vista a nota específica sobre Almoxarifado;

COMPENSADO	(Em R\$ mil)		
	2009	2009 AJUSTADO	Diferença
Bens da União	9.746.335	0	9.746.335
Equipamentos da União	0	9.743.394	(9.743.394)
Almoxarifado da União	0	2.941	(2.941)
<b>TOTAL</b>	<b>9.746.335</b>	<b>9.746.335</b>	<b>0</b>

- (iii) Evidenciação das Cauções de Terceiros em Espécie, segregando-as do grupo Outras Obrigações.

OUTRAS OBRIGAÇÕES	(Em R\$ mil)		
	2009	2009 AJUSTADO	Diferença
Cauções de Terceiros em Espécie	0	6.582	(6.582)
Outras Obrigações	11.858	5.276	6.582
<b>TOTAL</b>	<b>11.858</b>	<b>11.858</b>	<b>0</b>

##### b) Demonstração do Resultado do Exercício

- (i) Nos Custos dos Serviços Prestados, devido à alteração na estrutura organizacional da Empresa, com a criação das Superintendências Regionais, passam a constar neste grupo exclusivamente os custos dos aeroportos. As despesas das Superintendências Regionais para fins desta demonstração são tratadas como Despesas Operacionais, sendo somadas as despesas da Sede;

	(Em R\$ mil)		
	2009	2009 AJUSTADO	DIFERENÇA
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS			
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS	2.106.693	2.013.400	93.293
DESPESAS OPERACIONAIS	268.225	361.518	(93.293)
<i>Planejamento e Orientação Técnico-Operacional</i>	65.860	97.460	(31.600)
<i>Administrativas</i>	189.249	247.332	(58.083)
<i>Comerciais</i>	13.116	16.726	(3.610)
TOTAL	<u>2.374.918</u>	<u>2.374.918</u>	<u>0</u>
LUCRO OPERACIONAL BRUTO	358.890	452.183	(93.293)
Margem Bruta	13,7%	17,3%	-3,6%

- (ii) Segregação das Provisões para Prováveis Perdas e Contingências em Provisões para Prováveis Perdas Trabalhistas e Cíveis e Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa;

	(Em R\$ mil)		
PROVISÕES PARA PROVÁVEIS PERDAS E CONTINGÊNCIAS	2009	2009 AJUSTADO	DIFERENÇA
Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa	0	(30.694)	30.694
Provisão para Prováveis Perdas Trabalhistas e Cíveis	(22.486)	8.208	(30.694)
TOTAL	<u>(22.486)</u>	<u>(22.486)</u>	<u>0</u>

- (iii) Evidenciação das Perdas na Realização dos Investimentos.

## Nota 5 – Caixa e Equivalentes de Caixa

	(Em R\$ mil)	
	2010	2009
Caixa e Banco	2.345	5.622
<i>Caixa e Fundo Fixo</i>	395	997
<i>Banco</i>	1.950	4.625
Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata	1.451.631	1.416.527
<i>Banco do Brasil S/A Extramercado Exclusivo</i>	1.438.580	1.408.996
<i>Banco do Brasil S/A Extramercado</i>	1.485	1.380
<i>Banco do Brasil S/A Poupança TCCA - RJ</i>	1.413	1.154
<i>Banco do Brasil S/A Poupança TCCA - SP</i>	4.900	0
<i>Banco Nossa Caixa S/A Poupança TCCA - SP</i>	5.253	4.997
TOTAL	<u>1.453.976</u>	<u>1.422.149</u>

A Infraero, em 2010, apresentou disponibilidade de R\$ 1.453.976 mil. Por ser Empresa Pública, realiza as aplicações por intermédio do Banco do Brasil S/A, conforme estabelece a Resolução nº 3.284, de 25/5/2005, do Banco Central do Brasil, nos Fundos de Investimento a Curto Prazo Extramercado e Extramercado Exclusivo.

A Infraero não possui aplicação em mercados derivativos.

Em virtude dos Termos de Compromisso de Compensação Ambiental (TCCA) assinados com o Instituto Estadual do Ambiente do Rio de Janeiro e com a Secretaria do Meio Ambiente de São Paulo, também realiza aplicação em conta poupança.

Todas as aplicações financeiras da Infraero são de liquidez imediata.

### Nota 6 – Contas a Receber

Em 31/12/2010, o saldo do grupo Contas a Receber da Infraero apresentava a seguinte composição:

	2010			2009			(Em R\$ mil)
	Curto Prazo	Longo Prazo	Total	Curto Prazo	Longo Prazo	Total	
Vincendas	408.978	453	409.431	304.896	458	305.354	
a) Faturamento Corrente - Diversos	294.857	0	294.857	197.107	458	197.565	
b) Acordos Administrativos - Diversos	205	453	658	884	0	884	
c) Faturas pendentes de liquidação aguardando confirmação de créditos	113.916	0	113.916	106.905	0	106.905	
Vasp	113.916	0	113.916	106.905	0	106.905	
Vencidas	190.141	490.987	681.128	178.711	461.791	640.502	
a) Cobrança Administrativa	98.165	0	98.165	91.480	0	91.480	
b) Cobrança suspensa por Liminar, já revogada - VARIG (extra-concursal)	91.976	0	91.976	87.231	0	87.231	
c) Encaminhada à Procuradoria Jurídica	0	0	0	0	273.296	273.296	
<i>Varig - dívida securitizada (Proc. Rec. Judicial)</i>	0	0	0	0	132.521	132.521	
<i>Vasp - dívida securitizada (Proc. Rec. Judicial)</i>	0	0	0	0	140.775	140.775	
d) Cobrança Judicial	0	490.987	490.987	0	188.495	188.495	
<i>Varig - ação monitória</i>	0	84.350	84.350	0	73.628	73.628	
<i>Vasp - ação ordinária (tarifa de embarque)</i>	0	13.681	13.681	0	12.750	12.750	
<i>Vasp - ação monitória (receitas comerciais)</i>	0	27.313	27.313	0	25.374	25.374	
<i>Vasp - cheques devolvidos</i>	0	422	422	0	392	392	
<i>Transbrasil</i>	0	5.911	5.911	0	5.484	5.484	
<i>Laselva</i>	0	20.363	20.363	0	18.904	18.904	
<i>Associação Aeroviários Guarulhos</i>	0	8.397	8.397	0	6.313	6.313	
<i>Aeroperu</i>	0	5.478	5.478	0	4.447	4.447	
<i>Diversos - Ações Ordinárias de Cobrança</i>	0	325.072	325.072	0	41.203	41.203	
TOTAL	599.119	491.440	1.090.559	483.607	462.249	945.856	

Conforme sugerido na Decisão nº 951/99 – Plenário e no Acórdão nº 3.168/06 - TCU - 2ª Câmara, do Tribunal de Contas da União – TCU seguem os esclarecimentos adicionais:

a) VARIG

As empresas Varig, Rio Sul e Nordeste estavam em processo de recuperação judicial desde o ano de 2005 (Processo nº 2005.001.072887-7). A dívida do Grupo VARIG (operacional e comercial) está sendo cobrada mediante ações judiciais, com pedidos de reservas de créditos. A dívida securitizada encontra-se habilitada. Em 2010 o Juízo da 1ª Vara Empresarial da Comarca do Rio de Janeiro, acolhendo pedido do Administrador de autofalência, decretou a falência das empresas S/A – Viação Aérea Rio Grandense, Rio Sul Linhas Aéreas S/A e Nordeste Linhas Aéreas S/A e determinou o aproveitamento do quadro de credores da recuperação judicial. A decisão da falência foi confirmada pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. O processo de falência apresenta tramitação normal, em fase de nomeação de perito para proceder à avaliação dos bens da massa falida.

b) VASP

O Processo de Recuperação Judicial nº 583.00.2005.070715-0 da Viação Aérea São Paulo S/A – VASP, em curso na 1ª Vara de Falência e Recuperação Judicial do Foro Central Cível da Capital do Estado de São Paulo foi convolado em falência em 4/9/2008. Os créditos da Infraero, decorrentes de concessões de uso de áreas, tarifas aeroportuárias e dívida securitizada estão sendo cobrados por meio de ações judiciais (Ação de Execução nº 98.0030423-1; Ação Monitória nº 98.039643-8; Ação Ordinária de Cobrança nº 2004.61.00.034191-0; Ação de Execução nº 2005.61.00.011117-9). Existem decisões favoráveis à Infraero e houveram pedidos de reserva de créditos nos autos do processo da falência.

c) TRANSBRASIL

A Transbrasil Linhas Aéreas S/A teve sua falência decretada no ano de 2002 pelo Juízo da 19ª Vara Cível do Foro Central da Capital de São Paulo (Processo nº 583.00.2001.079104-3). A Infraero promove perante o poder judiciário ações judiciais com vistas ao recebimento de seus créditos decorrentes de contratos de concessão de uso de área e retomada das áreas ocupadas nos aeroportos (Processos nºs 2002.34.00.006935-3, 2002.34.00.011007-0 e 2002.34.00.013223-7), bem como visando o recebimento de créditos de tarifas aeroportuárias (Ações de Execução nºs 2002.34.00.022948-1 e 2002.61.00.009677-3; Ação Ordinária nº 2002.61.00.009675-0). Já existem decisões favoráveis à Infraero. A reserva dos créditos cobrados foi requerida junto ao processo falimentar. Os créditos das execuções já foram habilitados.

d) BRA

A BRA Transportes Aéreos S/A encontra-se em processo de recuperação judicial nº 583.00.2007.255180-0, perante a 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Foro Central de São Paulo. Os créditos da Infraero foram habilitados. O plano de recuperação apresentado pela BRA foi aprovado pela assembleia dos credores em 29/8/2008. O processo encontra-se em andamento sem o pagamento a qualquer credor até o momento.

e) LASELVA

A Laselva Comercial Ltda. resiste na manutenção da posse e ao pagamento de débitos decorrentes de concessões de uso de áreas em diversos aeroportos da rede. Os créditos da Infraero são cobrados por meio de ações ordinárias e como pedidos sucessivos em ações de reintegração de posse de áreas aeroportuárias.

- f) Registre-se a existência de outras ações judiciais que versam sobre a cobrança de débitos pela utilização de áreas cedidas e de tarifas aeroportuárias e de navegação aérea, devidas por concessionários e companhias aéreas, cujos processos encontram-se em curso perante o Poder Judiciário, havendo algumas ações sem decisão judicial e outras com decisão de mérito em primeira instância favorável à Infraero, em grau de recurso.
- g) Consta valor a receber no montante de R\$ 14.207 mil, relativo a pagamentos correspondentes à obra contratada pelo TC nº 102-EG/98/0010, no Aeroporto Internacional Pinto Martins – Fortaleza, nos exercícios de 2001 e 2002. A Ação Cautelar de Produção Antecipada de Provas movida pela Infraero, em curso na 20ª Vara Federal do Distrito Federal (Processo nº 2003.34.00.043421-4), onde foi proferida sentença, em 7/10/2009, homologando o laudo pericial realizado judicialmente, encontrando-se no aguardo de julgamento de apelação interposta pela Infraero. A Tomada de Contas Especial instaurada no Tribunal de Contas da União (Processo nº 015.546/2004-6) encontra-se sobrestado por decisão daquela Corte de contas.

#### Nota 7 – Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa

A provisão de R\$ 168.487 mil no curto prazo e R\$ 463.838 mil no longo prazo foi constituída para fazer face a eventuais perdas na realização dos créditos classificados no grupo Contas a Receber, incluindo as dívidas vencidas em processo de negociação e em cobranças judiciais. A provisão foi calculada observando-se os aspectos fiscais da Lei nº 9.430/96 e a conjuntura econômica. O montante provisionado está discriminado da seguinte forma:

	(Em R\$ mil)			
	2010		2009	
	Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo
VASP	75.917	185.247	75.848	182.293
VARIG	77.158	216.906	72.812	206.072
TRANSBRASIL	0	6.488	3.738	2.551
LASELVA	0	0	0	16.723
DEMAIS	15.412	55.197	10.323	28.471
<b>TOTAL</b>	<b>168.487</b>	<b>463.838</b>	<b>162.721</b>	<b>436.110</b>

### Nota 8 – Impostos a Recuperar

A conta de Impostos a Recuperar, no montante de R\$ 58.274 mil, compreende créditos tributários de curto prazo, recuperáveis, provenientes de retenções na fonte, apuração de saldos negativos de IRPJ, entre outros, sendo constituída como segue:

Impostos e Contribuições a Recuperar	(Em R\$ mil)	
	2010	2009
Impostos e Contribuições Federais – Lei nº 9.430/96	17.708	11.094
Saldo Negativo do IRPJ	34.025	34.277
IRPJ Pago por Estimativa	0	20.192
CSLL Pago por Estimativa	0	7.493
Saldo Negativo da CSLL	629	0
COFINS – Contribuição para Seguridade Social	1.269	1.269
IRPJ – Imposto de Renda Pessoa Jurídica	578	541
CSLL – Contribuição Social sobre Lucro Líquido	3.130	498
IPMF – Imposto sobre Movimentação Financeira	439	439
IRRF – Imposto de Renda Retido na Fonte s/Securitização	0	283
PASEP – Progr. de Integ. Social e de Formação do Patr. do Servidor Público	280	275
INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social	214	253
IRRF – Imposto de Renda Retido na Fonte	2	2
<b>TOTAL</b>	<b>58.274</b>	<b>76.616</b>

### Nota 9 – Almoxarifado

	(Em R\$ mil)	
	2010	2009
Estoque Infraero	55.730	52.776
Importações em Andamento	3.229	1.466
Faturas a Apropriar	(2.152)	(47)
Materiais em Trânsito Infraero	73	122
<b>Infraero</b>	<b>56.880</b>	<b>54.317</b>
Estoque União	2.674	2.936
Materiais em Trânsito União	6	5
<b>União</b>	<b>2.680</b>	<b>2.941</b>
<b>TOTAL</b>	<b>59.560</b>	<b>57.258</b>

A Infraero possui 24 almoxarifados, que estão localizados nas principais capitais do Brasil com a finalidade de minimizar os custos com logística. O critério utilizado pela Infraero de valoração dos estoques é o custo médio ponderado, sendo observado que em 2010 não houve necessidade de

reduzir o valor de custo dos estoques para o valor realizável líquido, não havendo valores registrados em outras contas do ativo e materiais obsoletos e/ou inservíveis.

Em 2010, o Almoxarifado era composto por:

	(Em R\$ mil)	
	Infraero	União
Materiais para Manutenção	40.498	2.581
Uniformes e Acessórios	5.371	0
Expedientes e Embalagens	4.108	0
Sinalização, Segurança e Proteção	1.368	0
Cine, Foto, Vídeo e Som	972	3
Diversos	3.413	90
TOTAL	55.730	2.674

#### Nota 10 – Investimentos

	(Em R\$ mil)	
	2010	2009
Ações e Incentivos Fiscais	26.575	26.575
Obras de Arte	1.388	1.366
Empréstimos Compulsórios	0	1.187
Participações em Empresas/Fundos	397	397
Imobilizado Não Destinado a Uso	41.755	0
Total dos Investimentos	70.115	29.525
( - ) Provisão para Perdas	(21.577)	(21.227)
TOTAL	48.538	8.298

Os investimentos no valor líquido de R\$ 48.538 mil correspondem aos custos de aquisição após provisão para perdas na realização.

Em 2010, foi reconhecida perda por não recuperabilidade dos Empréstimos Compulsórios, no valor de R\$ 1.187 mil.

Em decorrência da adoção das normas internacionais, os terrenos adquiridos do Comando da Aeronáutica no Sítio Aeroportuário de Belo Horizonte (Pampulha) pela Infraero, cuja destinação não está definida pela administração, foram transferidos a custo de aquisição para o grupo de Investimento em conta de Imobilizado Não Destinado a Uso.

**Nota 11 – Imobilizado**

	Taxa de Depreciação Anual	2010			(Em R\$ mil)
		Custo	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	2009
					Valor Líquido
Terrenos		15.077	0	15.077	25.550
Computadores e Periféricos	20%	208.459	(115.796)	92.663	75.252
Edificações e Instalações	4%	35.921	(14.779)	21.142	14.112
Equip. Eletrônicos e Eletromecânicos	10%	190.844	(91.373)	99.471	73.021
Móveis e Utensílios	10%	95.283	(44.031)	51.252	37.580
Outras Imobilizações	0 a 20%	5.094	(3.329)	1.765	1.603
Veículos	20%	215.614	(145.015)	70.599	44.439
Sub-Total		766.292	(414.323)	351.969	271.557
Imobilização em Andamento		77.216	0	77.216	38.152
<b>TOTAL</b>		<b>843.508</b>	<b>(414.323)</b>	<b>429.185</b>	<b>309.709</b>

A Infraero, no ano de 2010, realizou o teste de recuperabilidade dos valores registrados no ativo imobilizado utilizando como critério o fluxo de caixa descontado, por não existir, no Brasil, mercado ativo para o segmento de aeroportos. Com base nas premissas utilizadas (taxa de desconto TJLP 6%, e prazo estimado considerado de 6 anos) chegou-se a valor presente dos fluxos de caixa futuros, superior ao valor líquido do ativo imobilizado na ordem de aproximadamente R\$ 600 milhões, não ensejando o reconhecimento de perdas de valor decorrentes de ajustes de variação patrimonial. Também não foram identificadas alterações significativas que demandassem adequações na vida útil dos ativos imobilizados.

**Nota 12 – Intangível**

	Término da Amortização	2010			(Em R\$ mil)
		Custo	Amortização Acumulada	Valor Líquido	2009
					Valor Líquido
Software	2011 a indeterminado	94.771	(67.195)	27.576	22.244
Marcas, Direitos e Patentes	Indeterminado	37	(1)	36	4
Sub-Total		94.808	(67.196)	27.612	22.248
Software em Desenvolvimento	Indeterminado	630	0	630	0
<b>TOTAL</b>		<b>95.438</b>	<b>(67.196)</b>	<b>28.242</b>	<b>22.248</b>

São registrados ao custo de aquisição deduzido da amortização calculada pelo método linear durante a vida estimada, sendo revisada anualmente.

A movimentação ocorrida no intangível, em 2010, foi de R\$ 5.994 mil, deduzida a amortização de R\$ 7.300 mil.

### Nota 13 – Recursos de Terceiros – Vinculados a Investimentos

Os Recursos de Terceiros – Vinculados a Investimentos no montante de R\$ 865.144 mil estavam assim constituídos:

- a) R\$ 840.147 mil, relativos ao Adicional de Tarifa Aeroportuária – Ataero, criado pela Lei nº 7.920, de 12/12/1989, alterada pela Lei nº 8.399, de 7/1/1992, incidente sobre as tarifas aeroportuárias referidas no art. 3º da Lei nº 6.009, de 26/12/1973, com destinação específica para aplicação em melhoramentos, reaparelhamento, reforma, expansão e depreciação de instalações aeroportuárias e da rede de telecomunicações e auxílio à navegação aérea. Do montante total de Ataero aeroportuário arrecadado a parcela de 41,5% é destinada à Infraero. Visando o adequado controle e acompanhamento, esses recursos são registrados no Passivo Circulante, em contas específicas, sendo que os ingressos representam créditos e os pagamentos representam débitos, registrados em contas redutoras, conforme Parecer CST/SIPR nº 1.561/90 da Secretaria da Receita Federal. A parte da Infraero relativa à arrecadação de Ataero em 2010 foi de R\$ 352.077 mil. Os investimentos realizados com esses recursos estão demonstrados na Nota sobre Investimentos Realizados;
- b) R\$ 24.997 mil, relativos a convênios firmados entre a Infraero e entes da Administração Pública Direta, destinados à ampliação e modernização de aeroportos.

O quadro abaixo demonstra o detalhamento dos ingressos e dos dispêndios do Ataero e dos convênios no período:

	No exercício de 2010				(Em R\$ mil)	
	INGRESSOS		DISPÊNDIOS		2010	2009
	Recursos	Receitas Financeiras	Investimentos	Tributos/Disp. Financeiras		
Ataero	352.077	71.864	205.780	2.436	840.147	624.422
Convênios	(3.204)	2.998	1.342	0	24.115	25.663
<i>Ministério do Turismo</i>	0	2.670	571	0	23.031	20.932
<i>Ministério da Defesa</i>	(3.204)	196	745	0	(396)	3.357
<i>Governo Estado da Bahia</i>	0	132	26	0	1.480	1.374
Demais Recursos	20.912	0	20.878	0	882	848
<b>TOTAL</b>	<b>369.785</b>	<b>74.862</b>	<b>228.000</b>	<b>2.436</b>	<b>865.144</b>	<b>650.933</b>

#### **Nota 14 – Recursos de Terceiros – Comando da Aeronáutica**

A Portaria 1.158/GC5, de 11/12/2009, definiu que a partir de 1º/1/2010 a cobrança e arrecadação das Tarifas de Auxílio à Navegação Aérea (TAN e TAT), e respectivos Ataeros, relativas a voos das aeronaves de empresas de transporte aéreo registradas para atividades pertinentes ao grupo I (Aviação Regular), é de competência do Departamento de Controle do Espaço Aéreo – DECEA, restando para Infraero a cobrança e arrecadação da aviação do grupo II (Aviação Geral). Diante disso, a partir de então, cabe ao DECEA repassar os 41% dos valores arrecadados das tarifas TAN e TAT, destinados à Infraero, o qual totalizou, em 2010, R\$ 261.264 mil.

Os valores arrecadados pela Infraero e repassados ao Comando da Aeronáutica são provenientes de:

- a) 59% da arrecadação decorrente das tarifas de uso das comunicações e dos auxílios à navegação aérea em rota, e 100% do Ataero incidente sobre essas tarifas, somente do movimento operacional do grupo II (Aviação Geral);
- b) de 58,5% dos recursos do Ataero incidente sobre as tarifas aeroportuárias referidas no art. 3º da Lei nº 6.009, de 26/12/1973, sendo, 20% destinados ao Programa Federal de Auxílio a Aeroportos – PROFAA, criado pela Lei nº 8.399, de 7/1/1992, para aplicação nos Estados, em aeroportos e aeródromos de interesse regional ou estadual, bem como na consecução de seus planos aeroviários e 38,5% destinados a investimentos, melhoramentos, reaparelhamentos, reformas e expansão das instalações aeroportuárias realizados diretamente pelo Comando da Aeronáutica.

Foram arrecadados no período R\$ 600.007 mil e repassados R\$ 628.963 mil.

#### **Nota 15 – Recursos de Terceiros – Tesouro Nacional**

Os Recursos de Terceiros – Tesouro Nacional, no montante de R\$ 7.593 mil, referem-se ao adicional cobrado nas operações de embarque internacional, conforme Lei nº 9.825, de 23/8/1999. Foram arrecadados no período R\$ 234.771 mil e repassados R\$ 235.954 mil.

## Nota 16 – Tributos a Recolher

Tributos a Recolher	(Em R\$ mil)	
	2010	2009
INSS sobre Folha	24.340	18.537
IRRF	21.610	18.736
Impostos e Contrib. Federais Retidos - Lei nº 9.430/96	19.471	12.867
COFINS	12.513	9.531
FGTS	8.383	7.011
INSS Retido	7.534	5.788
ISS	5.266	3.769
PASEP	1.877	1.579
ICMS	10	17
CIDE	3	0
<b>TOTAL</b>	<b>101.007</b>	<b>77.835</b>

A Infraero não recolhe aos Municípios, onde administra aeroportos, o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS por prestar em nome da União um serviço público federal; também não recolhe o Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU, pertinente aos sítios aeroportuários, porquanto se constituem propriedades da União Federal. A tese da imunidade tributária está em consonância com diversos doutrinadores renomados, consoante consultas realizadas pela Infraero, e tem sido reconhecida por Juízes Federais de Primeira Instância de diversos Estados brasileiros.

Os Tribunais Regionais Federais, bem como o Supremo Tribunal Federal, em julgamentos de mérito, também reconheceram a tese da imunidade intergovernamental recíproca prevista na alínea “a”, do inciso VI, do artigo 150 da Constituição Federal.

Também, a Infraero, amparada na citada tese da imunidade tributária, tem buscado junto ao Supremo Tribunal Federal a Declaração de Inexistência de Relação Jurídica Tributária em face de diversas municipalidades, no sentido de inibir ações tendentes a tributar os serviços prestados e o patrimônio administrado pela Empresa.

Considerando que a discussão da imunidade tributária da Infraero vem se firmando positivamente na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, a Diretoria Executiva decidiu por não realizar provisão de possíveis perdas nas ações fiscais.

## Nota 17 – Benefícios Concedidos a Empregados

### a) Entidade Fechada de Previdência Complementar

A Infraero é a patrocinadora do Instituto Infraero de Seguridade Social – Infracprev, uma entidade fechada de previdência privada, sem fins lucrativos, que tem por finalidade suplementar aos participantes da instituição e seus beneficiários os benefícios a eles assegurados pelo Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, bem como promover seu bem-estar social.

Os recursos que o Instituto dispõe para seu funcionamento são representados por contribuições de sua patrocinadora, participantes, assistidos e autofinanciados, e dos rendimentos resultantes das aplicações desses recursos.

O Infraprev possui três planos de previdência: dois de Benefício Definido e um de Contribuição Variável – Plano CV, que é o que detém o maior número de participantes. A partir da implantação do Plano de Contribuição Variável, em dezembro de 2000, somente este plano está aberto à entrada de novos participantes.

O número de participantes do Infraprev em 31/12/2010 era de 12.756, sendo 10.861 ativos e 1.895 assistidos, distribuídos da seguinte maneira:

Categoria	Plano BD I	Plano BD II	Plano CV	Total
Ativo - Infraero	71	4	10.763	10.838
Autopatrocinado	1	0	17	18
Em BPD <sup>1</sup>	0	0	5	5
Assistido <sup>2</sup>	78	12	1.805	1.895
<b>TOTAL</b>	<b>150</b>	<b>16</b>	<b>12.590</b>	<b>12.756</b>

<sup>1</sup> BPD - Benefício Proporcional Diferido.

<sup>2</sup> Não estão contemplados os pensionistas, que são consideradas partes beneficiárias de participantes falecidos.

Conforme relatório da empresa de atuária independente, o fundo, em 31/12/2010, encontrava-se economicamente equilibrado, com patrimônio de R\$ 1.709.800 mil, distribuído da seguinte forma:

a.1) Plano I de Benefício Definido – patrimônio avaliado em R\$ 58.737 mil; existindo provisões matemáticas a constituir no valor de R\$ 6.808 mil, a ser amortizado da seguinte forma: R\$ 89 mil em 2 anos, à razão de 2,022% do montante dos salários de contribuição; e R\$ 6.719 mil em 6 anos, do total das contribuições extraordinárias efetuadas pelos participantes ativos para patrocinadora, 1,59% para os participantes, do montante dos salários de contribuição e 1,63% para os assistidos do valor do benefício pago pelo Infraprev;

a.2) Plano II de Benefício Definido – patrimônio avaliado em R\$ 8.556 mil; existindo provisões matemáticas a constituir no valor de R\$ 101 mil, a ser amortizado em 7 anos, à razão de 3,55% para a patrocinadora e 2,60% para os participantes, do montante dos salários de contribuição;

a.3) Plano de Contribuição Variável – patrimônio avaliado em R\$ 1.642.507 mil; existindo provisões matemáticas a constituir no valor de R\$ 134.320 mil referente a Contribuições Amortizantes por serviços passados, a ser amortizado em 10 anos, com uma parcela mensal equivalente a R\$ 1.482 mil. O Patrimônio para Cobertura deste Plano encerrou o ano em R\$ 1.538.977 mil, demonstrando que o plano está superavitário mesmo antes da Contribuição Amortizante. Diante desta situação, a Diretoria Financeira realizará contratação de consultoria especializada objetivando rever a base da dívida e realizar a assinatura do contrato específico.

A composição do Patrimônio Social dos Planos do Infraprev na posição de 31/12/2010 se apresentava da seguinte forma:

	Plano BD I	Plano BD II	Plano CV	(Em R\$ mil) Soma
PATRIMÔNIO SOCIAL	58.737	8.556	1.642.507	1.709.800
PATRIMÔNIO PARA COBERTURA DO PLANO	52.511	7.656	1.538.977	1.599.144
PROVISÕES MATEMÁTICAS	54.198	6.179	1.364.686	1.425.063
<i>BENEFÍCIOS CONCEDIDOS</i>	27.126	3.776	477.170	508.072
- Contribuição Definida	0	0	11.282	11.282
- Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização	27.126	3.776	465.888	496.790
<i>BENEFÍCIOS A CONCEDER</i>	33.880	2.504	1.021.836	1.058.220
- Contribuição Definida	0	0	864.933	864.933
- Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Programado	31.985	2.386	0	34.371
- Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Não Programado	1.895	118	156.902	158.915
<i>PROVISÕES MATEMÁTICAS A CONSTITUIR (-)</i>	(6.808)	(101)	(134.320)	(141.229)
- Serviço Passado (-)	(89)	(101)	(134.320)	(134.510)
- Déficit Equacionado (-)	(6.719)	0	0	(6.719)
EQUILÍBRIO TÉCNICO	(1.687)	1.477	174.291	174.081
<i>RESULTADOS REALIZADOS</i>	(1.687)	1.477	174.291	174.081
SUPERÁVIT TÉCNICO ACUMULADO	0	1.477	174.291	175.768
- Reserva de Contingência	0	1.477	155.697	157.174
- Reserva para Revisão do Plano	0	0	18.594	18.594
DÉFICIT TÉCNICO ACUMULADO (-)	(1.687)	0	0	(1.687)
FUNDOS	6.226	900	103.530	110.656
FUNDO PREVIDENCIAL	0	0	38.429	38.429
- Reversão do saldo por exigência regulamentar	0	0	7.689	7.689
- Outros - Previstos em nota técnica atuarial	0	0	30.740	30.740
FUNDO ADMINISTRATIVO	5.784	835	60.401	67.020
FUNDO DOS INVESTIMENTOS	442	65	4.700	5.207

A Infraero contribui mensalmente para a conta de aposentadoria do participante, dentro dos limites fixados. O montante de contribuição ao Infraprev, no exercício de 2010, totalizou R\$ 66.689 mil.

*b) Participação nos Lucros*

Foi apropriado o valor de R\$ 1.925 mil, para distribuição aos empregados a título de participação nos lucros da Empresa em 2010, em conformidade com a Lei nº 10.101, de 19/12/2000 e Resolução nº 10, de 30/5/1995, do Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais – DEST. A participação nos lucros apropriados em 2009 foi revertida ao resultado em 2010, tendo em vista que o Programa de Participação nos Lucros e Resultados de 2009 não foi aprovado pelo DEST.

*c) Programa de Desligamento Voluntário Incentivado*

A Infraero realizou em 2009 o Programa de Desligamento Voluntário Incentivado – PDVI, aprovado pelo DEST, por meio do Ofício DEST nº 487/2009/MP/SE/DEST, de 25/6/2009. Foram pagas verbas rescisórias e incentivos aos empregados que aderiram ao programa. Em 2010, foram desligados mais 99 empregados, totalizando uma despesa com o PDVI de R\$ 16.346 mil.

	(Unidade)	(Em R\$ mil)
	EFETIVO	PDVI
2009	312	44.765
2010	99	16.346
<b>TOTAL</b>	<b>411</b>	<b>61.111</b>

### Nota 18 – Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos

Conforme disposição estatutária, aos acionistas está assegurado juros sobre o capital próprio e/ou dividendos que somados correspondam, no mínimo, a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da lei societária.

De acordo com a deliberação da Assembleia Geral Ordinária – AGO, em 14/4/2010, foi aprovada a proposta da Empresa, de R\$ 19.869 mil, referente aos Juros sobre Capital Próprio e Dividendos do exercício 2009, o qual teve atualização de R\$ 538 mil, totalizando R\$ 20.407 mil, pagos em abril de 2010.

Em 2010, a Infraero provisionou o pagamento de dividendos na forma de Juros sobre o Capital Próprio com base na Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) vigente no exercício, no montante de R\$ 7.243 mil. Esses juros foram contabilizados como despesas financeiras, conforme requerido pela legislação fiscal. Para efeito destas demonstrações financeiras, os juros foram revertidos das despesas financeiras do exercício e estão demonstrados no Patrimônio Líquido.

	(Em R\$ mil)	
	2010	2009
UNIÃO	7.048	19.332
UNIÃO (Extinto FND)	195	537
<b>TOTAL</b>	<b>7.243</b>	<b>19.869</b>

### Nota 19 – Contingências Trabalhistas e Cíveis

A provisão de R\$ 166.498 mil foi constituída face às prováveis perdas em processos trabalhistas e cíveis, representados por ações em fase de execução e ações julgadas em fase de recurso para instâncias superiores. Essas provisões estão demonstradas no quadro abaixo:

	(Em R\$ mil)	
	2010	2009
Provisões	166.498	155.145
Trabalhistas	86.977	74.140
Cíveis	79.521	81.005
<i>Previdenciárias</i>	28.782	27.247
<i>Demais Ações</i>	50.739	53.758
TOTAL	166.498	155.145

A Empresa não realiza provisões relativamente às ações judiciais cuja decisão tenha sido improcedente, bem como aquelas ainda sem decisão de mérito. Segue conteúdo das ações judiciais que merecem destaque:

**a) Ações Trabalhistas**

- Pedidos de pagamento de adicional de insalubridade ou de periculosidade para empregados que trabalham em pátios de manobras ou áreas de terminais de carga aérea nos Aeroportos. Tratam-se de ações, na sua grande maioria, intentadas pelo Sindicato Nacional dos Aeroportuários – SINA, na condição de substituto processual da categoria dos aeroportuários. As decisões são diversificadas nas Varas do Trabalho e nos Tribunais Regionais do Trabalho, não tendo sido a matéria pacificada no âmbito do Tribunal Superior do Trabalho.
- Pedidos de condenação da Infraero sob o prisma da responsabilidade subsidiária na apuração de verbas salariais ou parcelas rescisórias. Tratam-se de ações propostas por empregados ou ex-empregados (terceirizados) de empresas contratadas, cujas decisões têm sido unânimes no sentido de que a Infraero é responsável subsidiária nos termos do Enunciado 331 do Tribunal Superior do Trabalho.

**b) Ações Cíveis**

- Quanto às ações cíveis, existem pedidos diversificados de indenizações e cobranças nas unidades regionais da Infraero, decorrentes de: acidentes e/ou incidentes aeronáuticos; furtos ou avarias de cargas em terminais de carga; furtos, acidentes e danos materiais ocorridos em áreas operacionais e terminais de passageiros, cumulados com danos morais; acidentes e/ou incapacidades laboral; relações oriundas de contratos administrativos firmados pela Empresa, em função de execução de obras, serviços e concessões de áreas aeroportuárias; além de discussões sobre a legalidade de cobrança de tarifas aeroportuárias.

## Nota 20 – Perdas em Sentenças Judiciais

As ações judiciais transitadas em julgado, em fase de execução, representam em 2010 um total de R\$ 47.069 mil, sendo registrados como perda no período R\$ 7.824 mil de ações cíveis e R\$ 4.281 mil de ações trabalhistas. Nas execuções de sentença as discussões giram em torno da liquidação dos valores das condenações, sendo que, quanto ao mérito, as demandas restaram decididas definitivamente.

	2010	(Em R\$ mil) 2009
Perdas	47.069	40.919
<i>Trabalhistas</i>	37.869	39.466
<i>Cíveis</i>	9.200	1.453
TOTAL	47.069	40.919

## Nota 21 – Recursos para Aumento de Capital

Na Assembleia Geral Extraordinária – AGE, de 14/4/2010, foi aprovado o aumento de capital no valor de R\$ 2.858 mil, sendo R\$ 2.792 mil o valor principal e R\$ 66 mil de atualização. Esse montante refere-se à atualização monetária dos recursos recebidos da União, a título de aporte de capital, sendo aplicada à taxa do Sistema de Liquidação de Custódia de Títulos Públicos – SELIC, desde o dia da liberação dos recursos até a data da capitalização, conforme art. 2º do Decreto nº 2.673, de 16/6/1998.

## Nota 22 – Patrimônio Líquido

### a) Capital Social

A Assembleia Geral Extraordinária aprovou, em 14/4/2010, proposta da administração de aumento do Capital Social no montante de R\$ 2.858 mil, que passou de R\$ 970.729 mil para R\$ 973.587 mil, totalmente subscrito e integralizado, constituído de 7.334.123 Ações Ordinárias Nominativas.

Em 30/12/2010 foi publicado a Medida Provisória nº 517, que dentre outros assuntos dispôs sobre a extinção do FND e a transferência de seus direitos sobre títulos e valores mobiliários para a União. Tal fato foi reconhecido pela Infraero, contudo até a conclusão do inventário, os valores serão demonstrados separadamente.

	Quantidade de Ações	(Em R\$ mil) Capital
UNIÃO	7.136.773	947.390
UNIÃO (Extinto FND)	197.350	26.197
TOTAL	7.334.123	973.587

**b) Reservas de Lucros**

**b.1) Reserva de Incentivos Fiscais**

Devido às alterações promovidas pela Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, as aplicações efetuadas no Fundo de Investimento da Amazônia – FINAM, devem ser reconhecidas no resultado e posteriormente destinadas a Reserva de Incentivos Fiscais no Patrimônio Líquido sem, no entanto, integrarem a base de cálculo dos dividendos. Em 2010, não foram realizadas aplicações no FINAM, permanecendo então com as aplicações anteriores de R\$ 3.350 mil.

**b.2) Reserva Legal**

É constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício corrente, conforme artigo 193 da Lei nº 6.404/76. Até 2009 já haviam sido constituídas R\$ 8.748 mil sendo que para o ano de 2010, foram destinados R\$ 1.525 mil para a Reserva Legal.

**b.3) Retenção de Lucros**

Na destinação do resultado do exercício findo em 31/12/2010 foi proposta a retenção de R\$ 21.730 mil, de acordo com o artigo 196 da Lei nº 6.404/76, a ser deliberado em Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 14/4/2011, com o seguinte plano de aplicação:

	<u>(Em R\$ mil)</u>
	<u>Valor</u>
Desenvolvimento da Segurança Aeroportuária	11.034
Desenvolvimento da Logística de Carga	6.437
Desenvolvimento da Tecnologia e Sistemas Aeroportuários	4.259
TOTAL	<u>21.730</u>

A Empresa também propõe que a Reserva de Retenção de Lucros de R\$ 35.749 mil, referente ao lucro líquido apurado em 2008, seja incorporada ao Capital Social.

**Nota 23 – Ativo e Passivo Compensado**

O Ativo e Passivo Compensado da Empresa são representados pelos grupos Equipamentos da União, Garantias Cauçionárias de Terceiros e Almoxxarifados da União, que encontra-se evidenciado na nota específica do Almoxxarifado.

**a) Equipamentos da União**

Em 31/12/2010 foram registrados, com base no valor de aquisição, deduzido de depreciação, R\$ 292.540 mil em novos bens da União sob a responsabilidade da Infraero:

	Taxa de Depreciação	Adições/ Exclusões	Baixas	(Em R\$ mil)	
				2010	2009
Imóveis e Benfeitorias da União	4% a.a.	227.435	(3.043)	12.643.970	12.419.578
Bens Móveis da União	10% a 20% a.a.	57.099	(11.073)	683.332	637.306
Custo		284.534	(14.116)	13.327.302	13.056.884
Depreciações/Amortizações Acumuladas		(328.063)		(3.641.553)	(3.313.490)
<b>TOTAL</b>		<b>(43.529)</b>	<b>(14.116)</b>	<b>9.685.749</b>	<b>9.743.394</b>

*b) Garantias Caucionárias de Terceiros*

A Infraero mantém as garantias caucionárias de terceiros, oferecidas por empresas licitantes/contratadas, para assegurar o cumprimento da execução de obras, aquisição de equipamentos, prestação de serviços, contratos comerciais e fornecimento de materiais. É facultado às empresas efetuarem a caução em dinheiro, títulos da dívida pública, fiança bancária ou seguro garantia.

Em dezembro de 2010 as garantias em títulos da dívida pública, fiança bancária ou seguro garantia totalizavam R\$ 590.115 mil.

	(Em R\$ mil)	
	2010	2009
Licitações/Contratos de obras e serviços de engenharia	426.164	902.947
Demais Licitações/Contratos	163.951	179.450
<b>TOTAL</b>	<b>590.115</b>	<b>1.082.397</b>

As garantias em dinheiro que totalizavam montante de R\$ 7.979 mil em dezembro de 2010 são registradas no passivo pelo valor de face e são corrigidas mensalmente, refletindo a obrigação da Infraero em devolver estes recursos aos contratados quando do término dos contratos.

**Nota 24 – Imposto de Renda e Contribuição Social**

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente são calculados com base no Lucro Real Anual na alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 mil, e 9% sobre o lucro tributável para Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de Contribuição Social, limitada a 30% do lucro real.

	(Em R\$ mil)	
	2010	2009
<b>Contribuição Social</b>		
Resultado Contábil antes dos Invest. em OBU	247.634	165.193
Obras em Bens da União - OBU	201.614	144.279
Resultado Contábil antes do IRPJ e CSLL	46.020	20.915
( + ) Adições:	681.244	723.546
( - ) Exclusões:	666.888	764.642
Base de Cálculo da Contribuição Social	60.376	(20.181)
(-) Compensação de Base Cálculo Negativa (30%)	18.113	0
Base de Cálculo após Compensação da Base Negativa	42.263	(20.181)
Contribuição Social Devida (9% )	3.804	0
<b>Imposto de Renda</b>		
Resultado Contábil depois da Contribuição Social	42.216	20.915
( + ) Adições:	685.048	723.688
( - ) Exclusões:	666.888	764.642
Resultado Fiscal do Período	60.376	(20.040)
( - ) Compensação de Prejuízo Fiscal (30% s/Lucro)	18.113	0
Base de Cálculo IRPJ após Compens. Prejuízo Fiscal	42.263	(20.040)
IRPJ Devido (15% )	6.339	0
( - ) Deduções: PAT e Incentivos Fiscais	748	0
IRPJ a Recolher	5.591	0
Parcela Isenta do Adicional de Imposto de Renda	240	0
Adicional do Imposto de Renda (10%)	4.202	0
Imposto de Renda Devido	9.793	0
Imposto de Renda e Contribuição Social Devidos	13.597	0

## Nota 25 – Remuneração da Administração e dos Empregados

A política de remuneração dos empregados da Infraero está definida no Plano de Classificação de Cargos e Salários – PCCS. No exercício de 2010 houve aumento nas remunerações dos empregados, porém a média sofreu redução ocasionada por novas contratações. A maior, a menor e a remuneração média dos empregados da Empresa no mês de dezembro de 2010 estão discriminadas a seguir:

### a) Empregados

	(Em R\$)	
	2010	2009
Maior	22.565,69	19.607,97
Menor	1.148,67	1.091,27
Média	4.112,55	4.114,83

Com relação à política de remuneração dos administradores da Empresa, sua definição encontra-se na Ata da Assembleia Geral Ordinária de 14/4/2010, aprovada pelo Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais – DEST, constante do Ofício nº 328/DEST-MP de 12/4/2010:

**b) Administradores**

	(Em R\$)	
	2010	2009
Maior	22.521,04	21.590,49
Menor	22.521,04	21.590,49
Média	22.521,04	21.590,49

**Nota 26 – Tarifas Aeronáuticas e Aeroportuárias**

O movimento de aeronaves no exercício de 2010 apresentou crescimento de 15,6% em relação a 2009, totalizando 2.648,5 mil operações de pouso e decolagem. Sendo que as operações domésticas cresceram 16,1%, chegando a 2.476,1 mil, e as internacionais 8,9%, chegando a 172,4 mil.

Com relação ao movimento de passageiros, o aumento verificado foi de 21,2%, totalizando 155,3 milhões de passageiros domésticos e internacionais.

As operações com carga aérea apresentaram aumento de 38,3%, totalizando 1.139,1 mil toneladas movimentadas. Sendo 516,2 mil toneladas provenientes de Importações, 309,9 mil toneladas destinadas a Exportações e 313 mil toneladas de Carga Nacional.

	2010	2009	Var.%
Aeronaves (mil)	2.648,5	2.290,9	15,6
<i>Doméstico</i>	2.476,1	2.132,6	16,1
<i>Internacional</i>	172,4	158,3	8,9
Passageiros (mil)	155.364,0	128.135,6	21,2
<i>Doméstico</i>	139.393,2	115.002,4	21,2
<i>Internacional</i>	15.970,8	13.133,2	21,6
Cargas (mil ton)	1.139,1	823,9	38,3
<i>Importação</i>	516,2	354,1	45,8
<i>Exportação</i>	309,9	229,0	35,3
<i>Carga Nacional</i>	313,0	240,8	30,0

Em termos financeiros, as receitas brutas cresceram 18%, atingindo o montante de R\$ 3.081.073 mil. Destaca-se o desempenho das receitas Comerciais, Armazenagem e Capatazia e de Embarque, conforme demonstrado a seguir:

Receita por Segmento de Negócio	(Em R\$ mil)		
	2010	2009	Var. %
Comerciais	947.599	779.050	21,6%
Embarque	871.344	736.749	18,3%
Armazenagem e Capatazia	610.773	495.504	23,3%
Comunicação e Auxílio à Navegação Aérea	313.037	277.926	12,6%
Pouso e Permanência	278.366	263.829	5,5%
Exploração de Serviços	59.954	57.383	4,5%
<b>TOTAL</b>	<b>3.081.073</b>	<b>2.610.441</b>	<b>18,0%</b>

## Nota 27 – Demonstrações por Segmento de Negócio

### a) Investimentos

	(Em R\$ mil)	
	2010	2009
Embarque e Desembarque	29	29
<i>Obras de Arte</i>	29	29
Armazenagem e Capatazia	5	5
<i>Obras de Arte</i>	5	5
Concessão de Uso de Áreas	7	7
<i>Obras de Arte</i>	7	7
Corporativo	48.497	8.257
<i>Ações e Incentivos Fiscais</i>	26.575	26.575
<i>Empréstimos Compulsórios</i>	0	1.187
<i>Imobilizado Não Destinado a Uso</i>	41.755	0
<i>Obras de Arte</i>	1.347	1.325
<i>Participações em Empresas/Fundos</i>	397	397
<i>( - ) Provisão para Perdas</i>	(21.577)	(21.227)
<b>TOTAL</b>	<b>48.538</b>	<b>8.298</b>

*b) Imobilizado*

	2010			(Em R\$ mil)
				2009
	Custo	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
Embarque e Desembarque	32.598	(17.521)	15.077	11.541
<i>Computadores e Periféricos</i>	2.962	(1.751)	1.211	1.006
<i>Edificações e Instalações</i>	1.612	(686)	926	564
<i>Equip. Eletrônicos e Eletromecânicos</i>	9.630	(5.801)	3.829	3.269
<i>Móveis e Utensílios</i>	14.748	(5.914)	8.834	6.582
<i>Outras Imobilizações</i>	56	(49)	7	7
<i>Veículos</i>	3.590	(3.320)	270	113

	2010			(Em R\$ mil)
				2009
	Custo	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
Operações com Aeronaves	69.477	(59.733)	9.744	5.743
<i>Computadores e Periféricos</i>	450	(339)	111	99
<i>Edificações e Instalações</i>	428	(55)	373	7
<i>Equip. Eletrônicos e Eletromecânicos</i>	4.897	(2.724)	2.173	1.648
<i>Imobilização em Andamento</i>	474	0	474	0
<i>Móveis e Utensílios</i>	2.544	(1.360)	1.184	1.020
<i>Outras Imobilizações</i>	192	(111)	81	81
<i>Terrenos</i>	103	0	103	103
<i>Veículos</i>	60.389	(55.144)	5.245	2.785

	(Em R\$ mil)			
	2010			2009
	Custo	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
Armazenagem e Capatazia	79.088	(44.115)	34.973	24.650
<i>Computadores e Periféricos</i>	10.593	(7.885)	2.708	1.582
<i>Edificações e Instalações</i>	1.167	(608)	559	558
<i>Equip. Eletrônicos e Eletromecânicos</i>	23.977	(14.871)	9.106	7.129
<i>Móveis e Utensílios</i>	8.778	(5.414)	3.364	2.950
<i>Outras Imobilizações</i>	107	(92)	15	12
<i>Veículos</i>	34.466	(15.245)	19.221	12.419

	(Em R\$ mil)			
	2010			2009
	Custo	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
Navegação Aérea	64.755	(23.219)	41.536	20.346
<i>Computadores e Periféricos</i>	5.737	(4.198)	1.539	1.420
<i>Edificações e Instalações</i>	681	(460)	221	221
<i>Equip. Eletrônicos e Eletromecânicos</i>	22.937	(14.491)	8.446	7.698
<i>Imobilização em Andamento</i>	27.714	0	27.714	8.527
<i>Móveis e Utensílios</i>	4.757	(2.742)	2.015	1.655
<i>Outras Imobilizações</i>	455	(291)	164	163
<i>Terrenos</i>	5	0	5	5
<i>Veículos</i>	2.469	(1.037)	1.432	657

	(Em R\$ mil)			
	2010			2009
	Custo	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
Concessão de Uso de Área	2.299	(1.560)	739	709
<i>Computadores e Periféricos</i>	102	(46)	56	53
<i>Edificações e Instalações</i>	854	(275)	579	579
<i>Equip. Eletrônicos e Eletromecânicos</i>	414	(378)	36	36
<i>Móveis e Utensílios</i>	246	(178)	68	41
<i>Veículos</i>	683	(683)	0	0

				(Em R\$ mil)
	2010			2009
	Custo	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
Exploração de Serviços	10.264	(3.690)	6.574	3.912
<i>Computadores e Periféricos</i>	1.902	(1.339)	563	535
<i>Edificações e Instalações</i>	589	(235)	354	52
<i>Equip. Eletrônicos e Eletromecânicos</i>	6.683	(1.903)	4.780	3.043
<i>Imobilização em Andamento</i>	508	0	508	0
<i>Móveis e Utensílios</i>	350	(138)	212	125
<i>Outras Imobilizações</i>	181	(24)	157	157
<i>Veículos</i>	51	(51)	0	0

				(Em R\$ mil)
	2010			2009
	Custo	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
Corporativo	585.027	(264.485)	320.542	242.808
<i>Terrenos</i>	14.969	0	14.969	25.442
<i>Computadores e Periféricos</i>	186.713	(100.238)	86.475	70.557
<i>Edificações e Instalações</i>	30.590	(12.460)	18.130	12.131
<i>Equip. Eletrônicos e Eletromecânicos</i>	122.306	(51.205)	71.101	50.198
<i>Imobilização em Andamento</i>	48.520	0	48.520	29.625
<i>Móveis e Utensílios</i>	63.860	(28.285)	35.575	25.207
<i>Outras Imobilizações</i>	4.103	(2.762)	1.341	1.183
<i>Veículos</i>	113.966	(69.535)	44.431	28.465

c) *Intangível*

	(Em R\$ mil)			
	2010			2009
	Custo	Amortização Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
Embarque e Desembarque	45	(18)	27	27
<i>Software</i>	45	(18)	27	27
Armazenagem e Capatazia	1.109	(1.081)	28	28
<i>Software</i>	1.109	(1.081)	28	28
Navegação Aérea	755	(730)	25	25
<i>Software</i>	755	(730)	25	25
Exploração de Serviços	173	(84)	89	29
<i>Software</i>	173	(84)	89	29
Corporativo	93.356	(65.283)	28.073	22.139
<i>Marcas, Direitos e Patentes</i>	37	(1)	36	4
<i>Software</i>	92.689	(65.282)	27.407	22.135
<i>Software em Desenvolvimento</i>	630	0	630	0
TOTAL	95.438	(67.196)	28.242	22.248

*d) Demonstração do Resultado do Exercício*

EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2010								(Em R\$ mil)	
	Operações de Aeronaves	Embarque e Desembarque de Passageiros	Armazenagem e Capatazia	Navegação Aérea	Concessão de Uso de Áreas	Exploração de Serviços	Corporativo	Consolidado	
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	278.366	871.344	610.773	313.037	735.990	271.563	0	3.081.073	
DEDUÇÕES									
PASEP	(2.807)	(8.827)	(5.941)	(3.181)	(7.378)	(2.684)	0	(30.817)	
COFINS	(12.930)	(40.658)	(27.363)	(14.653)	(33.980)	(12.362)	0	(141.947)	
<b>RECEITA LÍQUIDA</b>	<b>262.629</b>	<b>821.860</b>	<b>577.469</b>	<b>295.203</b>	<b>694.632</b>	<b>256.517</b>	<b>0</b>	<b>2.908.309</b>	
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS	(557.851)	(723.779)	(356.227)	(313.655)	(74.441)	(137.982)	0	(2.163.935)	
<b>LUCRO OPERACIONAL BRUTO</b>	<b>(295.223)</b>	<b>98.080</b>	<b>221.242</b>	<b>(18.452)</b>	<b>620.191</b>	<b>118.535</b>	<b>0</b>	<b>744.374</b>	
DESPESAS OPERACIONAIS	0	0	0	0	0	0	(502.635)	(502.635)	
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS	0	0	0	0	0	0	(1.348)	(1.348)	
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	0	0	0	0	0	0	(13.597)	(13.597)	
REVERSÃO DOS JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO	0	0	0	0	0	0	7.243	7.243	
<b>LUCRO LÍQUIDO (antes dos investimentos para União)</b>	<b>(295.223)</b>	<b>98.080</b>	<b>221.242</b>	<b>(18.452)</b>	<b>620.191</b>	<b>118.535</b>	<b>(510.337)</b>	<b>234.037</b>	
RECURSOS PRÓPRIOS APLICADOS EM BENS DA UNIÃO	0	0	0	0	0	0	(201.614)	(201.614)	
PARTICIPAÇÃO DOS EMPREGADOS	0	0	0	0	0	0	(1.925)	(1.925)	
<b>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>	<b>(295.223)</b>	<b>98.080</b>	<b>221.242</b>	<b>(18.452)</b>	<b>620.191</b>	<b>118.535</b>	<b>(713.876)</b>	<b>30.498</b>	

EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2009								(Em R\$ mil)	
	Operações de Aeronaves	Embarque e Desembarque de Passageiros	Armazenagem e Capatazia	Navegação Aérea	Concessão de Uso de Áreas	Exploração de Serviços	Corporativo	Consolidado	
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	263.829	736.749	495.504	277.926	608.530	227.903	0	2.610.441	
DEDUÇÕES									
PASEP	(2.648)	(7.386)	(4.791)	(2.711)	(6.106)	(2.197)	0	(25.839)	
COFINS	(12.198)	(34.021)	(22.067)	(12.487)	(28.125)	(10.120)	0	(119.018)	
<b>RECEITA LÍQUIDA</b>	<b>248.983</b>	<b>695.342</b>	<b>468.646</b>	<b>262.728</b>	<b>574.299</b>	<b>215.586</b>	<b>0</b>	<b>2.465.584</b>	
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS	(488.833)	(675.971)	(322.007)	(301.002)	(79.310)	(146.277)	0	(2.013.400)	
<b>LUCRO OPERACIONAL BRUTO</b>	<b>(239.850)</b>	<b>19.371</b>	<b>146.639</b>	<b>(38.274)</b>	<b>494.989</b>	<b>69.309</b>	<b>0</b>	<b>452.184</b>	
DESPESAS OPERACIONAIS	0	0	0	0	0	0	(305.662)	(305.662)	
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS	0	0	0	0	0	0	123	123	
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	0	0	0	0	0	0	0	0	
REVERSÃO DOS JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO	0	0	0	0	0	0	19.869	19.869	
<b>LUCRO LÍQUIDO (antes dos investimentos para União)</b>	<b>(239.850)</b>	<b>19.371</b>	<b>146.639</b>	<b>(38.274)</b>	<b>494.989</b>	<b>69.309</b>	<b>(285.670)</b>	<b>166.514</b>	
RECURSOS PRÓPRIOS APLICADOS EM BENS DA UNIÃO	0	0	0	0	0	0	(144.279)	(144.279)	
PARTICIPAÇÃO DOS EMPREGADOS	0	0	0	0	0	0	(1.320)	(1.320)	
<b>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>	<b>(239.850)</b>	<b>19.371</b>	<b>146.639</b>	<b>(38.274)</b>	<b>494.989</b>	<b>69.309</b>	<b>(431.269)</b>	<b>20.915</b>	

Tabela 54: Demonstração do resultado do exercício

## Nota 28 – Cobertura de Seguros

Ramo / Cobertura	Seguradora	Importância Segurada	Prêmio com IOF	Vigência	Pagamento de Sinistros
Responsabilidade Civil de Operações Gerais de Autoridade Aeroportuária (RC)	Mapfre Vera Cruz Seguradora S/A	US\$ 500.000.000,00	R\$ 8.516.592,00	30/6/2010 a 30/6/2011	.....
	Cossegurada com a Allianz Seguros S/A				
Riscos Operacionais (RO)	Itaú Seguros S/A	R\$ 10.022.711.684,05	R\$ 2.674.258,99	13/8/2010 a 13/8/2011	.....
	Cossegurada com a Allianz Seguros S/A				
Responsabilidade Civil Facultativa de Veículos (RCF-V)	Mapfre Vera Cruz Seguradora S/A	DP - R\$ 30.000,00 <sup>1</sup>	R\$ 81.524,95	2/6/2010 a 2/6/2011	.....
		DM - R\$ 25.000,00 <sup>1</sup>			
Acidentes Pessoais e Coletivos (APC-bombeiros)	Marítima Seguros S/A	R\$ 23.000,00 <sup>2</sup>	-----	13/9/2010 a 13/9/2011	.....
Seguro de Vida em Grupo (SVG)	Royal e Suanalliance Seguros (Brasil) S/A	R\$ 918.823,60	R\$ 179.235,09	3/5/2010 a 3/5/2011	.....

<sup>1</sup> Importância segurada por veículo.

<sup>2</sup> Importância segurada por bombeiro cadastrado em caso de morte ou invalidez total.

Tabela 55: Cobertura de Seguros

A Infraero mantém apólices de seguros contratadas pela Sede para todos os aeroportos de forma corporativa. Os contratos são firmados junto às principais seguradoras do país em montantes considerados adequados para cobrir eventuais perdas sobre bens e/ou danos causados a terceiros, cujos processos licitatórios são realizados em conformidade com as Leis nº 8.666/93 e 10.520/02 e com o Decreto nº 5.450/05.

A Empresa devido ao seu campo de atuação e porte mantém apólices de diversos ramos de seguros para atender as necessidades específicas dos serviços aeroportuários. Sendo assim, as apólices estão divididas por ramos de seguros:

O Seguro de Responsabilidade Civil de Operações Gerais de Autoridade Aeroportuária – RC tem por finalidade segurar a Empresa de prejuízos que venha a sofrer com a reparação de danos causados a terceiros em função das atividades como administrador de aeroportos. No exercício de 2010, foi contratado com a Mapfre Vera Cruz Seguradora S/A, com vigência de 12 meses, 30/6/2010 a 30/6/2011, cujo prêmio total de US\$ 4.900.000,00 foi pago em parcela única, convertida a taxa de câmbio do dia do pagamento, conforme previsto no Termo de Contrato nº 058-SS/2010/0001, totalizando um montante de R\$ 8.517 mil.

Os sinistros da Apólice de RC, geralmente, são avisados em um exercício e indenizados posteriormente, em função de vários fatores, dentre eles, processos judiciais.

O Seguro de Riscos Operacionais – RO oferece cobertura completa aos bens assegurados, pois contempla todas as perdas ou danos materiais causados aos bens, exceto os formalmente considerados excluídos em suas condições. No exercício de 2010 foi contratado com a Itaú Seguros S/A, segurando a importância de R\$10.022.711 mil, conforme demonstrado adiante:

	(Em R\$ mil)
	Valor
Edificações	7.182.186
Instalações	514.913
Equipamentos <sup>1</sup>	2.224.740
Móveis e Utensílios	100.872
<b>TOTAL</b>	<b>10.022.711</b>

<sup>1</sup> Equipamentos, bens em processo de aquisição (constante de obras em andamento) e veículos operacionais.

O Seguro de Responsabilidade Civil Facultativa de Veículos – RCF-V com cobertura para Danos Pessoais – DP e para Danos Materiais – DM engloba uma frota total de 1.223 veículos e um prêmio a ser pago de R\$ 85 mil, com a seguinte composição:

	(Em R\$ mil)	
	Veículos	Prêmio
Nº Veículos	1.173	82
Reserva	50	3
<b>TOTAL</b>	<b>1.223</b>	<b>85</b>

O Seguro de Acidentes Pessoais e Coletivos – APC-Bombeiros dispõe de cobertura para Morte por Acidente – MA e Invalidez Permanente Total – IPT, e se destina aos bombeiros conveniados, conforme previsão nos termos de convênio firmados com as Corporações de Bombeiros Militares Municipais, Estaduais e do Distrito Federal.

O Seguro de Vida em Grupo – SVG tem por finalidade segurar os empregados orgânicos da Empresa quanto à morte, invalidez ou lesão de membros. No exercício de 2010 foi renovado o contrato com a seguradora Royal e Sunalliance Seguros (Brasil) S/A, com validade 12 meses prorrogáveis por até 60 meses. O prêmio de R\$ 179 mil é pago mensalmente pela Infraero, conforme previsto no Termo de Contrato 0031-SS/2009/0001. É facultado ao empregado contratar apólice complementar, sendo custeada integralmente pelo contratante.

## **Nota 29 – Recursos Próprios Aplicados em Bens da União**

Os investimentos realizados com recursos próprios em bens da União são considerados, para efeitos fiscais, como despesa, com base no Parecer CST/SIPR nº 2.100/1980, confirmado pela Decisão nº 121/1995 da 1ª RF-DISIT, da Secretaria da Receita Federal, vez que os aeroportos são bens públicos pertencentes à União (art. 38 do Código Brasileiro de Aeronáutica, Lei nº 7.565, de 19/12/1986). No exercício de 2010, foram aplicados R\$ 201.614 mil, dos quais R\$ 83.903 mil de recursos oriundos das operações da Empresa e R\$ 117.711 mil provenientes de recursos de aporte de capital realizado em 2007 e 2008, constantes do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC do Governo Federal. Objetivando demonstrar, com maior clareza, o Lucro Operacional do

Exercício, este item apresenta-se imediatamente antes do Lucro Líquido do Exercício, evidenciando-se uma linha com o Lucro Líquido (antes dos investimentos para a União).

Discriminação	(Em R\$ mil)	
	2010	2009
Obras e Equipamentos Recursos Próprios	83.903	71.571
Obras e Equipamentos Aporte de Capital	117.711	72.708
<b>Total</b>	<b>201.614</b>	<b>144.279</b>

### **Nota 30 – Investimentos Realizados**

A Infraero realizou em 2010 investimentos no montante de R\$ 644.962 mil.

Obras e serviços de engenharia demandaram investimentos totais de R\$ 373.226 mil, sendo R\$ 83.903 mil com recursos próprios, R\$ 117.711 mil com recursos do aporte de capital, R\$ 170.271 mil com recursos Ataero e R\$ 1.342 mil com recursos de convênio. Em equipamentos, terreno, móveis e utensílios foram aplicados R\$ 271.739 mil, sendo R\$ 236.227 mil com recursos próprios e R\$ 35.508 mil com recursos Ataero.

No mês de abril foram concluídas duas importantes obras na rede de aeroportos administrados pela Infraero, no Aeroporto Internacional do Rio de Janeiro/Galeão - recuperação e revitalização do sistema de pistas e pátio e no Aeroporto Internacional Tancredo Neves/Confins - ampliação do estacionamento 'E' de veículos em mais de 1.538 vagas e alteração dos acessos internos.

O quadro a seguir destaca os principais investimentos realizados em 2010, constante no Orçamento de Investimento da Infraero, parte integrante da Lei Orçamentária Anual:

➔ *Obras, Equipamentos e Serviços de Engenharia*

	(Em R\$ mil)			
	PAC	PRÓPRIO	ATAERO	TOTAL
<b>PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO - PAC</b>	<b>117.711</b>	<b>4.013</b>	<b>47.028</b>	<b>168.752</b>
<i>Execução de Terraplanagem, Pavimentação, Drenagem, Sinalização Horizontal e de Obras de Infraestrutura de Sistemas de Auxílio e Proteção ao Voo do Novo Complexo Aeroportuário em São Gonçalo do Amarante (RN)</i>	3.128	0	32.023	35.151
<i>Revitalização, Modernização e Manutenção do Terminal de Passageiros 1 e demais Instalações de Apoio do Aeroporto Internacional do Galeão - Rio de Janeiro (RJ)</i>	24.308	0	21	24.329
<i>Adequação e Ampliação do Sistema de Pistas e Pátios do Aeroporto Internacional de Guarulhos (SP)</i>	23.000	0	529	23.529
<i>Recuperação do Sistema de Pistas e Pátios do Aeroporto do Galeão (RJ)</i>	10.677	0	7.976	18.653
<i>Construção da Torre de Controle no Aeroporto Internacional de Congonhas (SP)</i>	5.568	1.383	0	6.951
<i>Construção de Terminal de Passageiros, de Torre de Controle e de Sistema de Pista do Aeroporto de Vitória (ES)</i>	4.160	0	2.402	6.562
<i>Reforma do Terminal de Cargas do Aeroporto Internacional do Galeão (RJ)</i>	6.317	0	0	6.317
<i>Construção do Complexo Logístico do Aeroporto Internacional de Porto Alegre (RS)</i>	5.762	409	0	6.171
<i>Construção de Terminal de Passageiros no Aeroporto Internacional de Macapá (AP)</i>	5.681	0	0	5.681
<i>Construção da 2ª Pista do Aeroporto Internacional Viracopos - Campinas (SP)</i>	5.381	0	42	5.423
<i>Construção do Terminal de Passageiros, de Sistemas de Pistas e Pátios, de Estacionamento de Veículos e de Sistema Viário no Aeroporto de Goiânia (GO)</i>	5.198	0	0	5.198
<i>Ampliação da Pista de Pouso/Decolagem do Aeroporto Internacional de Porto Alegre (RS)</i>	4.896	61	0	4.957
<i>Implantação de Quatro Pontes de Embarque no Aeroporto Internacional de Recife (PE)</i>	3.491	401	0	3.892
<i>Reforma e Ampliação Sul do Terminal de Passageiros do Aeroporto Internacional de Brasília (DF)</i>	1.510	0	2.086	3.596
<i>Construção do Terminal de Passageiros 2 do Aeroporto Internacional Pinto Martins - Fortaleza (CE)</i>	0	0	1.949	1.949
<i>Reforma e Ampliação do Aeroporto Internacional Tancredo Neves - Confins (MG)</i>	1.928	0	0	1.928
<i>Ampliação e Reforço do Pátio de Aeronaves e Pista de Pouso/Decolagem do Aeroporto de Parnaíba (PI)</i>	1.872	0	0	1.872
<i>Adequação e Ampliação do Sistema de Pistas e Pátios do Aeroporto Internacional de Guarulhos (SP) - 2ª Etapa</i>	1.475	296	0	1.771
<i>Demais investimentos do PAC</i>	3.359	1.463	0	4.822
<b>OUTRAS AÇÕES ESPECÍFICAS</b>	<b>0</b>	<b>31.251</b>	<b>20.063</b>	<b>51.314</b>
<i>Revitalização e Modernização do Terminal de Passageiros 2 e demais Instalações de Apoio do Aeroporto Internacional do Galeão (RJ)</i>	0	0	19.742	19.742
<i>Adequação da Infraestrutura Aeroportuária do Aeroporto Internacional de Congonhas (SP) - 3ª Etapa</i>	0	0	321	321
<i>Aquisição de Área para Ampliação do Sítio do Aeroporto da Pampulha - Carlos Drummond de Andrade, em BH/MG</i>	0	31.251	0	31.251
<b>DIVERSOS AEROPORTOS - DEMAIS OBRAS DE AMPLIAÇÃO, ADEQUAÇÃO E MANUTENÇÃO AEROPORTUÁRIA</b>	<b>0</b>	<b>284.866</b>	<b>138.688</b>	<b>423.554</b>
<b>TOTAL</b>	<b>117.711</b>	<b>320.130</b>	<b>205.779</b>	<b>643.620</b>

Tabela 56: Obras, Equipamentos e Serviços de Engenharia

→ *Equipamentos, Móveis e Utensílios.*

	(Em R\$ mil)		
	PRÓPRIO	ATAERO	TOTAL
VEÍCULOS OPERACIONAIS E ADMINISTRATIVOS	33.537	15.115	48.652
EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA	46.241	169	46.410
TERRENOS	31.282	0	31.282
EQUIPAMENTOS DE APOIO À NAVEGAÇÃO AÉREA	11.928	5.096	17.024
SEGURANÇA E VIGILÂNCIA	16.649	249	16.898
PROGRAMAS DE COMPUTADOR	15.316	0	15.316
EQUIPAMENTOS DE COMUNICAÇÃO	15.002	107	15.109
MOBILIÁRIOS E UTENSÍLIOS	10.128	126	10.254
ESTEIRA DE BAGAGEM	5.427	3.314	8.741
LONGARINA	3.789	2.315	6.104
SISTEMAS DE ENERGIA	3.976	979	4.955
EMBARCAÇÕES DE SALVAMENTO	4.122	0	4.122
EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA E VIGILÂNCIA	1.977	1.558	3.535
SISTEMA DE REFRIGERAÇÃO	2.356	364	2.720
EQUIPAMENTOS DO TERMINAL DE CARGA	1.842	390	2.232
IMOBILIZAÇÃO EM ANDAMENTO	2.129	0	2.129
EQUIPAMENTOS DE INSPEÇÃO DE BAGAGEM	661	1.344	2.005
REDE DE COMUNICAÇÃO DE DADOS	1.501	0	1.501
ELEVADORES EM GERAL	11	874	885
MONITORAMENTO DE RUÍDO	0	281	281
OUTROS EQUIPAMENTOS	28.353	3.227	31.580
<b>TOTAL</b>	<b>236.227</b>	<b>35.508</b>	<b>271.735</b>

Tabela 57: Equipamentos, Móveis e Utensílios.

**Nota 31 – Eventos Subsequentes**

Em 27/1/2011, a Empresa tomou conhecimento da Resolução nº 180 da Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC de 25/1/2011, que dispõe sobre o modelo de regulação das tarifas aeroportuárias de embarque, pouso e permanência e dos preços unificado e de permanência, domésticos e internacionais, para os aeroportos públicos que não estejam sob condições tarifárias específicas definidas em ato de autorização ou contrato de concessão, o que é o caso dos aeroportos administrados pela Infraero.

Com este modelo as tarifas passam a sofrer atualizações monetárias por meio de reajustes anuais e serão periodicamente redefinidas por meio de revisões tarifárias, fundamentadas em incentivos à eficiência. Sendo facultado à Infraero conceder descontos aos usuários ou majorar em até 20% as tarifas, desde que por critérios objetivos e não discriminatórios.

Para maior controle dos dados, a ANAC regulamentará o plano de contas e a metodologia de rateio de custos e receitas da Infraero.

Por meio da Portaria nº 174/SER, de 31/1/2011, a ANAC divulgou os tetos das tarifas aeroportuárias.

## 16. COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA DO CAPITAL SOCIAL

UJ COMO INVESTIDA				
Denominação completa: EMPRESA BRASILEIRA DE INFRA ESTRUTURA AEROPORTUÁRIA - INFRAERO				
Ações Ordinárias (%)				
ACIONISTAS		31/12/2008	31/12/2009	31/12/2010
Governo	Tesouro Nacional	97,10	97,30	97,30
	Outras Entidades Governamentais	2,90	2,70	2,70
	Fundos de Pensão			
	Ações em Tesouraria			
	<b>% Governo</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>
Free Float	Pessoas Físicas			
	Pessoas Jurídicas			
	Capital Estrangeiro			
	<i>% free float</i>			
<b>Subtotal Ordinárias (%)</b>		<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>
Ações Preferenciais (%)				
ACIONISTAS		31/12/2008	31/12/2009	31/12/2010
Governo	Tesouro Nacional			
	Outras Entidades Governamentais			
	Fundos de Pensão que recebem recursos públicos			
	Ações em Tesouraria			
	<b>% Governo</b>			
Free Float	Pessoas Físicas			
	Pessoas Jurídicas			
	Capital Estrangeiro			
	<i>% free float</i>			
<b>Subtotal Preferenciais (%)</b>				
<b>Total</b>		<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>

Quadro 146: Quadro B.4.1 da DN TCU nº 107/2010 – Composição Acionária do Capital Social

## 17. PARECER DA AUDITORIA INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

### **UHY** Moreira - Auditores

---

AOS  
DIRETORES E ACIONISTAS DA  
EMPRESA BRASILEIRA DE INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUÁRIA - INFRAERO  
BRASÍLIA - DF

#### RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Examinamos as demonstrações financeiras da EMPRESA BRASILEIRA DE INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUÁRIA - INFRAERO, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

#### **Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras**

A administração da EMPRESA BRASILEIRA DE INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUÁRIA - INFRAERO é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

#### **Responsabilidade dos auditores independentes**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objeto de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da EMPRESA BRASILEIRA DE INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUÁRIA - INFRAERO para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da EMPRESA BRASILEIRA DE INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUÁRIA - INFRAERO. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## **UHY** Moreira - Auditores

---

### **Opinião**

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas, quando lidas em conjunto com as notas explicativas que as acompanham apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da EMPRESA BRASILEIRA DE INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUÁRIA - INFRAERO em 31 de dezembro de 2010, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### **Ênfase**

Conforme mencionado na nota explicativa nº 16, letra "a", a empresa discute judicialmente a cobrança do Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza – ISS e do Imposto sobre a Propriedade Territorial Urbana - IPTU. Com base nas informações fornecidas pela sua Procuradoria Jurídica, tendo em vista o reconhecimento pelos Tribunais Regionais Federais da tese de imunidade tributária da INFRAERO, a administração da empresa não constituiu provisão contábil, nem vem recolhendo tais valores.

Como Evento Subsequente, conforme nota explicativa nº 31, em 27/01/2011 a Empresa tomou conhecimento da Resolução n.º 180 da Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC, de 25/01/2011, que dispõe sobre o modelo de regulação das tarifas aeroportuárias de embarque, pouso e permanência e dos preços unificado e de permanência, domésticos e internacionais, para os aeroportos públicos que não estejam sob condições tarifárias específicas definidas em ato de autorização ou contrato de concessão, que é o caso da Infraero. Com este modelo as tarifas passam a sofrer atualizações monetárias por meio de reajustes anuais e serão periodicamente redefinidas por meio de revisões tarifárias, fundamentadas em incentivos à eficiência. Sendo facultado à Infraero conceder descontos aos usuários ou majorar em até 20% as tarifas, desde que por critérios objetivos e não discriminatórios. Para maior controle dos dados, a ANAC regulamentará o plano de contas e a metodologia de rateio de custos e receitas da Infraero. A ANAC publicou a Portaria nº 174/SER, de 31/01/2011 estabelecendo os tetos das tarifas aeroportuárias.

### **Outros assuntos**

#### **Demonstração do valor adicionado**

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Brasília, 03 de fevereiro de 2011.

  
UHY MOREIRA - AUDITORES  
CRC RS 3717 S DF  
HERALDO S.S. DE BARCELLOS  
Contador CRC RS 11609 S DF  
Responsável Técnico

## 18. REMUNERAÇÃO PAGA AOS MEMBROS DOS CONSELHOS DE ADMINISTRAÇÃO E FISCAL

Conselho de Administração															
Nome do Conselheiro(a)	Período		Remuneração												
	Início	Fim	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
Soares,A.E.	-	-	2159,05	2159,05	2159,05	2252,10	2252,10	2252,10	2252,10	2252,10	2252,10	2252,10	2252,10	2252,10	26746,05
Fabiana Todesco	05/2010	-	-	-	-	-	2252,10	2252,10	2252,10	2252,10	2252,10	2252,10	2252,10	2252,10	18016,80
Nery, J.G.B.	-	03/2010	2159,05	2159,05	2159,05	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6477,15
Barboza,M.M.	-	-	2159,05	2159,05	2159,05	2252,10	2252,10	2252,10	2252,10	2252,10	2252,10	2252,10	2252,10	2252,10	26746,05
Filho, P.C. da S.P.	-	-	2159,05	2159,05	2159,05	2252,10	2252,10	2252,10	2252,10	2252,10	2252,10	2252,10	2252,10	2252,10	26746,05
Cardoso, R.B.	-	-	2159,05	2159,05	2159,05	2252,10	2252,10	2252,10	2252,10	2252,10	2252,10	2252,10	2252,10	2252,10	26746,05
Conselho Fiscal															
Nome do Conselheiro(a) (T/S)	Período		Remuneração												
	Início	Fim	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
Filho,C.J.daF.(T)	-	-	2159,05	2159,05	2159,05	2252,10	2252,1	2252,10	-	-	-	-	-	-	13233,45
Neto, E.T.M (S)	-	-	2159,05	2159,05	2159,05	2252,10	2252,10		2252,10	2252,10	2252,10	2252,10	2252,10	2252,10	24493,95
Costa, E.S (S)	-	-	-	-	-	-	2252,10	2252,10	-	-	-	2252,10	-	-	6756,30
Dantas, G. da S. (T)	-	-	2159,05	2159,05	2159,05	2252,10	2252,10	2252,10	2252,10	2252,10	2252,10	2252,10	2252,10	2252,10	26746,05
Bocorny,L.R.(S)	-	-	-	-	-	-	2252,10	2252,10	-	-	-	2252,10	-	-	6756,30
Vedana, M.M.V.(T)	-	-	-	-	-	-	2252,10	2252,10	2252,10	2252,10	2252,10	2252,10	2252,10	2252,10	18016,80

Quadro 147: Quadro C.12.1 da DN TCU nº 107/2010 – Remuneração dos Conselhos de Administração e Fiscal

Valores em R\$ 1,00

<b>Identificação do Órgão</b>			
<b>Órgão: Conselho de Administração</b>			
<b>Remuneração dos Administradores</b>	<b>EXERCÍCIO</b>		
	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>
<b>Número de membros: 05</b>			
<b>I – Remuneração Fixa (a+b+c+d)</b>	91.853,34	126.149,60	135.982,35
a) salário ou pró-labore	91.853,34	126.149,60	135.982,35
b) benefícios diretos e indiretos	-	-	-
c) remuneração por participação em comitês	-	-	-
d) outros	-	-	-
<b>II – Remuneração variável (e+f+g+h+i)</b>	-	-	-
a) bonus	-	-	-
b) participação nos resultados	-	-	-
c) remuneração por participação em reuniões	-	-	-
d) comissões	-	-	-
e) outros	-	-	-
<b>III – Total da Remuneração ( I + II)</b>	91.853,34	126.149,60	135.982,35
<b>IV – Benefícios pós-emprego</b>	-	-	-
<b>V – Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo</b>	-	-	-
<b>VI – Remuneração baseada em ações</b>	-	-	-

<b>Identificação do Órgão</b>			
<b>Órgão: Conselho Fiscal</b>			
<b>Remuneração dos Administradores</b>	<b>EXERCÍCIO</b>		
	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>
<b>Número de membros: 06, sendo: 3 Titulares e 03 Suplentes</b>			
<b>I – Remuneração Fixa (a+b+c+d)</b>	96.153,20	96.207,75	91.498,65
a) salário ou pró-labore	96.153,20	96.207,75	91.498,65
b) benefícios diretos e indiretos	-	-	-
c) remuneração por participação em comitês	-	-	-
d) outros	-	-	-
<b>II – Remuneração variável (e+f+g+h+i)</b>	-	-	-
a) bonus	-	-	-
b) participação nos resultados	-	-	-
c) remuneração por participação em reuniões	-	-	-
d) comissões	-	-	-
e) outros	-	-	-
<b>III – Total da Remuneração ( I + II)</b>	96.153,20	96.207,75	91.498,65
<b>IV – Benefícios pós-emprego</b>	-	-	-
<b>V – Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo</b>	-	-	-
<b>VI – Remuneração baseada em ações</b>	-	-	-